



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

JOSILEIDE VERAS DE SOUSA

O RACISMO DA POLÍTICA E A POLÍTICA DO RACISMO:
uma trajetória marcada por políticas públicas de ação afirmativa e luta antirracista.

GOIÂNIA
SETEMBRO 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

JOSILEIDE VERAS DE SOUSA

3. Título do trabalho

O RACISMO DA POLÍTICA E A POLÍTICA DO RACISMO: uma trajetória marcada por políticas públicas de ação afirmativa e luta antirracista

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Josileide Veras De Sousa, Usuário Externo**, em 15/10/2025, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Suzane De Alencar Vieira, Professora do Magistério Superior**, em 17/10/2025, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5723170** e o código CRC **780B6D99**.

JOSILEIDE VERAS DE SOUSA

O RACISMO DA POLÍTICA E A POLÍTICA DO RACISMO:
uma trajetória marcada por políticas públicas de ação afirmativa e luta antirracista.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestra em Antropologia Social.

Área de Concentração: Antropologia Social.

Linha de pesquisa: Etnopolíticas, resistências e transformações epistemológicas.

Orientadora: Profa. Dra Suzane de Alencar Vieira

Coorientadora: Profa. Dra Nahayeilli Beatriz Juárez Huet

GOIÂNIA

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Sousa, Josileide Veras de
O RACISMO DA POLÍTICA E A POLÍTICA DO RACISMO
[manuscrito] : uma trajetória marcada por políticas públicas de ação afirmativa e luta antirracista. / Josileide Veras de Sousa. - 2025.
CXLVI, 146 f.

Orientador: Profa. Dra. Suzane de Alencar Vieira; co-orientadora
Dra. Nahayeilli Beatriz Juárez Huet.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social, Goiânia, 2025.
Bibliografia.

1. Etnografia multissituada. 2. Políticas públicas de ações afirmativas. 3. Inclusão e permanência. 4. Identidade e racismo. 5. Ativismo. I. Vieira, Suzane de Alencar, orient. II. Título.

CDU 572



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 012/25-M da sessão de Defesa de Dissertação de **JOSILEIDE VERAS DE SOUSA**, que lhe confere o título de Mestre em Antropologia Social, na área de concentração Antropologia Social.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de 2025, às 14:00 horas, na Faculdade de Ciências Sociais, realizou-se a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado de **JOSILEIDE VERAS DE SOUSA**, intitulada “*O RACISMO DA POLÍTICA E A POLÍTICA DO RACISMO: uma trajetória marcada por políticas públicas de ação afirmativa e luta antirracista*”. A Banca Examinadora foi composta pelos/as seguintes Professores/as Doutores/as: Suzane de Alencar Vieira (PPGAS/UFG – presidenta e orientadora); Luciene de Oliveira Dias (PPGAS/UFG – membra interna); Francisco Mata Machado Tavares (membro externo – UFG). A sessão contou ainda com a presença da coorientadora Nahayeilli Beatriz Juárez Huet (CIESAS/México). A candidata apresentou seu trabalho, foi arguida pela Banca e respondeu às arguições. Ao final da arguição, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, pelo qual foi atribuído à mestranda o seguinte resultado: aprovada por seus membros. Reabertos os trabalhos, a presidenta proclamou os resultados e encerrou a sessão pública, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada por ela e pelos/as demais integrantes da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Suzane De Alencar Vieira, Professora do Magistério Superior**, em 21/11/2025, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Mata Machado Tavares, Professor do Magistério Superior**, em 21/11/2025, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciene De Oliveira Dias, Professora do Magistério Superior**, em 23/11/2025, às 19:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nahayeilli Beatriz Juárez Huet, Usuário Externo**, em 24/11/2025, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5799952** e o código CRC **4226E2CD**.

Referência: Processo nº 23070.047141/2025-24

SEI nº 5799952

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desta pesquisa contou com o apoio financeiro de duas importantes instituições públicas, inicialmente pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do processo n.º 130836/2023-0. E a posteriori pelo Programa Abdias Nascimento, vinculado à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio do processo 88887.985761/2024-00. A elas, deixo registrado meu sincero reconhecimento.

Expresso também meu agradecimento à professora Suzane de Alencar, cuja postura ética, justa e leal foi sempre profundamente inspiradora. Seu gesto de cuidado e atenção teve um impacto muito maior do que consegui expressar. É sem dúvida, um dos motivos que me impulsionaram a retornar à universidade e a seguir na vida acadêmica.

À professora Nahayeilli Beatriz Juárez Huet, manifesto minha sincera gratidão pela acolhida generosa e pela disponibilidade em ser minha tutora no México. Durante o intercâmbio, ouvi dela uma frase recorrente e inesquecível: *“Estoy pendiente de ti”*. Talvez uma das expressões mais bonitas e significativas que ouvi naquele país, carregada de presença, responsabilidade e cuidado.

Agradeço, ainda, ao Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS), em especial à Unidade Peninsular, pela acolhida no Programa de Profesores-Investigadores y Estudiantes Huéspedes. Essa instituição foi mais do que um espaço de pesquisa: constituiu-se como território de trocas, escuta e aprendizagem, inclusive de outras formas de produção e divulgação da ciência.

Agradeço aos professores Francisco da Mata Machado Tavares e Luciene de Oliveira Dias pela presença generosa e comprometida nesta banca, cuja participação reafirma os valores fundamentais da vida acadêmica: reconhecimento, formação e respeito às trajetórias singulares. Por fim, agradeço a cada interlocutor que se dispôs a colaborar com esta pesquisa, gentilmente concedendo seu ponto de vista.

RESUMO

Esta dissertação analisa as ações afirmativas no ensino superior por meio de uma etnografia multissituada, evidenciando ausências institucionais e estratégias de resistência. Articula os conceitos de “racismo da política” e “política do racismo” para demonstrar como o racismo molda o Estado e suas instituições, e atravessa experiências de estudantes e ativistas negras. A pesquisa organiza-se em três eixos: (i) ações afirmativas étnico-sociorraciais que possibilitam o ingresso e a formação universitária; (ii) análise da tramitação, mobilização e disputas políticas em torno do Projeto de Lei nº 522/2022, que institui cotas étnico-raciais em estágios/práticas profissionalizantes nos órgãos públicos de Goiás; e (iii) análise de uma ação afirmativa brasileira no contexto da internacionalização acadêmica no México. Inspirada nas formulações de Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez e Silvio Almeida, parte da premissa de que o racismo é tanto explícito quanto sutil, naturalizando desigualdades e moldando barreiras institucionais difusas, expressas na ausência de políticas de permanência, no descaso governamental e na falta de compromisso com a equidade. E por mais que a presente pesquisa tenha como ponto de partida a experiência da pesquisadora, não se limita a ela. Pelo contrário, busca compreender processos sociais por meio da etnografia multissituada, decorrendo da necessidade de analisar as políticas afirmativas em suas conexões e deslocamentos entre espaços institucionais distintos, como universidades, parlamentares e órgãos públicos. As análises evidenciam que, apesar das políticas do racismo, emergem presenças que reivindicam reconhecimento e pertencimento, reafirmando que a justiça social deve ser prática cotidiana e inegociável. A comparação entre Brasil e México revela desafios similares na inclusão étnicorracial no ensino superior, contribuindo para o debate sobre equidade, permanência e políticas públicas em contexto nacional e latino-americano.

Palavras-chaves: Ações afirmativas; Ativismo; Etnografia multissituada; Identidade; Inclusão; Permanência; Políticas públicas; Racismo.

RESUMEN

Esta tesis analiza las acciones afirmativas en la educación superior mediante una etnografía multisituada, evidenciando ausencias institucionales y estrategias de resistencia. Articula los conceptos de *“racismo de la política”* y *“política del racismo”* para demostrar cómo el racismo moldea al Estado y sus instituciones, y atraviesa las experiencias de estudiantes y activistas negras. La investigación se organiza en tres ejes: (i) acciones afirmativas étnico-sociorraciales que posibilitan el ingreso y la formación universitaria; (ii) análisis de la tramitación, movilización y disputas políticas en torno al Proyecto de Ley n.º 522/2022, que instituye cuotas étnico-raciales en prácticas profesionalizantes en los órganos públicos de Goiás; y (iii) análisis de una acción afirmativa brasileña en el contexto de la internacionalización académica en México. Inspirada en las formulaciones de Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez y Silvio Almeida, parte del supuesto de que el racismo es tanto explícito como sutil, naturalizando desigualdades y moldeando barreras institucionales difusas, expresadas en la ausencia de políticas de permanencia, en el descuido gubernamental y en la falta de compromiso con la equidad. Y aunque la presente investigación tenga como punto de partida la experiencia de la investigadora, no se limita a ella. Por el contrario, busca comprender procesos sociales por medio de la etnografía multisituada, derivando de la necesidad de analizar las políticas afirmativas en sus conexiones y desplazamientos entre espacios institucionales distintos, como universidades, parlamentos y órganos públicos. Los análisis evidencian que, a pesar de las políticas del racismo, emergen presencias que reivindican reconocimiento y pertenencia, reafirmando que la justicia social debe ser una práctica cotidiana e innegociable. La comparación entre Brasil y México revela desafíos similares en la inclusión étnico-racial en la educación superior, contribuyendo al debate sobre equidad, permanencia y políticas públicas en contextos nacionales y latinoamericanos.

Palabras clave: Acciones afirmativas; Activismo; Etnografía multisituada; Identidad; Inclusión; Permanencia; Políticas públicas; Racismo.

Se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser coniventes com posturas ideológicas de exclusão, que só privilegiam um aspectos da realidade por nós vivida. Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto amefricanas, sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual.

Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da liberdade... (GONZALEZ, 2018, p.366).

INTRODUÇÃO.....	12
Metodologia.....	12
Síntese dos Capítulos:.....	15
O Título:.....	17
CAPÍTULO 1. EXPERIÊNCIA ACADÊMICA.....	20
1.1 Inclusão por Resiliência.....	22
1.2 Exclusão pela Sutileza.....	24
1.3 Virada acadêmica.....	28
1.4 A proposta.....	30
1.5 Conclusão da Graduação.....	34
1.6 Mercado de Trabalho.....	36
1.7 Mobilização por Aquilombamento.....	37
1.8 Parlamento Vota em Favor do Veto.....	40
1.9 Desinteresse do parlamento.....	46
1.10 Quando Avançaremos?.....	51
CAPÍTULO 2. EXPERIÊNCIA ATIVISTA.....	55
2.1 Passado e Presente: Uma lembrança afetuosa da Alego.....	56
2.2 Presença Negra no debate.....	61
2.3 Primeira parte do debate.....	66
2.4 Segunda parte do debate.....	70
2.5 Tentativa De Mobilização Popular.....	77
2.6 O Veto dos Parlamentares.....	78
2.7 Perspectivas dos ativistas sobre o veto.....	82
CAPÍTULO 3. DE SUJEITO DE DIREITO A PESQUISADORA.....	85
3.1 Uma gestão de políticas afirmativas.....	87
3.2 Do Cerrado Goiano à Peninsular Yucateca.....	92
3.3 Prática da liberdade.....	95
3.4 Têm medidas afirmativas?.....	99
3.5 Negro ou Afrodescendente?.....	102
3.6 Ausências negras e indígenas mexicanas no Colóquio Abdias Nascimento.....	107
3.7 Raivosa ou Negra Soy?.....	116
3.8 Episódios de exotismo.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS.....	139

INTRODUÇÃO

Sueli Carneiro (2023) entende que o racismo articula normas institucionais, práticas sociais e pactos simbólicos que mantêm a subordinação dos negros. E a partir do pensamento de Lélia González, também é possível afirmar que o racismo é tão sutil que, ao mesmo tempo, “naturaliza a inferiorização, nega a existência de discriminação racial” (González, 1984, p. 54).

Essa sutileza se manifesta no ensino superior por meio de barreiras institucionais difusas, como a ausência de compromisso com a equidade, falta de vontade política, desvalorização da experiência do estudante e carência de políticas de inclusão, permanência e formação progressiva.

A desigualdade não é apenas material, mas também epistêmica e institucional. Como afirma Silvio Almeida (2018, p. 36), “as instituições reproduzem o racismo por serem expressão de uma sociedade estruturada racialmente”. Nesse contexto, as políticas de ação afirmativa demandam acompanhamento efetivo que se traduza na formação da comunidade universitária.

Dessa forma, essa dissertação articula três eixos no campo educacional: o primeiro refere-se às ações afirmativas étnico-sociorraciais que possibilitaram o ingresso e a formação universitária; o segundo trata do debate em torno de uma política estadual em Goiás; e o terceiro examina uma ação afirmativa brasileira em contexto de internacionalização acadêmica no México.

Metodologia

Ainda que a autoetnografia seja uma modalidade legítima de investigação etnográfica, este estudo não se enquadra nessa categoria, entendida como o uso de materiais autobiográficos da pesquisadora (Muñoz, 2014). Essa classificação pode atuar como uma estratégia de deslegitimação, reproduzindo o epistemicídio (Carneiro, 2005) e a violência epistêmica (Spivak, 1988).

E por mais que a presente pesquisa tenha como ponto de partida a experiência da pesquisadora, não se limita a ela. Pelo contrário, busca compreender

processos sociais por meio da etnografia multissituada, decorrendo da necessidade de analisar as políticas afirmativas em suas conexões e deslocamentos entre espaços institucionais distintos, como universidades, parlamentos e órgãos públicos.

Essa abordagem permite acompanhar como práticas, normas e discursos circulam, se transformam e produzem significados. Trata-se de uma escolha metodológica que privilegia o movimento e a relação, em vez da fixação em um único campo. Assim, o trabalho busca acompanhar a política de inclusão, observando como as decisões e significados se tensionam entre diferentes contextos institucionais e sociais.

Defendo, portanto, que a pesquisa aqui apresentada deve ser compreendida como uma etnografia multissituada (Marcus, 1995), comprometida com a análise das relações de poder, desigualdade e resistência que atravessam as políticas de ação afirmativa no Brasil. Essa perspectiva metodológica desloca a ideia de “campo” como totalidade fixa e o compreende como uma rede de relações interconectadas.

George Marcus (1995) propõe a etnografia multissituada como uma estratégia metodológica voltada a acompanhar a circulação de pessoas, objetos e significados através de diferentes contextos. Já Marilyn Strathern (1991) distingue sua posição dessa proposta ao desenvolver o conceito de conexões parciais, enfatizando que o conhecimento antropológico é sempre situado e relacional, produzido a partir de perspectivas que se entrelaçam sem pretensão de totalidade.

Embora partam de propósitos distintos — Marcus com foco metodológico e Strathern com ênfase epistemológica —, suas contribuições podem ser consideradas complementares, na medida em que permitem articular o acompanhamento de múltiplos contextos empíricos com uma reflexão crítica sobre os modos de produção do conhecimento etnográfico.

Enquanto a abordagem multissituada tende a “ir para fora”, explorando as articulações entre distintos locais, Strathern propõe “ir para dentro”, examinando os contextos internos que conformam a própria prática etnográfica. Trata-se, portanto, de uma perspectiva que não se esgota na subjetividade da pesquisadora, mas que, por outro lado, também não pretende universalizar a análise.

Ela se ancora em contextos históricos, políticos e institucionais complexos, reconhecendo que o poder não se concentra em um único ator ou instituição, mas emerge das conexões parciais entre sujeitos e práticas (Strathern, 1991). A etnografia, nesse sentido, é compreendida como uma forma de descrever e interpretar as redes que estruturam a vida social, sem reduzi-las a uma totalidade.

Ao reconhecer meu lugar de enunciação como estudante, pesquisadora, ativista e cidadã, busco refletir criticamente, no campo da Antropologia, sobre experiências e contextos sociais em constante transformação. Além de atender ao alerta da historiadora Beatriz Nascimento (2021), é urgente escrever a história do povo negro a partir da perspectiva do próprio povo negro.

Portanto, a pesquisa articula a observação participante com a interação entre estudantes, ativistas e professores, analisando as relações entre sujeitos, instituições e contextos. Desse modo, o trabalho mantém-se vinculado à linha de pesquisa *Etno-políticas, Resistências e Transformações Epistemológicas*, buscando responder à seguinte pergunta: como o racismo institucional impacta a efetivação de ações afirmativas no ensino superior?

Os espaços físicos e simbólicos que estruturam esta trajetória e organizam os capítulos são: a Universidade Federal de Goiás, o Parlamento de Goiás (Brasil) e uma experiência de internacionalização no México¹. Uma característica comum entre os capítulos é a escolha por uma narrativa fluida, na qual teoria e empiria se entrelaçam organicamente.

Assim, não há um capítulo exclusivo dedicado à teoria, pois os referenciais teóricos emergem no próprio fluxo da escrita, dialogando com as situações e contextos narrados. Adoto essa abordagem com o intuito de dar visibilidade ao que está sendo observado, sentido e interpretado por mim e pelas pessoas com quem dialogo ao longo deste trabalho.

¹ Refere-se à participação no Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento – Edital n. 16/2023, um caso específico de internacionalização vinculado a políticas de ação afirmativa brasileiras, que não deve ser interpretado como representativo de todas as ações afirmativas ou experiências de internacionalização no país.

Desse modo busco garantir que as vozes que emergem ao longo desta etnografia não sejam ofuscadas por uma teorização excessivamente rígida, mas que possam ser lidas, reconhecidas e valorizadas em sua complexidade e riqueza. Para tanto, adoto um padrão de escrita no qual, em cada capítulo, se desenvolvem processos de elaboração e costura do pensamento em diálogo com pessoas que transitam entre o ativismo e a institucionalização.

Descrevo, assim, dinâmicas institucionais a partir das interações cotidianas com sujeitos que vivenciam essas realidades. Essa transparência não é um detalhe metodológico; pelo contrário, é justamente a partir dela que busco explicitar o que chamo de sutileza da operação das políticas, seja no campo da inclusão, seja nas formas pelas quais o racismo se manifesta como barreira à sua efetivação.

Síntese dos Capítulos:

No primeiro capítulo, trato do ingresso na universidade por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e das cotas raciais previstas pela Lei 12.711/2012. Discuto tanto as experiências de inclusão e permanência, quanto as formas sutis de exclusão no ambiente universitário.

Além disso, busco descrever o processo de elaboração da proposta de política pública que deu origem ao Projeto de Lei nº 522, de 1º de novembro de 2022 voltado à inclusão étnico-racial em práticas profissionalizantes no estado de Goiás. Essa experiência consolidou a articulação entre teoria e prática e possibilitou a aproximação com as e os ativistas e movimentos sociais.

Ao final do processo de elaboração desse capítulo, é destacado tanto teoricamente quanto por interlocutores, a importância da consciência política coletiva organizada para o avanço das pautas da população negra.

No segundo capítulo, analiso a tramitação e o veto à proposta que visava ampliar políticas de estágio nos órgãos públicos do estado de Goiás. Este capítulo destaca a audiência pública como espaço de resistência, ao mesmo tempo em que questiona os limites e avanços das ações afirmativas frente às práticas de racismo e à manutenção de privilégios que se manifesta no descompromisso, ausência de

vontade política, resistência à inclusão.

Trata-se de um capítulo que evidencia a materialização da política do racismo na resistência à efetivação das políticas de ações afirmativas, na disseminação de discursos meritocráticos que viabilizam desigualdades históricas e a negação do racismo como um fenômeno social relevante. Essas evidências foram coletadas a partir da observação participante e do diálogo que mantive com ativistas que acompanharam a tramitação do projeto².

No terceiro capítulo, ampliei a discussão para o contexto internacional ao relatar minha participação no Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento – Edital n. 16/2023, que proporcionou uma experiência acadêmica no México. O capítulo aborda tanto os desafios institucionais do programa quanto os aprendizados interculturais.

Neste capítulo, tornam-se mais evidentes as sutilezas do racismo no âmbito das instituições acadêmicas, que pude nomear e analisar por meio da minha interação direta com elas, tanto pelas barreiras institucionais difusas quanto pela operacionalização do funcionamento da política de inclusão, que, na continuidade do acolhimento, acaba sendo realizada por sujeitos também institucionalizados, como é o caso da tutora Nahayeilli.

Enquanto o programa apresenta ausência de compromisso organizacional, a experiência de intercâmbio no México evidenciou, por outro lado, a ausência de representatividade negra nas instituições. Além disso, o capítulo apresenta um

² Em setembro de 2025, entre o anúncio público da defesa desta dissertação e a data marcada para sua apresentação, a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás aprovou o Projeto de Lei nº 21.357/25. Até então, o texto em tramitação previa apenas a reserva de 20% das vagas de certames públicos às pessoas negras. No entanto, em meio às movimentações políticas do período, o projeto foi alterado, incorporando dois pontos centrais: a redução do prazo de vigência da norma, de 180 para 120 dias, e a ampliação da política de cotas raciais aos processos seletivos de contratos temporários e de estágio — dimensões que dialogam diretamente com o conteúdo do Projeto de Lei nº 522, de 1º de nov. de 2022, cuja redação foi elaborada por esta pesquisadora e posteriormente apresentada por uma deputada estadual.

A coincidência entre o momento de encerramento da pesquisa e a aprovação da nova legislação tornou-se um acontecimento simbólico, revelando as zonas de fricção e convergência entre o campo acadêmico e o campo político. Mais do que uma coincidência de datas, tratou-se de um episódio em que ideias forjadas na experiência etnográfica e na militância foram absorvidas, transformadas e reinscritas no vocabulário institucional do Estado, evidenciando as sutis formas de circulação e disputa que caracterizam a produção de políticas de inclusão racial em Goiás. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/158320/casa-chancela-antecipacao-da-adocao-de-cota-racial-em-ncursos>. Acesso em: 17 set. 2025.

diálogo com o movimento sociopolítico Afromoots, na cidade de Mérida, estado de Yucatán.

Esse movimento trabalha a pauta afrodescendente em contextos afro, maya, moots, pluriétnico e pluricultural, buscando conscientizar sobre a presença afro como raiz da cultura mexicana. Foi nesse diálogo que comecei a compreender essa temática, mais especificamente no contexto de Yucatán.

O Título:

O conceito de *racismo da política* evidencia como, historicamente, decisões do Estado, legislações e práticas administrativas contribuíram para a exclusão sistemática das populações racializadas — especialmente negras e indígenas — do exercício pleno da cidadania. Esse racismo não se limita a ações diretas, mas também se expressa nas omissões, nas prioridades e nas formas sutis de gestão pública que produzem desigualdades.

O *racismo da política* aparece nas desigualdades de acesso à educação, na precariedade das políticas de permanência e na naturalização de barreiras que limitam a mobilidade social e política de grupos historicamente marginalizados. Já a *política do racismo* se revela nas resistências à criação ou ampliação das ações afirmativas.

Essas resistências assumem muitas formas: discursos meritocráticos, burocracias que retardam a implementação das políticas e estratégias que buscam esvaziar seus efeitos. Ao articular os conceitos de racismo da política e política do racismo, argumenta-se que o racismo não apenas se manifesta nas instituições, mas também estrutura e atravessa seu funcionamento.

Ao conjugar esses dois conceitos, a pesquisa propõe compreender como o racismo atravessa as estruturas do Estado — Legislativo, Executivo e instituições educacionais — e se mantém como princípio organizador das relações de poder. O racismo, nesse sentido, não é um fenômeno isolado. Ele constitui uma lógica difusa que sustenta práticas, ideologias e decisões políticas, ao mesmo tempo em que molda os limites e as possibilidades das políticas públicas de inclusão racial.

A escolha do título reflete, portanto, o esforço de compreender o racismo não apenas como objeto de análise, mas como estrutura que atravessa as experiências de estudantes e ativistas negras nos campos acadêmico e político — espaços que, em sua interação, revelam as ambiguidades, disputas e potências da produção de conhecimento e das políticas de inclusão.

Instrumentos e Recursos Utilizados na Pesquisa

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, utilizei uma variedade de instrumentos e recursos nas fases do trabalho de campo, da sistematização dos dados e da escrita acadêmica. Esses elementos, embora distintos em sua materialidade e função, compuseram uma rede de apoios à construção deste trabalho, atravessando tanto o plano prático quanto o simbólico e afetivo.

O caderno de campo foi um dos primeiros instrumentos mobilizados, destinado a registrar anotações rápidas, impressões imediatas e observações espontâneas do cotidiano em campo. Funcionou como um dispositivo de escuta e memória provisória, permitindo que aspectos sutis da experiência fossem anotados para posterior elaboração mais densa. Além do gravador em algumas entrevistas.

Junto a ele, utilizei um estojo de canetas coloridas, presente recebido de Suzane antes de minha viagem ao México, que, além de cumprir uma função prática na organização visual das anotações, carregou um valor simbólico-afetivo que acompanhou todo o processo investigativo, lembrando-me constantemente dos vínculos que sustentam e atravessam a produção do conhecimento.

Para registros mais reflexivos e detalhados, utilizei um diário de campo digital na plataforma Google Docs, no qual elaborei descrições aprofundadas das tensões emergentes durante a convivência em campo. Este espaço funcionou como lugar de maturação das experiências empíricas, permitindo o entrelaçamento entre o vivido e o pensado, o observado e o interpretado.

O notebook foi uma ferramenta central, especialmente no contexto das reuniões virtuais com minhas orientadoras, Suzane e Nahayeilli, que exerceram um papel fundamental na construção crítica desta pesquisa e revisões. Além disso, o

notebook possibilitou o acesso a artigos, a organização de materiais empíricos, leituras de textos em PDF e a sistematização dos capítulos da dissertação.

Utilizei também a ferramenta de inteligência artificial ChatGPT³ como apoio à escrita, para revisar traduções de trechos, reorganizar ideias, revisar formulações, identificar erros de escrita em artigos científicos e testar formas de tornar o texto mais claro, direto e acessível, em um exercício argumentativo e reflexivo voltado à simplificação da linguagem, sem prejuízo do conteúdo.

³ O uso do ChatGPT foi complementar e está em conformidade com a Guia de Integridade Acadêmica da UFG (2024), que orienta a utilização ética e transparente de ferramentas de IA. Disponível em: Nova Versão de Guia de Integridade Acadêmica da UFG.

CAPÍTULO 1. EXPERIÊNCIA ACADÊMICA

Durante anos, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) parecia uma meta distante, algo que eu tentava alcançar, mas que sempre escapava por entre as obrigações do dia a dia. Trabalhar para ajudar a pagar as contas em casa exigia mais do que tempo – exigia resistência. Por vários anos, fiz a inscrição na prova, mas a vida, em sua constante urgência, acabava por me impedir de comparecer.

Havia sempre algum imprevisto que me afastava do exame e, com o passar do tempo, a sensação de estar cada vez mais distante da sala de aula se intensificava. Já fazia três anos desde que concluí o ensino médio, e a rotina de trabalho havia se tornado a prioridade. Enquanto isso, a ideia de entrar na universidade parecia algo cada vez mais distante.

A ausência dos estudos deixava uma lacuna que, mesmo sem perceber, começava a pesar. Sentia que, se não agisse logo, poderia perder de vez a oportunidade de seguir aquele caminho. Foi nesse breve intervalo de esperança que decidi me matricular em um cursinho preparatório. A esperança, ainda que frágil, era o que me impulsionava a continuar.

Embora, naquele momento, não houvesse uma política pública que garantisse essa oportunidade, acreditei que aquilo poderia ser um recomeço — uma forma de retomar os estudos e me reconectar com o sonho da universidade. Mesmo sem saber se conseguiria acompanhar o ritmo, apostei na possibilidade de que a tentativa valeria a pena.

A cada aula, tentava conciliar o trabalho com as longas horas de deslocamento, buscando força na ideia de que aquele passo poderia abrir portas para um futuro diferente. No entanto, a rotina era implacável. Saía de casa antes do sol nascer e só retornava à meia-noite, exausta. Aliás, naquela época morava na cidade de Aparecida de Goiânia e trabalhava na cidade de Goiânia.

A experiência de conciliar longas jornadas de trabalho com o desejo de estudar e transformar a própria realidade é um tema recorrente nas obras de Conceição Evaristo (2014). Em suas narrativas, como em *Olhos d'Água*, Evaristo dá voz a mulheres negras que, mesmo exaustas e sobrecarregadas, encontram na educação uma possibilidade de ruptura com o ciclo de desigualdade.

A rotina árdua, marcada por deslocamentos cansativos e o retorno tardio para casa, reflete não apenas as dificuldades materiais, mas também a força e a esperança que sustentam essas mulheres. Através de suas histórias, Evaristo nos lembra que, mesmo em meio à exaustão, a busca por um futuro diferente é um ato de resistência e coragem.

Paguei um contrato de seis meses do curso preparatório; o investimento foi um esforço para encaixar nas contas. O dinheiro — um valor simbólico — veio do trabalho que realizei como jovem aprendiz no programa do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Contudo, o cansaço acumulado logo me levou a abandoná-lo, já no segundo mês de aula.

Embora não tenha conseguido dar continuidade ao cursinho preparatório, o desejo de fazer a prova permaneceu vivo em mim. Em 2015, consegui comparecer ao exame e lembro-me que, entre cadeiras enfileiradas e outros candidatos, havia ansiedade ao entrar na sala. O exame avalia o desempenho dos estudantes ao final da educação básica e funciona como um termômetro do ensino brasileiro.

Exige conhecimento em diversas áreas de estudo, inclusive a compreensão de uma língua estrangeira, geralmente inglês ou espanhol. No meu caso, optei pelo idioma espanhol, que esteve presente — e de forma bastante superficial — apenas no currículo de uma das setes escolas pelas quais passei ao longo da minha trajetória educacional entre o norte e centro-oeste do Brasil.

Essa escolha evidenciou as limitações de acesso a uma formação linguística mais sólida e abrangente. Mostrou a importância das oportunidades, ainda que pontuais e precárias, que me foram oferecidas durante a educação básica. A prova lembrava que o país fala em igualdade, mas distribui de forma desigual até as chances de aprender outro idioma.

Para minha surpresa, aquela primeira tentativa foi suficiente para alcançar uma nota que garantiu minha aprovação. A sensação de ver o resultado positivo era a confirmação de que, mesmo com o interrompimento de simulados ou cursinhos, meu esforço havia valido a pena. O ENEM, enquanto processo seletivo nacional, é caracterizado por seu formato competitivo.

Todos são avaliados sob a mesma lógica de justiça, mesmo partindo de

condições desiguais. Por outro lado, o sistema de cotas socioétnico-racial, enquanto política pública de ação afirmativa, atua na fase de distribuição das vagas, seja pelo SISU ou PROUNI em momento posterior. Isso significa que todos — cotistas ou não — continuam submetidos à mesma lógica meritocrática do exame.

Essa constatação não diminui a importância das cotas. Pelo contrário, reforça o quanto elas são necessárias para tensionar um modelo que insiste em tratar desigualdade como diferença individual. Ingressar na universidade, portanto, não foi apenas uma conquista pessoal. Foi uma experiência que condensou a tensão entre esforço e estrutura, entre desejo e política pública.

O ENEM, para mim, não representou o triunfo do mérito, mas o registro etnográfico de uma desigualdade vivida — uma narrativa que atravessa o corpo, a cor da pele, a renda familiar e o percurso escolar. A política afirmativa não foi um atalho, mas uma tentativa de corrigir, ainda que parcialmente, as distâncias que o próprio exame tende a reproduzir.

1.1 Inclusão por Resiliência

No segundo semestre letivo de 2016, o professor Francisco da Mata Machado Tavares⁴ (Franck) decidiu adotar a bicicleta como meio de transporte para ir e voltar do campus. Diariamente, ele percorria 14 km entre sua casa e a universidade, explicando que essa mudança era motivada pelo desejo de cuidar da saúde e praticar mais exercícios.

Naquele ano, eu havia começado o curso desempregada e ainda não tinha recebido nenhuma bolsa da universidade. Ao tomar conhecimento da minha situação, o professor Franck me fez uma proposta inesperada: tornar-me sua bolsista. A bolsa não era vinculada a nenhuma agência de pesquisa, mas sim ao valor que ele economizaria deixando de usar o carro.

Foi nesse contexto que minha participação, que já vinha ocorrendo no Núcleo

⁴ Advogado e Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente dedica-se à clínica jurídica, à teorização e à pesquisa empírica em temas fiscais. Hoje está lotado em regime de dedicação exclusiva na faculdade de Direito da UFG.

de Pesquisa sobre Ativismo em Perspectiva Comparada (PROLUTA), se consolidou. O professor passou a fazer seus deslocamentos exclusivamente de bicicleta, e o dinheiro que antes seria destinado à gasolina passou a financiar minha manutenção enquanto eu pesquisava sobre ativismos e movimentos sociais.

Mais adiante, em novembro de 2016, Franck me convidou para o lançamento de seu livro *Deliberação e Capitalismo: Uma crítica marxista ao pensamento de Habermas*, que aconteceria na quarta-feira da terceira semana do mês. Quando cheguei à livraria, ele me apresentou um de seus alunos, o advogado Renato Meneses, que, naquele período, tinha a expectativa de assumir, no ano seguinte, um cargo importante na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO).

Renato, muito simpático, trocou algumas palavras comigo e me fez uma proposta: caso conseguisse o cargo no ano seguinte, ele gostaria que eu trabalhasse com ele. Fiquei feliz com o convite e disse que estaria disponível. No entanto, voltei para casa sem criar muitas expectativas, entendendo que ainda era apenas uma promessa até que se concretizasse.

No ano seguinte, em fevereiro de 2017, recebi uma ligação inesperada. A pessoa, ao telefone, mencionava que havia tentado entrar em contato diversas vezes, mas sem sucesso, pois as chamadas não se completavam. Naquela época eu morava em uma área de Aparecida de Goiânia onde o sinal de telefone celular era bastante instável. E só conseguiam falar comigo quando eu estava a caminho da faculdade ou já no campus.

Era Jussara Barros, assessora parlamentar, manifestando interesse em me encontrar pessoalmente na Assembleia Legislativa de Goiás. O intuito era discutir uma possível contratação para uma vaga de estágio. Informei que, naquele momento, eu estava em Aparecida de Goiânia, uma cidade de perfil industrial na região metropolitana da capital, o que dificultava minha locomoção imediata.

Embora aproveitasse o período de férias para frequentar o campus, utilizando a biblioteca e a sala de estudos, expliquei que seria inviável assinar documentos naquele momento. Algumas assinaturas precisavam ser obtidas junto aos professores, que também estavam em recesso. Diante disso, não havia como dar continuidade ao processo imediatamente.

Jussara compreendeu a situação e sugerimos retomar o contato assim que o semestre letivo começasse. A partir desse ponto, ficamos acordadas para dar prosseguimento ao processo de estágio em um momento mais oportuno. Eu começava a ficar feliz com a possibilidade do contrato, afinal de contas, isso me possibilitaria pagar um aluguel mais perto da faculdade.

Nas obras de Conceição Evaristo (2003, 2013, 2014), ao refletir sobre trajetórias como essa em seus contos, poemas e ensaios, a autora destaca a resiliência como palavra-chave para a análise dessa experiência. Frequentemente, Evaristo explora como as mulheres negras são forjadas por uma realidade repleta de desafios constantes, onde as oportunidades parecem escassas.

Nesse contexto, os obstáculos se tornam numerosos, mas a resistência e a capacidade de superação tornam-se elementos centrais na trajetória dessas mulheres. No entanto, em meio a essas adversidades, o sujeito resistente persiste e cria alternativas para superar as barreiras, como as relações que surgem de maneira inesperada. Um exemplo disso é a bolsa oferecida pelo professor Franck.

Para Evaristo, a resiliência não se limita ao simples ato de resistir, mas ao poder de reconstruir o próprio destino diante da marginalização social, afirmando a autonomia e a possibilidade de transformação de um sistema desigual. Foi assim que a jornada acadêmica e logo mais adiante também política de uma jovem estudante negra brasileira começou.

1.2 Exclusão pela Sutileza

Em março de 2017, mudei-me para mais perto da universidade e, pouco depois, as questões burocráticas da minha contratação foram resolvidas. Comecei a estagiar na Assembleia Legislativa de Goiás (ALEGO), um ambiente muito diferente do que eu estava acostumada a frequentar. A maioria das pessoas me olhava com desconfiança.

Às vezes, faziam comentários indiretos que demonstravam incômodo com a minha presença naquele espaço. Um dos primeiros comentários, que chegou a parecer cômico, foi repetido diversas vezes: "Essa secretaria e nem a diretoria

nunca tiveram estagiária, agora resolveram ter”. Eu ouvia calada, focada apenas em cumprir as demandas. Precisava do dinheiro para me manter no curso.

Lembro-me de passar horas explorando o site da ALEGO, tentando entender sua estrutura e funcionamento. Um link me levava a outro até que, finalmente, encontrei uma página com organogramas de diversos órgãos públicos do Estado. Pouco tempo depois, com uma pilha de papéis impressos em mãos, dirigi-me à sala do professor Franck, localizada na Faculdade de Ciências Sociais.

Mostrei-lhe os organogramas que detalham os órgãos, secretarias e coordenações estaduais. Tomada por uma indignação crescente, expressei minha percepção sobre a diversidade nos espaços de estágio. Observei que, apesar da ampla rede de instituições públicas, os estudantes negros continuavam sem acesso a essas oportunidades. Na ALEGO, só conseguia enxergar estagiários brancos.

Em 2018, eu já estava no segundo ano de minha experiência na ALEGO, enquanto cursava o sexto período da graduação, participei de uma disciplina de temática afro-indígena. Embora não fosse obrigatória, a disciplina era oferecida pela professora Suzane de Alencar Vieira⁵, que optava por trabalhar conteúdos voltados às pautas das minorias raciais.

Suzane era uma das poucas professoras engajadas em discutir justiça social. Além das aulas expositivas, suas avaliações incluíam trabalhos escritos e apresentações de seminários. Com ela, percebi que havia espaço e abertura para discutir questões relacionadas à injustiças sociais. Essa abertura me motivou a propor um tema que refletisse as desigualdades que eu vinha observando.

Então, de forma estratégica, expliquei que um dos problemas mais comuns na formação em Ciências Sociais era a falta de oportunidades de estágio, especialmente para estudantes negros, indígenas e quilombolas. Argumentei que isso não fazia sentido, considerando a grande quantidade de órgãos públicos no estado e, principalmente, na cidade de Goiânia.

⁵ A Professora Doutora Suzane de Alencar Vieira, doutora pelo Museu Nacional da UFRJ, onde também fez estágio pós-doutoral. Atualmente é antropóloga e docente vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (PPGAS/UFG). Disponível em: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Considerando o evidente engajamento da professora com pautas sociais, meus colegas concordaram em desenvolver o seminário. Embora parte da turma não atribuísse grande importância ao assunto, reconheceram que a escolha poderia nos garantir uma boa avaliação. Com isso, fomos até a professora e solicitamos sua autorização para trabalhar o tema no seminário.

Ela concordou imediatamente e sugeriu que organizássemos o seminário de modo a incluir falas de pessoas que trabalhavam com essa temática, mas que não fossem da turma. Além disso, sugeriu que o grupo que apresentaria o tema das religiões de matriz africana se unisse ao nosso seminário, para que fosse realizado em duas etapas.

No dia 29 de novembro de 2018, realizamos o seminário, que contou com a participação do professor Pedro Cruz⁶, então responsável pela Comissão de Heteroidentificação⁷ da Universidade Federal de Goiás. Também participaram Marta Quintiliano, mestra em Antropologia Social, e Letícia Jôkàhkwi Krahô, que atualmente é doutora em Antropologia Social.

A realização da atividade foi extremamente significativa, como oportunidade para promover reflexões sobre as desigualdades no acesso a estágios. No entanto, ao convidar os professores tanto por e-mail quanto por presencialmente para participarem do seminário, percebi uma baixa adesão. Apenas a coordenadora Débora Cunha do curso de Ciências Sociais- Políticas Públicas compareceu.

Entre esses colegas, havia uma percepção generalizada de que conseguir um estágio dependia apenas de esforço individual. Relatavam não ter enfrentado obstáculos significativos e diziam coisas como: “Se procurar, acha. Eu consegui sem problemas”. Esse discurso contrastava fortemente com os relatos de estudantes de

⁶ Formado pela Universidade Federal de Goiás, o professor Pedro Cruz é secretário adjunto da Secretária de Inclusão da Universidade Federal de Goiás.

⁷ A Comissão de Heteroidentificação segue a portaria normativa nº 4 do MPDG que substitui a portaria normativa nº 03 de 1 de agosto de 2016, e dá cumprimento ao que teve trânsito em julgado no Supremo Tribunal Federal (ADPF 186 e ADC 41), sendo que o primeiro declara a legalidade das cotas e o segundo a legitimidade da heteroidentificação como um processo complementar de verificação. Para entender mais sobre a Comissão recomendo iniciar pela monografia HÛPARNÕ: PROCESSO DE MATRÍCULAS, AÇÕES AFIRMATIVAS E COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO.

grupos historicamente marginalizados.

Para estudantes negros, o acesso a estágios impõe barreiras estruturais que não se resolvem apenas com esforço individual. Assim, percebe-se que a desigualdade não se limita ao acesso às oportunidades. Ela também se manifesta de forma profunda, na maneira como essas desigualdades são percebidas ou naturalizadas no ambiente universitário.

Naquele momento, eu não tinha clareza sobre como lidar com a demanda apresentada no seminário, mas reconheço que a conversa foi fundamental para provocar reflexões e abrir caminhos. Poucos estudantes participaram de forma ativa, e tornou-se evidente a indiferença de grande parte dos colegas brancos em relação à temática proposta.

Hoje, ao revisitar essa experiência, percebo que, a partir daquele encontro, iniciou-se uma parceria espontânea entre mim, Pedro e a professora Suzane, a qual viria a se desdobrar em outros projetos acadêmicos e ações que contribuíram para ampliação do debate sobre desigualdades no espaço universitário. Como afirma Freire, a ação transforma a consciência social (Freire, 1996).

Espera-se que uma comunidade de docentes comprometida com a transformação social vá além das palavras. Ainda que as pautas de inclusão e permanência sejam amplamente reconhecidas em discursos institucionais, na prática, raramente recebem o engajamento efetivo necessário. Ou seja, as práticas revelam as verdadeiras ideologias. (Bourdieu, 1989).

A baixa adesão dos professores ao seminário revela uma dimensão estrutural das desigualdades presentes no ambiente acadêmico. Essa ausência de participação limita significativamente o impacto de iniciativas voltadas à promoção da igualdade racial e evidencia a distância existente entre o discurso oficial e as práticas cotidianas.

A falta de presença de professores em eventos e atividades que abordam temas étnicorraciais revela que a exclusão, muitas vezes, não se manifesta de forma explícita ou declarada, mas se concretiza de maneira sutil e silenciosa. Nesse sentido, é importante lembrar que o racismo se reinventa silenciosamente (Gonzalez, 1988) e que o silêncio comunica desigualdades sociais (Hooks, 1995).

1.3 Virada acadêmica

Em 2019, minha formação foi enriquecida pelas atividades que desenvolvi no Observatório de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Goiás, por meio da Iniciação Científica Voluntária. Nesse período, tive o primeiro contato com autores como Nilma Lino Gomes e Abdias Nascimento, intelectuais de destaque na luta pela igualdade de direitos na educação brasileira.

Suas obras ampliaram minha percepção acerca das questões raciais e suas intersecções com a educação e as políticas públicas. Como afirma Gomes, “numa perspectiva de descolonização dos currículos e na compreensão das rupturas epistemológicas e culturais trazidas pela questão racial na educação brasileira, concordo com o fato de que esse olhar é uma alerta importante” (Gomes, 2012, p.104)

Por outro lado, embora a minha trajetória estivesse direcionada à compreensão da máquina pública, eu ainda não me sentia plenamente segura em relação ao ciclo das políticas públicas. Em busca de um entendimento mais sólido, especialmente ao me aproximar da conclusão da graduação, optei por me matricular em duas disciplinas que julgava fundamentais.

*Tópicos de Políticas Públicas I – Formulação e Implementação de Políticas Públicas*⁸, ministrada pela professora Camila Romero Lameirão, e *Tópicos de Sociologia I – Políticas Públicas e Relações de Poder na Sociedade Contemporânea*, sob responsabilidade do professor Hans Carrillo Ghuach⁹. Logo passei a dominar conceitos e suas distintas tipologias do ciclo de políticas públicas.

Também, foi neste contexto que a professora Camila propôs uma atividade avaliativa: identificar um problema social, indicar o tipo de política pública pertinente e aplicar o ciclo de políticas públicas na busca por uma solução¹⁰. Segundo a resenha de Abad (2017, p. 171), Secchi salienta que as “policy sciences” nasceram

⁸ Camila Romero Lameirão, professora adjunta de Ciência Política da Universidade de Goiás.

⁹ Hans Carrillo Ghuach, é especialista em sociologia da religião e docente na Faculdade de Ciências da Universidade Federal de Goiás.

¹⁰ De acordo com a resenha de Abad (2017), sobre a obra de Leonardo Secchi, o ciclo de políticas públicas é composto por sete etapas: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção.

para ajudar no diagnóstico e no tratamento de problemas públicos.

Essa atividade acadêmica além de ter sido divertida, foi uma experiência que me ajudou a fixar o conteúdo. Naquele momento, o ensino sobre o ciclo de políticas públicas enfatizava predominantemente aspectos técnicos e procedimentais focado no problema, sem aprofundar as dimensões políticas e conflituosas¹¹ que mais tarde compreendi em minhas experiências práticas e engajamentos coletivos.

Elaborei a proposta de políticas públicas de ação afirmativa etnicorracial, a proposta é voltada para promover a inclusão de pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e quilombolas nas vagas de estágio nos órgãos públicos estaduais goianos. Focada na inclusão de estudantes que pertencem a grupos historicamente marginalizadas/os, apontava para a redistribuição de um recurso , o estágio.

O estágio, enquanto prática profissionalizante, é um processo pedagógico, e, para além da fronteira de aprendizagem, quando é remunerado, também é um meio socioeconômico que pode contribuir para a permanência de estudantes de baixa renda no ensino superior e no ensino médio. Com isso, o primeiro resultado dessa proposta, foi de cunho individual, a obtenção da nota máxima na disciplina.

Vale ressaltar que, essa proposta foi catalisada não apenas pelos conteúdos técnicos em política públicas, mas também pela gradual familiaridade com a temática racial, intensificada pelas leituras no âmbito da Coordenadoria de Ações Afirmativas (CAAF)¹². Somando-se ao momento de consolidação da Comissão de

¹¹ Com o tempo, à luz de autores como Muller (2010), Offe (1984), Bourdieu (2014) e, mais especificamente, Georges Balandier (1980), compreendi que as políticas públicas são também arenas de disputa. Nessas arenas ocorrem conflitos de diferentes naturezas: os simbólicos, que dizem respeito às lutas por significado — isto é, às disputas sobre o que é considerado um problema e quem tem legitimidade para falar sobre ele; os institucionais, que envolvem tensões entre órgãos, regras e interesses dentro do próprio Estado; e os estruturais, que refletem desigualdades históricas de raça, gênero e classe.

¹² A Coordenadoria de Ações Afirmativas (CAAF) foi criada pelo Conselho Universitário da UFG com a aprovação da Resolução CONSUNI nº 15/2014. Chegou a passar pela gestão das/os professoras/os Dr^a Luciene de Oliveira Dias, Dr. Jean Tiago Batista e Dr^a Marlini Dorneles de Lima. Foi encerrada em 2022 com a criação da Secretária de Inclusão que atualmente está sendo direcionada pela Dr^a Luciana de Oliveira Dias.

Heteroidentificação da UFG¹³.

A CAAF atuava juntamente com a Coordenação de Inclusão e Permanência (CIP). Naquele momento, ambas as coordenações, estavam sendo direcionadas por duas professoras mulheres, Marlini Dorneles de Lima¹⁴ na CAAF e Suzane de Alencar Vieira na (CIP). E vinculado a CAAF, o cientista político Pedro Cruz presidia a Comissão de Heteroidentificação.

1.4 A proposta

No início de 2021, eu já estava prestes a concluir o curso de graduação, já escrevendo minha monografia. Foi quando também apresentei a proposta para a Coordenadoria de Ações Afirmativas da UFG. Rapidamente ultrapassou esses limites, revelando seu potencial para promover, de maneira concreta, a equidade racial no acesso a oportunidades institucionais.

A coordenadora Marlini Dorneles, imediatamente, marcou uma conversa com a diretora da central de estágios da UFG. Em seguida, o servidor da UFG, meu amigo Pedro Cruz, também meu colega no curso e membro desta CAAF, logo tratou de entrar em contato com seus amigos políticos do parlamento goiano.

Dias depois, em uma conversa por vídeo chamada, apresentei a proposta para a deputada Delegada Adriana Accorsi do partido dos Trabalhadores (PT). A proposta lançada com base na lei 12.711/2012, solicitava a reserva de 50% das vagas para pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e quilombolas nas vagas de estágio dos órgãos públicos do estado de Goiás. Ela logo manifestou interesse em representar o projeto na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

Logo a proposta foi autuada na seção de protocolos e arquivos, recebendo o nome de projeto de lei 298 de 25 de maio de 2021 no processo legislativo nº

¹³ A criação dessa comissão surge para combater fraudes no ingresso pelas cotas raciais na UFG por meio do SISU. Essa comissão enfrentou muitos obstáculos institucionais, além de vários processos judiciais que questionavam sua legitimidade.

¹⁴ Docente do curso de Licenciatura em Dança e vice -coordenadora do Programa de Pós-graduação em Artes da Cena EMAC- da Universidade Federal de Goiás.

2021005484. Sendo a proposta aprovada na plenária nesse mesmo dia pela mesa diretora que é responsável pela direção dos trabalhos legislativos conforme o artigo 14º de seu regimento interno¹⁵ Alego.

A proposta também constava a importância da garantia de ter a Comissão de Heteroidentificação. Essa comissão conforme a Portaria Normativa nº 6 de abril de 2018¹⁶ existe no sentido de garantir que as cotas-raciais realmente alcance candidatos que tenham características fenotípicas da negritude. Ou seja, assim, é possível evitar fraudes na reserva de vagas.

A proposta foi encaminhada para a secretária de Apoio Legislativo que, por sua vez, a encaminhou para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, sendo distribuída ao relator, Deputado Dr. Antônio do partido do partido União Brasil (UB), no dia 27 de maio de 2021. Após uma análise detalhada, o parecer favorável foi emitido no dia 18 de agosto de 2021, destacando a relevância e a viabilidade da proposta.

Contudo, a sugestão do deputado Dr. Antônio foi reduzir a reserva de vagas de 50% para 30%, tomando como referência a Lei 12.990/2014, que destina 20% das vagas a servidores públicos negros. No caso dessa proposta, considerando a inclusão de pessoas indígenas e quilombolas, justificou-se o acréscimo de 10% nesse percentual.

No dia 24 de agosto de 2021, na sala das Comissões Deputado Solon Amaral, localizada na sede da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Os deputados estavam presentes para os trabalhos da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, na ocasião uma das matérias que recebeu parecer favorável foi projeto de lei 298 de 25 de maio de 2021.

Na ocasião, constavam os deputados¹⁷ Amauri Ribeiro, Bruno Peixoto, Chico

¹⁵ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS. *Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás*. Acesso em: 20/04/2024.

¹⁶ PBRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. *Portaria Normativa nº 4, de 6 de abril de 2018*. Regulamenta o procedimento. Disponível em: <https://legis.sigepe.gov.br/legis/detalhar/14766>. Acesso em: 20/04/2024.

¹⁷ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS. *Lista completa dos deputados da legislatura*

KGL, Dr. Antônio, Talles Barreto e Virmondes Cruvinel, todos do partido União Brasil (UB); Amilton Filho e Humberto Aidar, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB); Coronel Adailton, do partido Solidariedade (SD); Delegado Humberto Teófilo, do Patriota (PATRI); Paulo Trabalho, do Partido Liberal (PL); Delegada Adriana Accorsi, do Partido dos Trabalhadores (PT); e Wilde Cambão, do Partido Social Democrático (PSD).

Posteriormente, projeto de lei 298 em um processo nº 2021005484 foi encaminhado novamente à Mesa Diretora da câmara do legislativo, sendo aprovado e remetido, com despacho, à Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa no dia 30 de novembro de 2021. Já em 02 de dezembro de 2021, o deputado Coronel Adailton do partido Solidariedade (SD) foi designado para relatar o parecer de mérito referente ao processo nº 2021005484.

Conforme a proposição 2021005484 publicada no site do portal Opina Cidadão¹⁸ da Alego e que é de livre acesso ao público, no relatório do deputado Coronel Adailton consta o seguinte argumento:

No que tange ao mérito, constata-se que a proposição é extremamente oportuna, pois institui uma medida importante para a inclusão de minorias étnicas nos programas de estágio. Sabe-se que esses grupos foram historicamente prejudicados pela humanidade e, ainda hoje, infelizmente, não se encontram em plena igualdade de acesso à educação e ao emprego. Assim, o projeto é oportuno e conveniente, merecendo aprovação. (Goiás, 2021).

Com essa fundamentação, a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa aprovou a proposição nº 2021005484 no dia 7 de junho de 2022, na sala das comissões. Na ocasião, além do deputado Coronel Adailton (SD), também assinaram a lista de presença vinculada ao processo os deputados Rafael Gouveia, do partido Republicanos; Tião Caroço, do partido União Brasil (UB); Cairo Salim, do Partido Social Democrático (PSD); e Chico KGL, também do União Brasil (UB).

2019. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/legislaturas/legislaturas-anteriores/32>. Acesso em: 30/11/2024.

¹⁸ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS. *Dispõe sobre a reserva de vagas de estágio para pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e quilombolas nos programas de estágio no âmbito do poder público do estado de Goiás e dá outras providências*. Disponível em: <https://opine.al.go.leg.br/proposicoes/2021005484>. Acesso em: 01/12/2024.

No dia 30 de junho de 2022, o processo foi encaminhado novamente e recebido pela Mesa Diretora Parlamentar. Ainda nesse mesmo dia, o processo entrou na fase de 1ª discussão e votação no plenário. No entanto, somente três meses depois, em 26 de outubro de 2022, o processo foi aprovado em 1ª discussão e votação.

Não havendo mais necessidade de retorno às comissões, o processo nº 2021005484 foi aprovado em 2ª discussão e votação no dia 1º de novembro de 2022, recebendo o nome de Projeto de Lei nº 522 de 1º de novembro de 2022, no plenário da ALEGO. Em 3 de novembro do mesmo ano, o projeto foi encaminhado para a Casa Civil do Estado de Goiás como Autógrafo de Lei nº 522, extraído do processo legislativo nº 2021005484.

Porém, na Casa Civil, por meio da Procuradoria-Geral do Estado, no dia 15 de dezembro de 2022, o governo de Goiás concluiu pela inconstitucionalidade e injuridicidade do Autógrafo de Lei nº 522, de 1º de novembro de 2022 (000035804718), alegando ilegitimidade e justificando a oposição de veto jurídico integral. O principal argumento apresentado foi:

A norma apresenta vício formal de iniciativa, já que a competência para a deflagração do processo legislativo, se fosse tentado, é do Governador do Estado. (Goiás, 2022).

O governo e a Procuradoria do Estado alegaram que o projeto desrespeitaria a separação dos poderes. Eles argumentaram que o projeto interferiria nas competências exclusivas do Poder Executivo, especialmente na criação de obrigações administrativas e na alocação de recursos públicos. Segundo o parecer, tais iniciativas deveriam ser de responsabilidade exclusiva do Executivo.

A decisão do governo sobre sancionar ou vetar o projeto de lei depende, em grande parte, de sua estratégia política. O governo tem duas opções: sancionar o projeto ou vetá-lo e apresentar uma contraproposta de sua própria iniciativa. Essa flexibilidade no processo legislativo reflete a interação entre os poderes Executivo e Legislativo.

Essa prerrogativa possibilita a ele fazer essa escolha. Além disso, evidencia a vontade do Executivo em moldar a legislação conforme suas próprias perspectivas e necessidades. Ou seja, no caso desse projeto de lei apresentado aqui não

correspondia às necessidades políticas do governo do estado de Goiás.

1.5 Conclusão da Graduação

Paralelamente a essa proposta, concluí minha graduação com uma monografia intitulada "*Hũparnõ: processo de matrículas, ações afirmativas e Comissão de Heteroidentificação*". O material utilizado na construção da monografia serviu de suporte para minha tomada de consciência racial, o que culminou ao mesmo tempo na formulação da proposta legislativa.

Me lembro que já perto do final de minha graduação, professores e gestores da universidade me chamavam para conceder entrevistas. A primeira, indicada pelo professor Pedro Cruz e Marlini Dornelles de Lima¹⁹, foi para a TV Brasil Central²⁰ para falar sobre a logística do rito procedimental da comissão de Heteroidentificação da UFG, a pedido do Ministério Público Federal.

Na segunda, a Suzane conseguiu com a Secretária de Comunicação Institucional (Secom) da UFG, marcar minha primeira entrevista sobre o projeto de lei. Essa foi até um pouco cômica, pois o jornalista estava muito apressado e pessoas apressadas sempre me deixam ansiosas. Acabou que a entrevista não saiu, então outra jornalista da Secom entrou em contato e pediu para que eu escrevesse sobre o Projeto de Lei²¹.

Algo que é importante destacar nessas duas etapas do ciclo de políticas públicas é a participação de atores da sociedade civil. Até aqui destacam-se mais especificamente a educação e o parlamento: a Universidade Federal de Goiás com especialistas acadêmicos na temática racial e o parlamento goiano que tem aval para a representação política da sociedade.

¹⁹ Docente do Curso de Licenciatura em Dança da Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutora em Arte pelo Instituto de Arte IDA na Universidade de Brasília (UnB).

²⁰ MINISTÉRIO PÚBLICO; UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. *Ministério Público e UFG criam critérios para sistemas de cotas*. Disponível em: <https://youtu.be/ftoO-F-Eu6Y?si=apoa29gAvhCWX6KE>. Acesso em: 13/02/2025.

²¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. *Acadêmica cria PL para cotas em estágio nos órgãos públicos do Estado*.

Também é possível ver que existem dois fatores que favorecem a possibilidade desse projeto ganhar atenção. O primeiro é a legitimidade científica como especialista não só nas políticas públicas, mas também na temática racial. O segundo são as relações de contatos que influenciaram na passagem do projeto como, por exemplo, eu não era próxima de nenhum deputado, mas meu amigo Pedro tinha influência com alguns.

O teórico Harold Lasswell (1951), um dos primeiros na análise de políticas públicas, introduziu a abordagem multidisciplinar para entender e resolver problemas da sociedade. Criou o termo “Policy Sciences²²”, o qual usamos para compreendermos a importância da nossa participação enquanto acadêmicos e cientistas na solução de problemas reais da sociedade.

Ele compreendia que o rigor acadêmico e científico poderia aprimorar a formulação e implementação de políticas públicas, especialmente quando aliado a uma análise multidisciplinar, métodos rigorosos, aplicabilidade prática e o engajamento ativo dos cientistas. Para ele, essa abordagem não se limitava ao campo teórico, mas exigia uma intersecção entre teoria e prática.

Esse modelo pedagógico é refletido, por exemplo, na estrutura do curso de Ciências Sociais - Habilitação em Políticas Públicas da UFG. O curso integra diversos campos do saber. Promove uma formação que permite aos alunos compreender a complexidade das políticas públicas. A ideia é desenvolver soluções práticas, alinhadas com as necessidades da sociedade.

Com a conclusão da graduação, ocupei o lugar de especialista e pesquisadora, tornando-me não somente uma estudiosa das políticas públicas, mas também uma agente responsável pela mudança, refletindo criticamente sobre as realidades sociais. Hoje, entendo que o conhecimento adquirido é uma ferramenta poderosa para entender, propor soluções e contribuir para as transformações.

²² O termo se encontra no livro **Policy Sciences: Recent Developments in Scope and Method** de 1951 e na edição 1971.

1.6 Mercado de Trabalho

Minha experiência de buscar emprego depois de terminar a graduação foi uma frustração muito dolorosa. A expectativa que eu tinha depositado naquele diploma foi acabando a cada “não” que recebia nos processos seletivos que experimentava. Mas em meio a todo aquele caos, havia algumas inquietações que afloravam. Com meu espírito de investigadora, queria saber se isso era só um enfrentamento meu ou se tinha mais pessoas passando por isso.

Cheguei à conclusão: o plano, primeiro trabalhar e conseguir dinheiro, e só depois voltar para a universidade não estava dando certo. Precisava voltar a estudar e logo! Sem necessariamente ter uma sequência de ordem de prioridade, eu tinha duas razões para isso. Entrar na pós-graduação poderia me garantir uma bolsa de ajuda de custo por dois anos. O outro, queria saber como pessoas negras egressas do ensino superior estavam sobrevivendo.

Confesso que um dos meus mais intensos desejos, desde que ainda sonhava com o ensino superior, é viver a experiência de estudar fora do país. E por mais que eu já tenha recebido várias orientações para estudar fora, ainda em 2022, dois gargalos bloqueiam o caminho. Aprender outro idioma, o mais falado do mundo, mesmo tendo várias possibilidades na graduação, ainda não foi algo que alcancei com êxito.

Ademais, mesmo sabendo que estudar fora poderia me condicionar ajuda de custo, o caminho para chegar lá exige um capital financeiro que ainda não tinha. Eu precisava sobreviver, e por isso, firmei o pé no chão, minha realidade é tentar em uma instituição onde possivelmente daria certo. Contei com ajuda de minha querida amiga Sckarleth Martins²³, que já tinha passado por esse processo e conhecia o caminho das pedras na federal do cerrado goiano.

Escrevi minha proposta e lancei minha aposta no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás. Eu tinha uma ideia que a minha pesquisa seria apenas conversar com egressos e egressas do sistema de cotas raciais. Mas durante o primeiro semestre letivo do meu mestrado muitos movimentos estavam acontecendo no meu campo.

²³ Sckarleth Martins é jornalista e mestre em comunicação social pela Universidade Federal de Goiás

No mês de fevereiro fui a um evento do PPGAS na UFG. No final do evento uma moça do doutorado me chamou e perguntou se poderia escolher meu orientador e quem seria. Eu disse que a primeira opção coloquei Suzane e a segunda opção Herbeta. Em contrapartida, ela disse que não era possível que daria certo porque ambos já estavam com a agenda lotada.

1.7 Mobilização por Aquilombamento

No dia 10 de fevereiro de 2023, voltei à UFG para a inauguração da Secretária de Inclusão- SIN. Lá me encontrei com Suzane, e depois de alguns minutos perguntei se era errado já saber se ela seria minha orientadora, ela disse que não e perguntou se isso era o que eu queria, eu disse “trabalhamos com a mesma linha de pesquisa e já nos conhecemos, sabemos a forma como cada uma trabalha”, ela disse “então vamos”.

No dia da inauguração da Secretaria de Inclusão da UFG, o auditório da Faculdade de História, conhecido também como prédio de Humanidades 1, estava lotado de autoridades e ativistas do estado de Goiás. E enquanto as pessoas iam chegando e se acomodando nas cadeiras do auditório, pensei como eu poderia conseguir apoio daquelas pessoas para o projeto de lei.

Aliás, não existe uma política que informa quando um projeto é vetado ou sancionado. E naquele momento, pelo menos eu não sabia que o projeto já tinha sido vetado no final do ano anterior. E o apoio que eu buscava ainda naquele evento era para que o projeto fosse sancionado pelo governo. A expectativa era para que aquelas pessoas pudessem intervir em favor do projeto.

Já tinha passado um bom tempo desde a hora em que aquele evento tinha começado e várias pessoas já tinham tomado a palavra para falar. Suzane estava do meu lado quando compartilhei com ela uma ideia que tive na hora. Perguntei o que ela achava se pedíssemos para a professora Luciana de Oliveira Dias²⁴, a primeira secretária da SIN, para falar sobre o projeto de lei e pedir apoio.

²⁴ Atualmente é professora Associada da UFG, com atuação na Secretaria de Inclusão (SIN/UFG) - é atual secretária de inclusão da UFG; é docente da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) e da Educação Intercultural Indígena no Núcleo Takinahaky dessa mesma universidade.

Suzane imediatamente concordou, Igor Oliveira²⁵ que também trabalha na SIN, estava passando por perto e nós o chamamos. Escrevi em uma folha de papel da agenda de Suzane e ao arrancá-la da agenda entreguei o papel para o Igor pedindo para que ele entregasse a Luciana Dias, que estava na mesa junto com outras autoridades da UFG. E o cientista social Pedro Cruz fez o apelo solicitando apoio.

Não me recordo com detalhes das palavras que foram ditas naquele dia por meu amigo Pedro Cruz. Mas me lembro dele ter ressaltado a importância da minha formação na graduação em Ciências Sociais-Habilitação em Políticas Públicas. Também ressaltou a sorte que tive de experimentar o estágio na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. E depois ter compartilhado a rotina da Coordenadoria de Ações Afirmativas, sendo que tudo isso desembocou não somente em uma monografia, mas também na formulação de projeto de lei.

As palavras de Pedro Cruz eram no sentido de provocar o público ali presente para nos apoiar com o projeto de lei. Aliás, o público naquele dia no auditório da Faculdade de História do prédio Humanidades I da UFG, localizado no Campus Samambaia, estava cheio de autoridades públicas e lideranças de movimentos negros do estado de Goiás.

Quando a cerimônia seguiu em direção à sede da SIN, após cortar a faixa na entrada do recinto, foi servido um lanche. Enquanto isso acontecia, íamos conversando uns com os outros, conhecendo e matando saudades das pessoas. A Luciana Dias pegou na minha mão e falou, vem rápido comigo. Ela estava a me apresentar para a professora Ieda Leal, secretária de Gestão do Sistema de Promoção de Igualdade Racial na gestão da Ministra Anielle Franco.

Naquele mesmo dia, conheci a mãe de santo Sônia Cleide Ferreira²⁶ e

²⁵ Igor da Silva Coelho Oliveira é mestrando em Direitos Humanos e atualmente é coordenador geral administrativo da Secretaria de Inclusão da UFG. Enquanto estudante foi contemplado pelo programa Abdias Nascimento para fazer mestrado sanduíche no México. O projeto é uma parceria parceria do Ministério da Igualdade Racial do Brasil.

²⁶ FOLHA DE S. PAULO. *Sônia Cleide Ferreira é goiana, mãe de santo e ativista da ONG grupo Mulheres Negras Malunga com sede no estado de Goiás*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/candidatos/2024/go/vereador/sonia-cleide-90002106353.shtml>. Acesso em: 13/02/2025

Valdicelia Ferreira²⁷, que logo cuidaram de começar uma aproximação comigo, quando a cerimônia da abertura da SIN estava chegando ao final, elas chegaram até mim se apresentando como parte do o Grupo de Mulheres Negras Malunga²⁸ e se ofereceram para ajudar com PL nº 522 de primeiro de novembro de 2022.

Enquanto o Malunga ajudava na responsabilidade de responder pelo PL nº 522, de 1º de novembro de 2022, como uma organização da sociedade civil, eu compreendia que, apesar das ideias interessantes e da qualificação que eu pudesse ter, não seria possível lutar por esse projeto sozinha. Era necessário agir em quilombamento.

Esse termo, conheci ainda quando estava na graduação e vários de meus amigos e colegas serem quilombolas. No mestrado na disciplina de Teorias Antropológicas I, com a prof^a Luciene de Oliveira Dias²⁹ em seu livro *Aquilombamento* (2022), conclui se:

aquilomba-se quem busca articulação política, aquilomba-se quem conta a história, aquilomba-se quem a registra das mais diversas formas com o propósito de sensibilizar os aparelhos do Estado para que o quilombo viva. (Dias, 2022, p.168).

O conceito de quilombamento criado pela Luciene de Oliveira Dias (2022), no meu entendimento, possibilita outra “dimensão central do campo que é ser afetado” (Saada, 2005, p.155). “Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer.” (Saada, 2005, p.160).

Os quilombos como tecnologia de resistência da comunidade negra nos permite acionar dispositivos que só quem se permite ser afeto consegue ver. “Esse dispositivos pode, é claro, ser descrito e compreendido, mas somente por quem se permitir dele se aproximar, quer dizer, por quem tiver corrido o risco de “participar” ou ser afetado por ele: em caso algum ele pode ser “observado” (Saada, 2005,

²⁷ Atualmente é ativista da ONG grupo Mulheres Negras Malunga.

²⁸ MULHERES NEGRAS MALUNGA. *Primeira organização negra feminista do estado de Goiás, que há mais de 27 anos atua nas mais diversas frentes de combate ao racismo e sexismo*. Disponível em: <https://mulheresnegrasmalunga.org.br/>. Acesso em: 13/02/2025.

²⁹ Luciene de Oliveira Dias é pesquisadora e professora da Universidade Federal de Goiás (UFG). Antropóloga, Cientista do Ambiente e Jornalista. Atuante nas áreas de Performances Culturais, Comunicação e Antropologia com foco em construções de gênero, sexualidade, raça e direitos humanos. Coordenadora do Pindoba - Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença.

p.161).

Ressalto, ainda, que ao longo desta dissertação, é possível identificar que o aquilombamento se manifestou de diferentes formas. Um exemplo disso é o grupo de WhatsApp, que surgiu principalmente após a audiência pública, composto por outras e outros ativistas que compartilham interesse nesta temática.

São várias lideranças negras que estão no estado de Goiás e em diferentes frentes e trabalhos, sendo que essas lideranças não são escolhidas ou reconhecidas pelo Estado de forma oficial. Elas se constituem a partir de sua ação coletiva e da relevância de sua atuação no combate ao racismo. São lideranças reconhecidas dentro de seus ciclos sociais.

Muitas delas, embora trabalhem com grande dedicação, não recebem remuneração por suas atividades. Ao contrário, frequentemente, dividem seu tempo e recursos pessoais, sacrificando outras áreas de suas vidas, para se engajar ativamente na luta contra o racismo, tornando-se referências de resistência e mobilização social.

Independente das posições que ocupam na sociedade, essas pessoas se destacam pela contribuição voluntária e constante em suas respectivas áreas — sejam elas professores, estudantes, agentes de saúde, mães solas, advogados, povo de santo, povo evangélico, entre outros. São pessoas que se organizam na medida do possível para aquilombar.

1.8 Parlamento Vota em Favor do Veto³⁰

O dia 27 de setembro de 2023 era uma quarta-feira de reuniões do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFG. Às 13h começava a reunião da Comissão de bolsas que se estendia até o início da reunião da CPG (Coordenadoria de Pós-Graduação) do PPGAS, às 14h. A CPG sendo

³⁰ Gostaria de relatar que esse diálogo se refere à última discussão que se teve na tribuna do parlamento goiano referente ao projeto de lei nº 522 de 1 de novembro de 2022. E é importante que o leitor saiba que essa discussão foi meses depois da audiência pública que discutida no capítulo 2 desta dissertação.

composta por docentes e discentes seguia seu fluxo a cada trinta dias.

Naquele 27 de setembro de 2023, já ocupava uma posição de confiança e responsabilidade que, embora desafiadora, era a culminância de uma jornada de amadurecimento acadêmico e pessoal. Fui escolhida pelos meus pares para representar os estudantes do mestrado neste programa. Ser uma voz ativa em um ambiente acadêmico muitas vezes marcado por desigualdades.

Entre apresentações de demandas de discentes e docentes; prestações de contas e votações, caía uma leve chuva naquela tarde. Aquele parecia ser mais um dia comum de reuniões da CPG do PPGAS sob a coordenação de Suzane de Alencar Vieira. Aliás, é quem me orienta nesta pesquisa de mestrado e foi que me orientou na graduação.

Encontrava-me em uma das cadeiras da penúltima fileira da sala de defesa AS 01 no primeiro andar da Faculdade de Ciências Sociais localizada no campus Samambaia, na parte norte da cidade de Goiânia. Lembro-me de estar vestida com uma blusa azul marinho, calça jeans, um tênis preto, meu cabelo estava black. Carregava comigo minha mochila negra e um guarda-chuva.

Foi quando, às dezesseis horas e trinta e oito minutos, um servidor da Alego me enviou por whatsapp a seguinte mensagem:

Josi, estão votando o seu projeto. Acredito que ele será vetado. Se tiver contato com algum deputado, ligue para eles ou para a assessoria. O Cairo Salim³¹ está falando da Enel, mas o seu projeto ainda está na pauta para votação. Te aviso quando terminar.

Naquele momento, comecei a compartilhar o link da sessão ordinária da Alego, onde estava ocorrendo a votação, nos grupos de WhatsApp. Esses grupos eram compostos por pessoas interessadas na discussão, incluindo tanto membros da UFG quanto ativistas e militantes externos à academia. Eram pessoas que em sua maioria eram negras e viviam no estado de Goiás.

A maioria desses grupos já existia, não tendo sido criada especificamente

³¹ Deputado Cairo Salím Cairo Salim, deputado estadual pelo PSD e natural de Goiânia, iniciou sua trajetória política aos 16 anos e ocupou cargos nas secretarias municipais de Esporte e Saúde, além do Ipasgo. Reeleito em 2022, defende pautas como família, princípios cristãos, liberdades individuais, geração de emprego e apoio aos direitos das mulheres e das crianças e adolescentes.

para o projeto, mas, naquele momento, eles se tornaram essenciais para a mobilização. Desesperada e sentindo a urgência da situação, eu pedia ajuda nos grupos, tentando mobilizar as pessoas para a causa. A missão era clara: convencer os deputados a votarem contra o veto que ameaçava a continuidade de um direito tão importante.

Com o sentimento de que o futuro daquelas políticas públicas dependia de nossa ação, meu apelo se tornava cada vez mais insistente. A pressão era grande, e a sensação de impotência, ao ver o tempo passar, intensificava o peso da responsabilidade. Contudo, era justamente essa luta que me impulsionava a continuar, com a certeza de que a mobilização coletiva era o único caminho para reverter a situação.

Um desses grupos reunia militantes e ativistas que haviam acompanhado de perto a discussão do veto na audiência pública realizada no dia 23 de março de 2023 na Alego. Esses ativistas, com um compromisso sólido com a luta por direitos, tinham não apenas o interesse em barrar o veto, mas também em garantir a aprovação de outros projetos fundamentais para a causa.

Aliás, a Audiência Pública foi promovida pelo deputado Mauro Rubens³² do partido dos Trabalhadores (PT) junto como movimentos negros no estado de Goiás, para discutir ações afirmativas contra a discriminação racial. E o evento também comemorou o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matriz Africana e Nações do Candomblé. Porém, essa audiência será abordada em detalhes no capítulo 2.

A conversa com aquele servidor³³ continuou:

Mauro Rubem está defendendo seu projeto, mas vou te dizer bem a verdade, ele está fazendo isso só para ter respaldo que está defendendo a pauta. Ele não fez articulação interna para impedi-lo de ser vetado. Após as discussões na tribuna eles vão dar o parecer, se a maioria votar favorável (ao veto) o projeto será vetado, se a maioria votar contrário (ao

³² Mauro Rubem (PT), deputado estadual reeleito, iniciou sua militância sindical em 1989, enquanto atuava como cirurgião-dentista na Secretaria Estadual de Saúde (SES). Formado em Odontologia e especializado em Saúde Pública, fundou o SindSaúde e, filiado ao PT desde 1999, destacou-se como vereador em Goiânia e, desde 2003, como deputado estadual. Reconhecido pela defesa de direitos humanos, saúde pública e movimentos populares, alcançou em 2022 o maior número de votos de sua trajetória, consolidando-se como uma das principais lideranças da esquerda em Goiás.

³³ Assessor na Alego que me deixava informado sobre a tramitação do PL nº522.

veto) o projeto volta a tramitar.

Me batia uma angústia muito grande com toda aquela informação que eu ia recebendo. Uma ativista³⁴ que participou da audiência pública com tema “Dia internacional da luta contra a discriminação racial” me colocou em contato com um número comercial do deputado Mauro Rubem. Eu disse ao deputado por whatsapp:

Boa tarde! Aqui é Josi do projeto de lei de cotas nos estágios. Sei que o projeto está sendo votado agora. Peço por favor, que peça vista ao projeto. Sei que a maioria vai votar a favor do veto. Isso é triste.

Em resposta ele diz:

Estamos discutindo agora.

Enquanto isso, o assessor que me informava da movimentação que acontecia nessa sessão, dizia:

O deputado Fred Rodrigues³⁵ vai falar contra seu projeto na tribuna agora! Josi, vou deixar bem claro para você. Pelo modo aqui do plenário, o projeto vai ser vetado integralmente. O Deputado Gomides e a deputada Bia de Lima não vão se pronunciar (os únicos deputados do PT).

Quando comecei lá em 2021 com essa proposta, as pessoas já o identificavam como “o projeto da Josi”. Inicialmente eu não tinha noção do que isso significava, mas as pessoas diziam que isso deveria ser reconhecido. Então quando o site de notícias da Alego soltou, pela primeira vez, notas sobre o projeto, ainda naquela época, eu ligava para a Alego pedindo para fazer correções nas notas dos jornais.

O site de notícias da Alego dizia que a deputada encontrou uma pesquisa minha. Mas não reconhecia que fui eu quem apresentou o projeto para a deputada. E muito menos me reconhecia na redação do conteúdo desse projeto

³⁴ Para esse contexto, busco preservar a identidade da ativista uma vez que o contato foi passada no privado.

³⁵ O deputado Fred Rodrigues, em sua primeira legislatura, é do (DC), um partido político brasileiro com ideologia conservadora nas questões sociais e liberal nas questões econômicas. Aliás, meses depois, ele perdeu seu assento legislativo por violar a lei de prestação de contas nas eleições municipais de 2020 para vereador. No entanto, foi logo nomeado diretor de mídias sociais da Assembleia Legislativa de Goiás. Para um breve relato sobre esse partido, consulte FABER, Marcos. *História dos partidos políticos no Brasil*. História Livre, 2010.

de lei. Ativistas e militantes me ensinavam que eu assumindo a proposição do projeto, também estava assumindo que o projeto é feito por mãos negras.

No grupo de whatsapp, as e os ativistas e militantes, enquanto assistiam à sessão pela TValego, se manifestavam em repúdio aos argumentos dos deputados favoráveis ao veto. Até a hora em que o servidor me passa o resultado:

Dezenove votos a favor do veto, quatro votos contrário, e, um voto de abstenção. Os votos são secretos nesse tipo de votação, então não é possível dizer quem votou em quê.

De modo geral, o parlamento goiano sempre foi composto, em sua maioria, por homens brancos. A maioria desses parlamentares se posiciona politicamente no espectro de centro e de direita. Na legislatura de 2023 e 2024³⁶, há quatro parlamentares de esquerda. Todos esses parlamentares são brancos, e entre eles, uma é mulher.

Apesar disso, os parlamentares de esquerda sempre mantiveram diálogo com os movimentos negros em Goiás. No entanto, as nossas reivindicações frequentemente não resultam em mudanças significativas. Esse cenário reflete a dificuldade de transformar as demandas da população negra em políticas públicas efetivas.

A falta de resultados concretos evidencia a persistente desigualdade na representação e na implementação de políticas inclusivas. Para ilustrar essa situação, solicitei ao portal da transparência da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás um levantamento sobre projetos de lei relacionados a políticas afirmativas voltadas à população negra.

No levantamento recebido da Assembleia Legislativa de Goiás (ALEGO) em 16 de dezembro de 2024, foram analisadas um total de 46 proposições apresentadas pelos parlamentares entre os anos de 2012 e 2024, todas relacionadas às reivindicações da pauta racial. A distribuição dessas proposições, conforme sua situação atual, é apresentada a seguir:

³⁶ Mauro Rubem, Antônio Gomide e Bia de Lima, todos do Partido dos Trabalhadores (PT), além de Karlos Cabral, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), integram a 19ª legislatura da Assembleia Legislativa de Goiás. Para mais detalhes, consulte a lista completa dos parlamentares no site oficial da ALEGO, disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/legislaturas/legislaturas-anteriores/33>

Categoria	Quantidade	Porcentagem
Proposições arquivadas	27	58,70%
Proposições em tramitação	12	26,09%
Proposições com veto total	3	6,52%
Proposições com veto parcial	2	4,35%
Proposições convertidas em diligência	1	2,17%

É possível observar que a maior parte das proposições (58,70%) foi arquivada, refletindo um certo bloqueio ou desinteresse político. Em segundo lugar, temos as proposições ainda em tramitação (26,09%), que indicam a continuidade do processo legislativo. A baixa incidência de vetos totais ou parciais (10,87%) e de proposições convertidas em diligência (2,17%) evidencia, portanto, a dinâmica da pauta racial no contexto legislativo de Goiás.

Essa análise evidencia a fragilidade no avanço de iniciativas voltadas à promoção da igualdade racial. A maioria das proposições não chega a ser implementada. O arquivamento expressivo reflete a falta de priorização dessas pautas. A tramitação prolongada indica obstáculos que retardam o progresso dessas políticas.

Além disso, o veto a algumas proposições reforça a resistência em consolidar medidas inclusivas. Esses fatores revelam não apenas o desinteresse político, mas também desafios estruturais. É necessário repensar os mecanismos de formulação e aprovação legislativa. Somente assim será possível reduzir

desigualdades e promover a inclusão da população negra na sociedade.

1.9 Desinteresse do parlamento

Após toda articulação que fizemos enquanto movimentos negros³⁷ desde a universidade até audiência pública, lives, reunião ordinária com a CEPIR da OAB, durante todo esse período desde que o projeto foi entregue à assembleia legislativa de Goiás, nossos aliados parlamentares não fizeram a articulação interna com os deputados da oposição e não se prepararam para fazer a defesa do projeto no plenário.

Apenas um deputado fez arguição e ele não teve força em seus argumentos para defender a constitucionalidade e legalidade do projeto. Enquanto isso, sem qualquer análise técnica, dois deputados da direita subiram à tribuna e defenderam o veto do governador, baseando se na crença de que eles não precisam de cotas e, por isso, não concordam com o projeto.

Conforme a gravação do debate na plenária disponibilizada no canal de youtube³⁸ da Alego, não houve pedido de vista, nem apelações e nem entradas com recursos para evitar o engavetamento. A maioria de nossos aliados de esquerda não subiu à tribuna e não disse nada. O cenário foi de votação muito rápida, em bloco, sem pedido de vista por nossos aliados e sem articulação prévia entre os deputados.

Essa escassez de interesse do parlamento que se manifesta na votação deste projeto revela que, mais uma vez, a história se repete. Se repetiu a “política

³⁷ O termo "**movimentos negros**" é utilizado no plural para evidenciar a diversidade de coletivos, organizações e articulações que compõem a luta antirracista no Brasil. A pluralidade reflete as distintas experiências, demandas e estratégias adotadas por diferentes grupos e segmentos da população negra, considerando variáveis como gênero, classe, território e perspectivas ideológicas. Essa escolha conceitual busca destacar a multiplicidade de vozes e frentes de resistência que, embora convergentes em torno do combate ao racismo, atuam de forma descentralizada e com enfoques variados.

³⁸ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS. *Sessão Ordinária Alego do dia 27 de setembro de 2023 às 15h00min*. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/5ozMOmdwphM>. Acesso em: 13/02/2024.

do racismo e o racismo da política” que impediu a possibilidade de aprovação desse projeto. Sem um debate técnico sob as justificativas do veto, o parlamento apoiou a decisão do governador baseando se em argumentos ideológicos.

Em relação à votação dos projetos, normalmente a Alego não define datas. Se algum cidadão quiser saber como está a tramitação do projeto tem que manter contato com o pessoal dos gabinetes dos deputados. Na tramitação do projeto de lei nº 522 de 1 de novembro de 2022, para a segunda votação, contei com a ajuda de um assessor que trabalhava na Alego.

O projeto foi acusado de vício de iniciativa, sob argumento de que a criação e exclusão de secretarias são prerrogativas exclusivas do governo e não do parlamento. E em seguida, mesmo que o próprio governo tenha buscado a avaliação de várias secretarias ligadas à Casa Civil e essas, por sua vez, tenham se posicionado pela aprovação imediata do projeto, o governo também acusou de não ter havido discussão satisfatória e maior pluralidade na discussão.

E em apoio ao veto do governador o parlamento goiano justifica naquela votação após-veto com uma das seguintes declarações:

Mais uma vez, questão do racismo estrutural que é por isso que eles fazem essa medida pra resolver o racismo estrutural, só que vão mexer lá na base, **“prejudicar o branco pobre”**. Mais uma vez, o Lula teve oportunidade de colocar na posição mais poderosa do país hoje que é a posição do ministro do STF um negro. Colocou? Não! Vai colocar no próximo? Já disse que não! **Então onde que eles estão brigando pra resolver o racismo? Aqui afetando o branco pobre?** Mudando o pardo de lugar ? Ah! Quando é pra falar de gente aqui na assembleia eu tiro os pardos, pra falar que tem pouco? (Trecho da **Sessão Ordinária Alego - 27/09/2023 15:00h**)³⁹

A fala do deputado reflete uma visão distorcida sobre as políticas de cotas, ao associá-las à ideia de que essas medidas prejudicam outros grupos, como o "branco pobre". Essa perspectiva ignora o racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira e a necessidade de ações afirmativas para corrigir desigualdades históricas.

Ao minimizar a importância das cotas, o discurso desconsidera o contexto de exclusão social e racial que afeta as populações negras e pardas, especialmente no acesso à educação e ao mercado de trabalho. Por outro lado, a crítica ao

³⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5ozMOmdwphM>

governo por não avançar na representatividade negra, como no caso do STF, demonstra a resistência a mudanças estruturais que são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa.

É fundamental que o debate sobre as cotas e outras políticas públicas seja pautado pela compreensão de que o objetivo dessas ações é combater a desigualdade, não criar divisões, e que a verdadeira justiça só será alcançada quando houver, de fato, uma distribuição equitativa de oportunidades para todos. Conforme o artigo 3º, inciso III, da Constituição Federal de 1988:

"constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil [...] promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação",

Reforçando a importância de medidas que garantam a inclusão e a equidade social. Por isso, a Secretaria de Inclusão da UFG tem se empenhado em fornecer informações para estimular debates sobre a realidade da federal de Goiás. Quanto à situação dos estudantes de instituições estaduais, cabe ao governo de Goiás produzir essas informações.

A Universidade Federal de Goiás (UFG), desde 2001, tem se empenhado em avançar na inclusão socioeconômica e racial, buscando promover maior diversidade em seus estudantes, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Segundo dados extraídos em 2022 pela plataforma Analisa⁴⁰, a UFG contava com quase 21 mil estudantes, sendo 47% deles são negros (pretos e pardos), e 60% recebem até 1,5 vezes a faixa salarial mínima.

Além disso, a instituição tem implementado cotas socioeconômicas e raciais nos processos seletivos de graduação, pós-graduação e concursos para servidores técnicos e docentes. E em 2024, a UFG avança ainda mais em sua política de inclusão, promovendo programas de internacionalização, como o programa Abdias do Nascimento, que também faz parte da minha trajetória acadêmica e será mais detalhado no capítulo 3.

⁴⁰ A plataforma Análisa integra dados dos sistemas acadêmicos e administrativos da UFG, incluindo o Sistema Acadêmico (SIGAA), Lazer (SYSPEL), Sistema de Cadastro e Controle de Acesso do RU (HÓRUS), Sistema de Cadastro de Bolsistas (SICAB) e Sistema de Controle de Bolsa Estagiário (CONBE). Disponível em: <https://analisa.ufg.br/p/34884-assistencia-estudantil>. Acesso em: 05 jan. 2025.

Em 5 de janeiro de 2025, acessei a plataforma Analisa da UFG, e os dados dos últimos três anos revelaram um recorte significativo do perfil racial e socioeconômico dos estudantes. Considerei que, como a plataforma Analisa e a Comissão de Heteroidentificação foram implementados em 2018, os dados se tornaram mais confiáveis após dois anos de funcionamento.

A partir dos dados fornecidos pela plataforma Analisa, foi possível identificar que a distribuição racial entre os estudantes é composta por 49,39% de brancos (4075), 36,02% de pardos (2972), 11,38% de pretos (939), 2,42% de indígenas (200), 0,75% de amarelos (62), enquanto 2,56% (211) não declararam sua cor/raça e 0,04% (3) não informaram.

O total de estudantes analisados é de 8251, representando 100% dos ingressantes nesse período. Além do recorte racial, os dados apontam que 60% dos estudantes da UFG se encontram na faixa de renda entre 0 e 1,5 salários mínimos, evidenciando a prevalência de estudantes com menor poder aquisitivo. O cruzamento de cor/raça e renda evidencia desigualdades e a necessidade de inclusão no ensino superior.

A implementação de políticas afirmativas nas instituições educacionais, como as cotas raciais e socioeconômicas, é uma forma de concretizar esse princípio constitucional, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, é necessário avançar para outros espaços, além do ambiente acadêmico, para que as transformações sejam mais amplas e eficazes.

Por isso, a proposta foi também enviada ao parlamento goiano, buscando ampliar as ações afirmativas nos órgãos públicos de Goiás, uma vez que a população negra (parda e preta) representa 63,37% do estado. A inclusão e representatividade nos diversos setores da sociedade são essenciais para a promoção da equidade e o combate à discriminação racial.

Por isso, a trajetória das políticas de cotas no Brasil não seria a mesma sem a atuação de protagonistas fundamentais, como Abdias Nascimento, Nilma Lino Gomes e, mais recentemente, Anielle Franco. Abdias Nascimento foi uma das maiores vozes na luta pela implementação das cotas raciais, tendo sido um

defensor incansável da igualdade racial e da justiça social⁴¹.

Nilma Lino Gomes, por sua vez, teve um papel essencial na criação da Lei 12.711/2014, que garantiu o acesso de negros e negras à educação superior. Já Anielle Franco, como ministra, tem dado continuidade a esse legado com investimentos significativos em programas como o Abdias Nascimento, reforçando a importância de políticas afirmativas como instrumentos de reparação histórica.

Essas lideranças demonstram que a representatividade negra nos espaços de poder é fundamental para que as políticas públicas sejam não apenas pensadas, mas também efetivamente implementadas. No entanto, apesar desses avanços, ainda enfrentamos uma dicotomia significativa no Brasil, especialmente em estados como Goiás.

Por outro lado, a representatividade nos espaços de poder, como o governo e o parlamento, continua sendo limitada. Isso cria uma contradição onde as políticas públicas, como as cotas, têm sido efetivas no âmbito educacional, mas enfrentam resistência ou falta de atenção quando se trata de sua aplicação quando essa decisão depende de quem não é comprometido com a pauta.

Superar essa dicotomia é um desafio que exige não apenas a continuidade das políticas afirmativas, mas também o aumento da presença de negros e negras nas esferas de decisão, garantindo que as necessidades da população negra sejam plenamente reconhecidas e atendidas. Conforme o artigo 5º, caput, da Constituição Federal:

"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza" e, no inciso I, é garantido que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações" (Brasil, 1988).

Essas disposições reforçam a necessidade de uma representação equitativa

⁴¹ Ainda que este trecho dê ênfase às dimensões institucionais das políticas afirmativas, reconhece-se que tais políticas são também fruto de processos históricos de luta, negociação e resistência protagonizados pelos movimentos sociais negros. A atuação de lideranças como Abdias Nascimento e Nilma Lino Gomes integra um campo mais amplo de mobilização negra que, desde o pós-abolição, vem articulando o direito à educação como dimensão da cidadania plena. Esse campo pode ser identificado nas ações de entidades como o Teatro Experimental do Negro, o Movimento Negro Unificado, as conferências de Durban (2001) e as Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial, que consolidaram a educação como eixo de reparação e reconhecimento.

e de políticas públicas que tratem as desigualdades de forma justa e eficaz, assegurando que a população negra tenha uma participação significativa na formulação e implementação de políticas que impactam suas vidas. O artigo 14 da Constituição Federal assegura a "participação direta ou indireta do cidadão no processo político" (Brasil, 1988).

Esse artigo reflete o princípio de que a cidadania não se limita ao direito de votar, mas implica também no direito de ser ouvido e de influenciar as decisões que afetam a vida de todos, especialmente das populações historicamente marginalizadas. Somado-se ao artigo 1º, inciso II, que também menciona a cidadania como um dos fundamentos da República (Brasil, 1988).

1.10 Quando Avançaremos?

Ainda na época da graduação, uma das amizades mais significativas que fiz foi com Pedro Cruz, colega no curso de Ciências Sociais - Habilitação em Políticas Públicas. Naquela época, Pedro já era graduado em Direito e procurador público da Universidade Federal de Goiás, e sua trajetória acadêmica e profissional refletia seu compromisso com as causas sociais.

Ativista de direitos humanos, Pedro sempre defendeu com firmeza a inclusão e a manutenção das cotas, não só para discentes, mas também para técnicos e docentes no ensino superior. Durante as disciplinas que cursamos juntos, muitas vezes fomos parceiros em apresentações de trabalho, e foi nas aulas que pude observar sua postura crítica e combativa.

Pedro se posicionava de maneira firme contra argumentos de colegas e docentes que demonstravam comportamentos machistas, racistas, classistas e até aqueles que negavam o Holocausto. Contudo, foi na disciplina "Afroindígena", ao discutirmos as "práticas profissionalizantes", que nosso elo se fortaleceu ainda mais, consolidando a amizade que já estava em construção.

Já no mestrado, o diálogo com Pedro permaneceu intenso. À época, ele ocupava o cargo de presidente da Comissão de Heteroidentificação, vinculada à Secretaria de Inclusão da UFG. Como o prédio da Secretaria localiza-se ao lado do

Restaurante Universitário do campus, visitá-lo tornou-se um gesto recorrente. Pedro, sempre receptivo, costumava interromper suas atividades, na medida do possível, para conversarmos.

Dotado de ampla experiência na política, na militância e na educação, ele se mostrava disposto a discutir comigo projetos de lei em tramitação nos poderes Legislativo e Executivo. Havia dias em que expressava otimismo diante do avanço de determinadas propostas; em outros, demonstrava evidente indignação diante das resistências e objeções da oposição. Em entrevista concedida para esta dissertação, Pedro afirmou:

Só vamos avançar de maneira efetiva em nossas pautas se derrotamos nas urnas aqueles que não defendem matérias de interesse da população negra. (Cruz, 2023).

Esse trecho revela, para mim, a importância do ativismo e da luta por pautas que atendam aos interesses da população negra no cenário político atual. Através do diálogo com Pedro no contexto do mestrado, pude perceber que acompanhar as discussões acadêmicas é tão importante quanto se envolve ativamente nas disputas políticas que afetam diretamente os grupos marginalizados.

A fala de Pedro, ao afirmar que “só vamos avançar de maneira efetiva em nossas pautas se derrotarmos nas urnas aqueles que não defendem matérias de interesse da população negra”, me faz refletir sobre a importância da representatividade política e da mobilização eleitoral como ferramentas essenciais para a transformação das condições sociais.

A luta por justiça racial não se limita apenas ao debate acadêmico ou legislativo, mas exige ação política concreta, como a escolha de representantes comprometidos com a causa. Essa visão se insere em um contexto mais amplo de resistência e reivindicação de direitos para a população negra, que, historicamente, tem sido marginalizada nas esferas de poder.

A reflexão de Pedro Cruz dialoga com Sueli Carneiro (2011), que defende o protagonismo negro nos espaços de poder como forma de romper com estruturas de exclusão. Para Carneiro, a baixa representatividade negra reflete o racismo institucional e perpetua desigualdades. A ocupação desses espaços é uma estratégia essencial para enfrentar e reconfigurar o cenário político brasileiro.

A importância da mobilização política, conforme ressaltada por Pedro, também dialoga com Abdias do Nascimento (1980), que sempre apontou a urgência de uma consciência coletiva negra que transcenda o individualismo e se transforme em força política organizada. Nesse sentido, a verdadeira liberdade do povo negro só será alcançada quando a luta deixar de ser solitária e se tornar um movimento coletivo de transformação estrutural.

A atuação do ativista Pedro Cruz não apenas reflete essa compreensão teórica, mas também se manifesta de forma prática. Assim como meu amigo Pedro Cruz, outra pessoa fundamental para o avanço do projeto foi Salomão Neto. Pedro estabeleceu uma ponte entre mim e a deputada delegada Adriana Accorsi, do Partido dos Trabalhadores.

Esse contato foi essencial para que o projeto chegasse ao parlamento goiano. Já Salomão Neto foi peça-chave durante a audiência pública. A tramitação do projeto de lei nº 522 de 2022 na Assembleia Legislativa de Goiás expôs as resistências políticas e o desinteresse em atender às demandas da população negra, evidenciando o racismo estrutural no cenário legislativo.

Os dados sobre a baixa conversão de propostas em políticas efetivas reforçam a morosidade e a exclusão histórica enfrentada por essas pautas. A análise apresentada ao longo deste capítulo evidencia que, apesar do papel fundamental da mobilização coletiva, sua atuação ainda se mostra insuficiente diante da omissão parlamentar e da falta de articulação estratégica.

No entanto, a resistência de movimentos sociais e acadêmicos segue sendo essencial para pressionar mudanças e garantir avanços na promoção da igualdade racial. O alto índice de arquivamento de proposições e a tramitação prolongada de medidas voltadas para essa pauta demonstram a falta de prioridade dada ao tema. Além disso, os vetos a algumas iniciativas reforçam a resistência em consolidar políticas inclusivas.

Esses fatores não apenas refletem o desinteresse político, mas também evidenciam desafios estruturais que dificultam a implementação dessas políticas. Para que as desigualdades raciais sejam efetivamente reduzidas, é necessário repensar os mecanismos de formulação e aprovação legislativa, garantindo maior

representatividade e compromisso com a inclusão da população negra.

CAPÍTULO 2. EXPERIÊNCIA ATIVISTA

A trajetória do projeto de lei nº 522 de 1 de novembro de 2022 que amplia as políticas de assistência estudantil evidencia como o racismo institucional se manifesta nos processos legislativos. Embora o Brasil tenha implementado ações afirmativas que proporcionaram avanços no acesso ao ensino superior, a resistência à consolidação dessas políticas demonstra a permanência de uma estrutura política que marginaliza iniciativas voltadas à reparação histórica.

Essa resistência ocorre por meio de vetos ou limitações que restringem o alcance dessas medidas. O veto analisado neste capítulo não apenas restringe os direitos conquistados, mas também simboliza a dificuldade de superar as barreiras raciais e socioeconômicas. Essas barreiras continuam a influenciar as decisões políticas, limitando a efetividade das políticas de inclusão.

Dessa forma, o racismo institucional perpetua desigualdades ao negar as condições materiais necessárias para garantir a permanência e o sucesso de grupos historicamente excluídos. Essa exclusão ocorre no ensino superior, no mercado de trabalho e nos espaços de poder.

Este capítulo busca explorar e descrever os meandros institucionais e políticos que marcaram a tramitação e o veto ao projeto de lei de ampliação das políticas de estágio na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. A narrativa foca nos momentos significativos de discussão parlamentar, destacando tanto as oportunidades de participação cidadã quanto às decisões restritas aos representantes legislativos.

Ao evidenciar as dinâmicas do processo legislativo, o capítulo propõe revelar como as decisões políticas refletem a manutenção de privilégios. Esse fenômeno ilustra a perpetuação de desigualdades estruturais sob a ótica da política do racismo. Além disso, o capítulo busca apresentar o racismo da política, imposto a grupos marginalizados, como um elemento central na análise das políticas públicas.

2.1 Passado e Presente: Uma lembrança afetuosa da Alego

A convite do defensor público Salomão Neto para participar de uma audiência pública⁴² no dia 23 de março de 2023 na Alego, embarquei em uma jornada que começava na pequena cidade onde eu morava, a cerca de 41 km de Goiânia. A vida no interior sempre me proporcionou um ritmo diferente, mas aquele dia trouxe uma agitação especial. Ainda nas primeiras horas da manhã, peguei o transporte coletivo com destino à Alego, onde participaria de uma audiência.

A viagem, que parecia simples à primeira vista, acabou se desdobrando em uma travessia marcada por três diferentes transportes coletivos. Cada troca de ônibus era acompanhada por uma mistura de expectativa e cansaço, uma sensação que, de certa forma, já me era familiar. Aliás, essa é uma rotina diária e comum para estudantes e trabalhadores da região metropolitana de Goiânia que dependem do transporte público.

O vai e vem constante, a espera nos pontos e a lotação dos veículos fazem parte do cotidiano de quem precisa se deslocar entre as cidades em busca de oportunidades, estudo ou trabalho. Enquanto seguia viagem, observava nos rostos ao meu redor o reflexo de trajetórias semelhantes à minha – pessoas que, apesar dos desafios, continuam se movendo, sonhando e resistindo.

Quando finalmente avistei a nova e imponente sede da Alego, a sensação de conquista se sobrepôs ao desgaste do caminho. A grandiosidade do edifício contrastava com a simplicidade do ponto de partida, e naquele instante, compreendi a importância de ocupar aqueles espaços – não apenas por mim, mas por todos

⁴² O poder de uma audiência pública não se limita à sua função formal de consulta, mas emerge de sua capacidade de produzir reconhecimento público e visibilidade política às demandas sociais. Ainda que não possua caráter deliberativo, interfere simbolicamente nos processos legislativos ao reconfigurar as relações entre Estado e sociedade, pautando debates e legitimando determinados discursos e agentes. Nesse sentido, constitui um espaço de tradução e negociação de valores coletivos, onde se materializam práticas de participação e se disputam sentidos de cidadania e bem comum. Como observa Adriana Nunes Gomes (2014, p. 62-63), quando pautada por princípios como a publicidade, o contraditório, a participação, a eficiência, a celeridade, o resultado e a igualdade, a audiência pública amplia e valoriza a participação democrática no Poder Legislativo, permitindo a atuação social direta na definição dos valores e princípios que orientam a produção das leis.

que, assim como eu, buscam representar suas vozes em locais onde, por tanto tempo, foram sub-representados.

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) possui uma trajetória marcada por momentos históricos que refletem as transformações políticas do Brasil. Sua primeira sede foi instalada em 1824, na rua da Abadia, na antiga capital, a cidade de Goiás. Atualmente a cidade é reconhecida pela UNESCO como patrimônio mundial.

Entretanto, o golpe de Estado de 1937, que instaurou o período ditatorial do Estado Novo, resultou no fechamento do Congresso Nacional, das assembleias legislativas estaduais e das câmaras de vereadores, silenciando temporariamente o legislativo goiano. Desde sua criação, esse espaço tem sido fundamental para o debate e a formulação de políticas que impactam diretamente a vida da população goiana.

Após uma década de inatividade, a Alego foi reaberta em 1947, provisoriamente, no edifício que hoje abriga o Museu Zoroastro Artiaga, situado na Praça Cívica de Goiânia. Essa reabertura marcou o retorno da atividade legislativa em um contexto de redemocratização do país. Esse episódio representa um dos muitos momentos de ruptura democrática no Brasil, onde instituições essenciais foram desarticuladas sob a justificativa de centralização do poder.

Ainda naquele ano, a sede foi transferida para a Avenida Goiás, marcando uma nova fase. Em março de 1962, a Alego ganhou uma sede própria na Alameda dos Buritis, espaço que, anos depois, se tornaria o cenário de minha primeira experiência de trabalho no legislativo estadual. A retomada dos trabalhos foi um marco simbólico de resistência e reconstrução institucional, refletindo o desejo de restabelecer a “representatividade” popular.

Atualmente, a Alego ocupa um edifício moderno na Avenida Emilvado Bueno, quadra G, lote 01, no Parque Lozandes da cidade de Goiânia. A nova estrutura reflete o crescimento institucional e as necessidades de um legislativo que acompanha as demandas sociais e políticas do estado. O novo prédio, por um lado, foi projetado para abrigar uma maior quantidade de servidores e parlamentares e por outro garantir uma maior participação cidadã.

A construção do prédio levou 17 anos para ser concluída e simboliza a expansão da estrutura legislativa de Goiás. Em reconhecimento a uma das figuras políticas de maior expressão no estado, o edifício foi nomeado Palácio Maguito Vilela durante a 19ª legislatura, homenageando o ex-governador e ex-prefeito, falecido durante a pandemia de COVID-19, em 2021.

Ao descer do ônibus, eu me vi diante de uma cena que quase me roubou o ar: o novo palácio, imponente e vasto, cinco vezes maior do que o prédio anterior, me encarava como um espelho invertido. Ele, grande demais; eu, uma jovem mulher negra de 30 anos, carregando nas costas a herança de quem aprendeu a se fazer espaço, mesmo onde parecia não caber.

Ali, naquele lugar que abrigou minha primeira experiência, o passado e o presente se entrelaçam, me chamando para refletir sobre tudo o que foi e tudo o que ainda poderia ser. O edifício, com seus quatro pavimentos e dois subsolos, parecia querer falar comigo. Não era só um amontoado de concreto e aço. Não. Ele respirava, pulsava, e me dizia algo sobre grandeza, mas também sobre luta, sobre o que é ocupar, não só fisicamente, mas com sentido.

Precisei atravessar uma rua, um gramado verde e, em poucos minutos, me encontrei diante da porta de entrada da sede. Lá, deparei-me com um velho conhecido, alguém que há muitos anos dedica seu trabalho à segurança daquele espaço. A familiaridade do encontro trouxe certa leveza ao momento. Cumprimentei-o com respeito, trocamos algumas palavras sobre o cotidiano, e logo segui meu caminho em direção às escadarias de acesso principal.

Eu respirava fundo e sentia tudo: o peso de quem veio antes, as histórias de quem abriu caminho e a minha própria urgência de marcar presença. Como Conceição Evaristo escreveu, “nossas escrevivências não podem ser lidas como histórias para ‘ninar os da casa grande’”. Aquilo ali, mais do que um prédio, era um símbolo. E eu, ali na calçada, sabia que ser mulher negra é viver constantemente entre resistir e sonhar. Aquele lugar podia ser de concreto, aço e poder. Mas eu sou de carne, ossos e história.

Alguns passos adiante, outra entrada se revelou à minha frente, desta vez marcada pela presença de outros seguranças. Eles operavam sistemas de

verificação e registro, um ritual que simbolizava a formalidade e o controle necessário para ingressar naquele recinto. Cada barreira transposta parecia reforçar o peso simbólico do espaço que eu estava prestes a adentrar – um lugar onde decisões são tomadas e o futuro da comunidade, de alguma forma, se molda.

Enquanto passava pelo sistema de segurança, avistei rostos familiares e reconheci algumas pessoas com quem tive o prazer de conviver durante o período em que trabalhei na Alego. Entre elas, uma senhora simpática e acolhedora me chamou a atenção. Ao nos encontrarmos, fui imediatamente transportada para o passado, lembrando o momento em que ela, aflita por uma cirurgia que precisava realizar, recebeu de mim uma pequena flor do deserto como gesto de carinho e apoio.

Meses depois, já recuperada, ela me surpreendeu com um presente inesperado – meu primeiro iPhone, um modelo Apple de quarta geração. O gesto, simples em sua intenção, carregava um significado profundo. Não foi apenas o presente em si, mas o simbolismo por trás dele que ficou gravado na minha memória. Foi uma demonstração de gratidão e afeto que transcendeu o ambiente de trabalho, criando um vínculo que, mesmo com o passar dos anos, ainda ressoa em mim.

Além daquela querida senhora, começaram a chegar para a audiência ativistas que eu conhecera um mês antes, no dia 10 de fevereiro, durante a inauguração da Secretaria de Inclusão da SIN na UFG. A presença deles trouxe à tona lembranças daquele evento significativo, marcando um ponto importante em minha trajetória de ativismo e envolvimento com pautas de inclusão.

Recorda-te, leitor, que essa inauguração já foi descrita no primeiro capítulo desta dissertação. Foi um momento que simbolizou avanços, mas também destacou desafios ainda presentes na luta por representatividade e equidade. Ao rever aquelas pessoas, senti que a continuidade dessas pautas ecoava não apenas nos corredores da UFG, mas em cada passo dado desde aquele dia.

A presença deles reforçava a importância daquele evento e a rede de pessoas engajadas na luta por representatividade e justiça social. Após cumprimentar a todos e trocar breves palavras, segui em direção ao espaço onde a

audiência seria realizada. Cada encontro e cada passo pareciam tecer uma linha entre passado e presente, reafirmando a continuidade do meu compromisso com as pautas que me trouxeram até ali.

A galeria do plenário, agora com capacidade para 222 pessoas, parecia mais um palco para ecos que, no fundo, reconheço como familiares: vozes que carregam a força da ancestralidade, o peso do silenciamento e a beleza de quem insiste em se fazer ouvir. E lá dentro, cada espaço dizia mais do que aparentava.

A sala da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ), com sua importância quase solene. Os dois mini plenários, as 11 salas de comissões temáticas, os cinco espaços para reuniões, todos como pequenos mundos à parte, preparados para acolher as complexidades do trabalho diário. Um auditório para 600 pessoas – seiscentas! – parecia gritar que ali havia lugar para muitos, mas quantos como eu já tinham cruzado aquela porta? Quantos caberiam, não só em número, mas em pertencimento?

Nos 44 gabinetes para deputados, nos seis dedicados à Mesa Diretora, na Escola do Legislativo, no restaurante-escola, nas lanchonetes, na área de saúde, nos departamentos administrativos e na presidência, havia um convite. Era como se cada metro quadrado dissesse: "Ocupe. Transforme. Deixe sua marca aqui." Mas sei bem que nem todo espaço é dado de bom grado, e, como Lélia Gonzalez já ensinou, a luta é diária, e o território é conquistado com corpo, palavra e memória.

Por isso, a descrição narrada aqui não é apenas sobre ocupar um espaço, mas também sobre preparar o terreno para o debate que está por vir. Ao contar sobre o trajeto, os encontros e a história da Alego, quero que o leitor entenda onde essa audiência acontece e o que esse lugar representa. Não é só um prédio, é um espaço carregado de poder, disputas e memórias.

Estar ali, para mim, não é algo neutro – é marcar presença, honrar aqueles que vieram antes e reafirmar que certas vozes precisam ser ouvidas. Salomão, um grande amigo, não fez apenas um convite para comparecer. Era um chamado, uma missão: contribuir, dar continuidade a essa luta e assumir meu papel no combate às desigualdades.

2.2 Presença Negra no debate

Organizada pelo gabinete do deputado Mauro Rubem, a audiência pública trouxe à luz o tema “*Dia Internacional da Luta contra a Discriminação Racial e Dia Nacional das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé*”. No auditório 2, que agora carrega o nome do saudoso deputado Francisco Guedda, da 17ª legislatura, vozes se uniram em um encontro que transcendia as paredes daquele espaço.

Ainda não era o momento do debate, mas a atmosfera já transbordava significados. Enquanto nos dirigíamos ao auditório, parecia que cada passo era um mergulho em histórias e memórias que aguardavam para ser revisitadas. Aquele espaço, carregado do peso de tantas lutas e homenagens, nos envolvia como as raízes de um baobá que se espalham pelo solo, sustentando uma árvore que atravessa os tempos.

Havia um silêncio reverente, quase como se o ambiente reconhecesse que ali se desenrolaria algo maior do que palavras — uma conexão viva entre o presente e as lutas ancestrais de resistência e fortalecimento. Cada detalhe parecia carregado de significado, como se até mesmo os gestos mais simples fossem uma extensão dessa memória coletiva.

Na porta de entrada, assessores e assessoras do gabinete do deputado Mauro Rubem nos recebiam com cordialidade, oferecendo uma lista de presença a ser preenchida com nossos nomes. Era um momento simbólico: inscrever-se naquele espaço significava muito mais do que um registro formal; era um ato de presença e compromisso com as raízes que ali se celebravam, uma manifestação de pertencimento àquela luta que transcende o tempo.

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, conforme o Art. 45 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás,

"exerce a competência de analisar os aspectos constitucional, jurídico, legal, regimental, de técnica legislativa e redação dos projetos, emendas ou substitutivos; a reforma da Constituição; proposições e assuntos referentes ao Poder Judiciário e Ministério Público; licença ao Governador e ao Vice para interromper o exercício de suas funções ou ausentar-se do País ou do Estado por mais de quinze dias; declaração de utilidade pública de entidades civis; organização do serviço público estadual, servidores civis e militares e seu regime jurídico; elaborar relatório sobre veto" (Regimento

Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, Art. 45).

Cada uma dessas atribuições demonstra o tamanho da responsabilidade e o impacto dessa comissão na governança e na legislação do Estado de Goiás. Naquele dia, os trabalhos da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que é dirigida e decidida pelos parlamentares da casa, foram temporariamente suspensos, para manifestação da cidadania.

Esse ato simbólico deu espaço não apenas para a temática racial, mas também para que as vozes do povo negro, frequentemente silenciadas, fossem ouvidas. Era um momento de reconhecimento da luta, da resistência e da necessidade de garantir que as questões que afetam diretamente essa população encontrassem eco nas esferas do poder.

A suspensão temporária das atividades da comissão não foi apenas uma interrupção, mas um ato de resistência e um convite a uma reflexão necessária. Era o momento de dar voz às questões que normalmente são silenciadas. Era uma oportunidade para reconhecer a força da luta, que, mesmo diante das adversidades, segue se renovando e florescendo.

O auditório parecia um corpo vivo, respirando com a luz que atravessava as amplas janelas de vidro e congelando levemente sob o rigor do ar-condicionado. Havia uma dualidade intrigante ali: o calor humano dos militantes e ativistas dos movimentos negros de Goiás que preenchiam as poltronas azuladas, contrastando com o ar frio que meu corpo sentia.

Algumas cadeiras vazias resistiam ao convite de ocupação, mas não diminuía o peso do que estava para ser debatido. Ao meu redor, sentia o peso da minha própria presença: uma mulher negra, de 30 anos, vendo que a luta dos meus e de minhas ancestrais iria ecoar naquele auditório frio e luminoso. Era uma efervescência que estava preste a acontecer

Diante de nós, a mesa de debate refletia uma coletividade de vozes que carregavam histórias, lutas e pertencimentos diversos. Estavam Maria Lúcia Martins, secretária da Mulher e Igualdade Racial do município de Cavalcante; e, à esquerda, figuras como o deputado Mauro Rubem, defensor público Salomão Neto, professora

Janira Sodré e outros que compunham esse espaço de resistência e diálogo⁴³.

Antes que as palavras tomassem o espaço, a arte abriu caminho. O grupo de dança do quilombo urbano Jardim da Cascata subiu ao palco e, como que entrelaçando passado e presente, trouxe a memória da roça, da terra, do tocar das mãos em peneiras, do ritmo ancestral que pulsa na carne. Vestidas com turbantes e roupas vibrantes, as três mulheres moviam-se ao som do “Canto das Três Raças⁴⁴”.

Suas danças e gestos carregavam o peso e a doçura de um tempo em que meus pés descalços conheciam a terra vermelha do interior do Tocantins, quando as histórias das tias e avós se misturavam ao cheiro do pilão e ao murmúrio das sementes sendo peneiradas. Era como se naquele momento eu escutasse o barulho das folhas das diversas árvores que existem na roça e na instituição que me abrigou.

As peneiras, repousando ao pé da mesa, pareciam testemunhas silenciosas daquele instante, enquanto duas das dançarinas simulavam o movimento de peneirar sementes e uma terceira esmagava-as com o pilão, unindo mãos, corpos e ritmos a uma música que fazia o presente reverenciar o passado. Um movimento Sankofa que nos dizia porquê está ali⁴⁵.

⁴³ Da direita para a esquerda, a mesa estava ocupada por: mim, proponente da lei apresentada pela ex-deputada estadual, Delegada Adriana Accorsi; Maria Lúcia Martins a secretária da Mulher e Igualdade Racial do município de Cavalcante; deputado Fred Rodrigues (DC); deputado Mauro Rubem (PT); defensor público Salomão Neto coordenador do Grupo de Trabalho pela Igualdade Racial da Defensoria Pública do Estado de Goiás; professora Janira Sodré Miranda coordenadora da Rede Estadual de Mulheres; Carmem Mãe de Santo de Umbanda da Cidade de Anápolis e Ana Rita Marcelo de Castro presidente do Conselho Estadual da Mulher e ex-Secretaria de Igualdade Racial da Prefeitura de Goiânia e professora.

⁴⁴ **Canto das Três Raças** é uma música composta por Mauro Duarte e Paulo César Pinheiro, eternizada na voz de Clara Nunes em 1976. A canção fala da que formaram o povo brasileiro — indígena, africana e europeia —, enquanto denuncia a dor e a opressão enfrentadas pelo povo que foi escravizado e marginalizado. Tornou-se um marco da música popular brasileira e um símbolo de resistência cultural e histórica.

⁴⁵ O ditado da Sankofa, originado da tradição dos povos Acã de Gana, carrega uma poderosa lição sobre a conexão entre passado, presente e futuro. Representado pelo símbolo de um pássaro que olha para trás enquanto avança, a Sankofa sugere que, para construir um futuro significativo e ressignificar o presente, é essencial visitar o passado e se reconectar com os saberes ancestrais.

Então veio Tainá Janaína. Vestida de azul celeste, ela trouxe consigo uma presença sublime. Sua voz, em um idioma desconhecido, flutuava no espaço como uma oração que não precisava de tradução. Ao final, ela explicou que era parte de seu trabalho, *Vozes Ancestrais*, e indicou as plataformas digitais. Quando a segunda música começou, com versos como:

"Embala eu, embala eu, menininha do cantuá... Dá-me a sua benção, menininha do cantuá..."

O espaço inteiro foi tomado por uma vibração que transcendia as paredes do auditório. Era como se o canto abrisse um caminho nas águas — águas que não distinguiam cor, águas que sabiam da doçura e da força que reside em cada corpo negro presente. Este movimento, que reverberava nas paredes daquele espaço, trazia à tona uma memória viva, marcada pela resistência e pela luta do negro.

Assim como em diversos escritos de Conceição Evaristo — onde a água e os rituais corporais frequentemente remetem à ancestralidade — , aqui o canto e a dança representam um passado resiliente, não apagado pelo tempo, mas sempre em sua pulsação e capacidade de transbordar.

E enquanto os versos falavam de navegar nas ondas do mar, eu senti o peso do mundo afrouxar por um instante. Naquele lugar, com aquelas pessoas, em meio à dança, ao canto e às memórias, nós não éramos apenas ocupantes de cadeiras azuis ou militantes de uma causa. Éramos rio, mar e correnteza — navegando juntos na força ancestral que nos guia.

Após as apresentações culturais, que ressoaram com a força ancestral e a celebração da identidade negra, foi reconhecida a presença de diversas autoridades e lideranças de Goiás naquela audiência pública. A maioria dos presentes eram ativistas da pauta racial, ocupando posições estratégicas tanto na máquina pública do estado de Goiás quanto em organizações não governamentais da sociedade civil.

Essa ideia transcende o tempo e o espaço, tornando-se um guia filosófico e espiritual para compreender a história como uma fonte de aprendizado contínuo. Para os Acã e outros povos que se inspiram nesse ensinamento, o passado não é apenas um registro estático de eventos, mas um repositório vivo de memórias, valores e lições que moldam a identidade e orientam as ações no mundo contemporâneo.

Predominantemente, eram pessoas negras (pretas e pardas) e quilombolas, cujas histórias e vivências conferem legitimidade e profundidade às suas atuações. Contudo, a ausência visível de representantes indígenas naquele espaço chama atenção para os desafios da interseccionalidade na construção de diálogos mais amplos e inclusivos.

Entre os presentes, destacavam-se personalidades de relevância política, cultural e comunitária. Salmo Vieira, presidente da Federação de Umbanda e Candomblé do Estado de Goiás, representava a força e resistência das religiões de matriz africana, uma pauta frequentemente marginalizada, mas central para o debate racial.

Luiz Cláudio, à frente da Companhia de Teatro Novo Ato, personificava o poder da arte como instrumento de transformação social, enquanto Valéria Rezende, presidente do Elas por Elas, reforçava o protagonismo feminino na luta por equidade. Outros nomes, como Cleomar Barbosa, do Conselho Tutelar da Região Leste, e Deuzilha Pereira da Cruz, coordenadora geral do Grupo Mulheres Negras Dandara do Cerrado, demonstravam a amplitude de ações voltadas para a proteção e valorização de populações vulnerabilizadas.

A audiência contou com Jefferson Azevedo, professor de História na rede pública, e Erika Santos, coordenadora do Fórum Estadual de Religiões de Matriz Africana, ressaltando a importância das articulações interinstitucionais na promoção da igualdade racial. Também esteve presente a doutora Denise Teles, da Associação Brasileira de Mulheres e Carreira Jurídica.

Além disso, Paulo Henrique, coordenador do Grupo Inaction, e Pedro Henrique, diretor do Projeto Cordas, simbolizavam a mobilização da juventude negra em iniciativas educacionais e culturais. Representantes como Ângela Cristina, do Comitê de Direitos Humanos Dom Tomás Baldwino, e Anderson Pinheiro, do Movimento Negro Unificado, reiteravam a importância histórica das organizações negras na luta contra a opressão racial.

Outras figuras importantes incluíam Lusilene Vitória, da Coordenação de Negras e Negros de Goiás - Congo; a advogada Maura Campos, membro da Comissão de Igualdade Racial da OAB Goiás; e Lucielene Falcão, professora e

representante do Proafro da PUC Goiás. Destacaram-se também as lideranças comunitárias das comunidades quilombolas de Uruaçu, Jardim Cascata e Cromínia, cuja presença reforçou o vínculo entre as políticas públicas e as demandas das populações tradicionais.

O encontro, enriquecido por essa diversidade de vozes, evidenciou a relevância das redes colaborativas que integram diferentes frentes de luta – política, cultural, jurídica e comunitária – no enfrentamento do racismo e na promoção da equidade racial. A ausência da presença indígena, embora marcante, reforça a necessidade de ampliar o alcance das políticas interseccionais, de forma a contemplar plenamente a inclusão nas discussões e debates.

2.3 Primeira parte do debate

O deputado Fred Rodrigues, do partido Democratas Cristã (DC), foi o primeiro a se pronunciar entre os integrantes da mesa. Em sua fala inicial, ele agradeceu pelo convite e destacou sua felicidade em participar do evento. Ressaltou estar ali para escutar e aprender com as contribuições de todos os presentes, demonstrando interesse em ouvir as diferentes perspectivas apresentadas durante a audiência.

Antes de prosseguir, o deputado fez questão de mencionar e reconhecer os demais integrantes da mesa, incluindo Salomão Neto, Ana Rita, Marcelo de Castro, Janira Sodré Miranda, Maria Lúcia Martins, Mãe Carmen e Josileide Veras de Sousa. Também saudou amigos que estavam na plateia, como Pedro Paulo Henrique, do Projeto Cordas, parabenizando-o pela iniciativa, e o advogado Carlos Queiroz, cuja presença foi igualmente destacada.

Por fim, o deputado chamou a atenção para uma liderança do DC Mulher e sugeriu que ela ocupasse seu lugar na mesa. Ele argumentou que, considerando a temática do evento, seria importante valorizar a presença feminina naquele espaço. Garantiu, no entanto, que continuaria acompanhando as discussões e reiterou seu agradecimento pela oportunidade de participar do encontro.

O deputado Fred Rodrigues do partido Democratas Cristão (CD), deixou sua cadeira à mulher negra que representava o DC Mulheres. O gesto foi anunciado pelo

deputado Mauro Rubem, que tentou, entre sorrisos e palavras medidas, costurar um manto de diversidade sobre o espaço da mesa. Mas ali, naquele mover de cadeiras, havia também um silêncio denso. A cadeira cedida não era apenas móvel, era símbolo.

Um convite à presença e, ao mesmo tempo, um murmúrio das ausências: das vozes caladas pela negação, do eco de um projeto de lei de cotas nos estágios, que não encontrou abrigo nos corações de quem deveria defendê-lo. O momento parecia carregar mais do que simples formalidades; trazia as marcas do que ainda falta para que discursos de inclusão se tornem ações reais.

Quando a professora Janira Sodré tomou a palavra, o ambiente pareceu mudar de cor. A sua fala não era apenas discurso; era oferenda. Ela saudou os que vieram antes e aqueles que estão por vir. Falou das ruas de terra batida que conduzem aos terreiros, da potência de uma fé que resiste ao tempo e ao fogo.

E ali, naquele momento, era como se o ar se enchesse do cheiro das ervas, do som das rezas, da força de uma ancestralidade que jamais se apagará. Janira sabia que defender a liberdade religiosa era lutar pelo direito de existir plenamente, com corpo, alma e história. Ela sabia que cada palavra era uma arma contra o esquecimento.

A defesa da pluralidade e da diversidade, em suas palavras, não era apenas uma pauta; era um compromisso com a humanidade e com a justiça social. Saudou as lideranças presentes, com destaque especial à Mãe Carmen, reconhecendo nela a força espiritual que sustenta tantas lutas. Cada palavra de Janira parecia atravessar o tempo, carregando memórias e convicções que não poderiam ser apagadas.

Ela destacou a relevância da data da audiência pública e da temática abordada, lembrando que defender a liberdade religiosa é garantir a dignidade de existir em sua plenitude. Seu discurso apontava para a necessidade urgente de uma luta concreta contra o racismo estrutural, evocando a responsabilidade coletiva de construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

O defensor público Salomão Neto deu continuidade ao debate, trazendo a

firmeza dos argumentos jurídicos e a urgência da justiça que tarda para mazelas do racismo, mas não deveria falhar. Ele apontou para o veto ao PL nº 522 como um símbolo do que ainda precisa ser vencido: o racismo institucional e as desculpas vestidas de formalidade.

A recusa em reconhecer que as cotas não constituem esmolas, mas instrumentos de reparação, impregnava o ambiente. As palavras proferidas naquele momento evidenciaram o peso simbólico e prático da audiência pública, revelando a intensidade de um projeto que buscava resistir ao esquecimento e afirmar direitos historicamente negados.

Ele reforçou a importância das cotas como ferramenta indispensável para combater a desigualdade racial. Destacando que a proposta visava a inclusão de pessoas negras, indígenas e quilombolas em práticas profissionalizantes, marcando um passo essencial para reparar uma dívida histórica.

Ele lembrou que a luta pelas cotas não é apenas uma questão local, mas um compromisso internacional assumido pelo Brasil há mais de duas décadas, durante a Conferência de Durban. Ao trazer a Defensoria Pública à disposição para fortalecer o debate, Salomão deixou claro que a efetivação das políticas afirmativas é mais do que um ato de justiça; é uma obrigação moral e constitucional.

Salomão Neto não apenas reforçou a importância das cotas como ferramenta indispensável para combater a desigualdade racial, mas também desempenhou um papel estratégico ao transformar o debate em um ato de aquilombamento dentro do espaço branco da Assembleia. Sua fala não se limitou à defesa jurídica do PL nº 522; ela tencionou as estruturas de poder, evidenciando como a exclusão racial é historicamente construída e, portanto, pode e deve ser desfeita.

Ana Rita seguiu, convocando os presentes a se levantarem, não apenas de suas cadeiras, mas de suas próprias limitações. Sua voz ecoava o chamado para a ação, para que cada coletivo, cada organização, transformasse palavras em movimento. Ela destacou a urgência de mobilizar forças para a derrubada do veto ao PL nº 522, reconhecendo a importância histórica do projeto como uma política afirmativa concreta.

Ele se desfaz com luta, com insistência, com políticas que rompem os muros invisíveis que separam as oportunidades da maioria da população negra e indígena. “É um projeto modesto,” ela disse, “mas é o começo de um novo horizonte. Que o dia de hoje marque não só uma luta, mas uma conquista.” Reforçando que este era um gesto significativo para o estado de Goiás.

Ela sabia que o racismo não se desfaz apenas com boas intenções e que a reivindicação de 30% das vagas para negros, indígenas e quilombolas é um chamado para o compromisso com a transformação social, uma ação concreta para causar mais um pequeno rompimento nas estruturas que insistem em perpetuar desigualdades e manter a exclusão como norma invisível.

Maria Lúcia Martins, vinda do coração do quilombo, trouxe em sua fala a prova viva do poder transformador das políticas afirmativas. Ela falou de prefeitos e vereadores que nasceram do mesmo chão que ela, das mesmas histórias. Não era apenas um relato; era uma tecedura de esperança, um convite para enxergar o quilombo como um centro de potência e resistência.

Representando o município de Cavalcante, falou da importância das políticas afirmativas que possibilitaram a formação de lideranças negras e quilombolas em sua comunidade. Suas palavras eram cheias de orgulho pelas conquistas de seu povo e esperança nas mudanças que ainda estão por vir, revelando o papel coletivo na construção de novos horizontes.

Em suas palavras, o abraço do prefeito Vilmar Kalunga não era um gesto formal, mas um lembrete de que, mesmo em terras áridas, é possível florescer. Maria Lúcia deixou claro que ocupar os espaços de poder não é apenas uma luta, mas um direito, e que o quilombo não apenas resiste, mas também insiste em existir com a força de seus laços ancestrais.

Ao mencionar os representantes políticos quilombolas de sua região, Maria Lúcia mostrou como a formação acadêmica e o compromisso com as raízes podem transformar realidades. Sua fala era uma declaração de que, mesmo diante das adversidades, é possível construir caminhos de luta e dignidade, reforçando que a força de um povo está em sua unidade e em sua capacidade de sonhar coletivamente.

Quando Mãe Carmen começou a falar, o tempo pareceu desacelerar. As palavras vieram carregadas de dores antigas, de cicatrizes que atravessaram gerações. O racismo não era uma teoria distante; era o olhar de uma professora que disse à sua filha que seu cabelo não era “adequado” para ser bailarina. Era o sussurro cortante que diz o que é ou não permitido a um corpo negro.

O comentário da professora, que desmereceu o cabelo da criança, era mais do que uma ofensa; era a personificação de um sistema que insiste em impor limites à existência negra. Cada palavra carregava o peso de uma sociedade que, ao negar o coque, negava também a humanidade da criança e sua possibilidade de sonhar, pois cada fio do cabelo crespo é um manifesto de liberdade.

Sua fala era uma denúncia, mas também um chamado à reflexão: quem escreve as regras que tentam apagar nossas identidades? Quem define os padrões que nos excluem? Mãe Carmen, com toda sua sabedoria ancestral, reafirmou que sua luta é pela liberdade e pela dignidade de ser quem é, em toda sua plenitude, enfrentando o racismo com a força de suas raízes.

Sua fala corajosa, expôs feridas, mas também mostrou que, mesmo diante de tantas tentativas de apagamento, sua força, como a de tantas outras mães, continua a erguer novas histórias. Sua resistência é o alicerce de uma luta que não se limita ao presente, mas ecoa em direção a um futuro de justiça e igualdade, pois ela planta sementes que florescerão em um mundo onde a dignidade negra seja inegociável.

2.4 Segunda parte do debate

Por mais que o auditório estivesse lotado de pessoas negras, criando uma sensação de pertencimento que aquecia o coração, o frio do ar condicionado era implacável. Mas o verdadeiro gelo vinha da tensão que percorria meu corpo, cada nervo em alerta. Com 1,58m de altura e 47kg, tremia como se minha presença naquele lugar fosse uma afronta aos muros invisíveis que cercavam aquela Assembleia.

Senti o peso da sala sobre meus ombros. Cada segundo que passava antes de minha fala era como se o tempo tivesse desacelerado, meu corpo já não era mais

meu. O frio, cortante como uma lâmina, se misturava ao calor das emoções. Meus dedos estavam trêmulos, e por mais que tentasse, meu corpo não obedecia. Era como se a audácia de ocupar aquele espaço fosse um desafio pessoal.

Ainda assim, quando a oportunidade chegou, minha voz — firme e determinada — cortou o ar. “Bom dia. Meu nome é Josileide Veras de Sousa...”. Comecei, e cada palavra carregava a história de uma vida marcada por luta e resiliência. Enquanto eu, como estudante, apresentava o projeto, a cena se revelava diante de meus olhos como uma chama de esperança.

A metáfora da “chama” é empregada neste texto não como sinal de exaltação pessoal, mas como expressão simbólica de esperança e resistência coletiva. Seu uso reflete a dimensão poética e política da escrita etnográfica, conforme a perspectiva da virada textual (Clifford; Marcus, 1986), que compreende a forma narrativa como parte integrante da análise antropológica.

Em entrevista, Janira Sodré Miranda (entrevista, 2024) destacou a coragem do que fiz, ressaltando que nem todas as pessoas presentes puderam se manifestar: “Muitas delas, inclusive meninas como você, trabalham para o Estado, e isso as inibia de se posicionar”. Essa observa o evidencia uma luta que ultrapassava minha própria presença e que reflete tantas experiências compartilhadas.

Conforme eu falava, via os olhares na plateia mudarem. Alguns pareciam atentos, absorvendo cada frase como se fosse o reflexo de suas próprias jornadas; outros mantinham-se distantes, as expressões impassíveis ou até desafiadoras. No canto da sala, alguns olhos brilharam com empatia; outros se fecharam, como se o peso das minhas palavras fosse insuportável.

Vi um homem, de paletó branco e olhar severo, de braços cruzados, talvez tentando ignorar o peso de minhas palavras. Uma mulher na fileira da frente olhava-me fixamente, sem desviar os olhos, como se minhas palavras fossem um espelho daquilo que ela, em silêncio, também vivia. Ao mencionar o veto ao projeto de lei, senti o ar no auditório mudar.

Não era apenas a temperatura fria; era uma vibra o que os corpos emanavam: de indigna o, de esperança, de luta. No fundo da sala, algumas

cabeças balançavam afirmativamente, enquanto outras permaneciam imóveis. Uma mulher próxima a mim começou a anotar algo com fervor, como se quisesse capturar cada palavra.

Quando finalizei minha fala com a acusação de racismo no veto, os murmúrios explodiram na sala. Não era apenas uma declaração; era um grito que encontrou eco em cada canto daquele auditório. Antes que o som pudesse morrer, o deputado Cairo Salim, convidado a falar, tomou a palavra: “Bom dia, pessoal. Prazer estar aqui...”.

Ele começou, sua voz tentando encontrar um tom conciliador. Suas palavras, cuidadosamente escolhidas, pareciam mais interessadas em manter um equilíbrio do que em aprofundar o debate. Enquanto ele falava sobre racismo de forma genérica, mencionando suas próprias características físicas como prova de uma herança negra, percebi uma dualidade. Alguns na audiência pareciam satisfeitos com o que ouviam, enquanto outros reagiam com inquietação.

Quando ele terminou, o silêncio foi quebrado pela liderança negra do partido do deputado Fred, que o substituiu naquele momento e se posicionou contra as cotas. Sua introdução, exaltando sua fé cristã e suas conquistas, parecia querer reafirmar sua autoridade. Conforme falava, vi rostos endurecerem na plateia. Alguns cochichavam entre si; outros cruzavam os braços, como se cada palavra fosse uma provocação.

“Eu não quero ser privilegiada pela minha cor. Eu quero mérito...” A mulher declarou, com a voz firme, mas destoante do sentimento no ambiente. As vaias começaram como sussurros e logo se transformaram em uma onda. Foi Carmelita Gomes quem primeiro se levantou. Sua figura de traços marcantes e cabelo afro era inconfundível, e sua voz cortou a sala como um raio.

“Você não pode fazer isso, não pode deslegitimar a história da Josi!” exclamou, apontando diretamente para mim. A intensidade de suas palavras reverberava, como se canalizasse anos de lutas e frustrações. Enquanto o deputado Mauro Rubem pedia calma, Carmelita manteve sua posição, exigindo respeito, sua mão trêmula de emoção.

"Então, a mulher que substituíra o deputado Fred Rodrigues, com um sorriso frio, respondeu: 'Você não é negra, você está silenciando uma mulher negra.'"

O choque foi palpável. O ar parecia pesar, cada respiração difícil. Depois que o deputado Mauro Rubem tomou a palavra e explicou que as vaias faziam parte de uma audiência pública, ele ordenou que aqueles que ainda faltavam falar continuassem. Quando chegou a vez de Carmelita, vi-a em pé ali na frente. Sua resposta veio com a força de uma mãe, uma militante, uma mulher que carregava a história nos ombros.

"Se não há mulheres, não há democracia! Se não há negros no parlamento, não há democracia!"

Proclamou, sua voz carregada de uma indignação que se recusava a ser silenciada. Ela falou de seus filhos, das dificuldades e conquistas, de como o sistema de cotas transformou sua família. Suas palavras eram flechas, cada uma encontrando seu alvo. A audiência, até então dividida, explodiu em aplausos, como se sua fala tivesse dado voz ao que todos ali sentiam.

Era a mãe que viu seus filhos lutarem contra os estigmas, a mulher que sofreu nas mãos de um sistema que insiste em apagar sua voz. Quando ela falou, não era apenas a indignação de uma pessoa, era a história de gerações que se erguiam naquele momento, e sua voz, rouca e firme, ecoava com a força de todas as batalhas não vencidas.

Naquela manhã de debates intensos, a atmosfera estava carregada de tensões e esperanças. Dezoito vozes haviam se manifestado, revelando divergências sobre o projeto nº 522. A maioria apoiava, enquanto algumas se posicionavam contra. Quando a palavra voltou à mesa, a professora Janira Sodré assumiu a fala com postura firme, ciente da profundidade do momento.

Ela começou destacando a existência de dois projetos políticos em disputa. "Um deles afirma a primazia da vida, da dignidade e da liberdade acima de qualquer ideologia que priorize coisas e propriedades em detrimento das pessoas", afirmou. Suas palavras eram mais do que uma análise; eram uma denúncia que atravessava o espaço, provocando reflexões profundas.

Enquanto Janira falava, cada frase parecia carregar não apenas argumentos, mas também histórias de luta e resistência. Ao mencionar pesquisas que evidenciam o impacto do racismo estrutural desde o ventre materno, ela trouxe à tona um dado difícil de ignorar:

"No Brasil, uma criança negra, ainda no ventre de sua mãe, já enfrenta desigualdades. Fica menos tempo sob cuidados médicos. E isso é só o começo de uma vida marcada por condições impostas pelo racismo."⁴⁶

O peso da fala se intensificava quando ela apontava que essa realidade perpassa todas as fases da vida. "A expectativa de vida da população negra é menor. Por quê? Por causa das condições de vida impostas. O racismo é letal na infância, na juventude e até na velhice." Nesse momento, o impacto da sua análise era evidente. Era como se o espaço se enchesse de uma gravidade silenciosa, em que cada palavra ecoava mais longe do que o som do microfone.

Janira também alertou sobre os desafios internos enfrentados pela comunidade negra. "Há entre nós pessoas cooptadas que vocalizam uma ideologia contrária aos interesses da nossa comunidade", disse ela, com um tom que mesclava tristeza e indignação. Era um chamado à lucidez, um lembrete de que a luta é complexa e exige discernimento.

Enquanto suas palavras se espalhavam pelo ambiente, ficou claro que o debate ia além de argumentos técnicos ou políticos. Tratava-se de uma disputa sobre o futuro e a dignidade de um povo. A defesa do PL nº 522 naquele espaço não era apenas uma questão de legislação, mas de compromisso com a vida, com a história e com a justiça.

Após a audiência, a sala ainda reverberava os ecos das discussões. Algumas pessoas se aproximaram para trocar contatos. De alguma forma, cada uma delas havia sido tocada pelas palavras ditas ali. A tensão crescente e as ideias conflitantes permaneceram no ar.

Logo, ficou evidente que aquele ambiente não era apenas um espaço de debate. Era um campo de batalha simbólico, onde narrativas políticas e pessoais se

⁴⁶ Essas informações foram destacadas em reportagens do *Correio Braziliense* e da *Agência Brasil*, que abordaram os resultados do estudo publicado na edição de outubro de 2022 do *The Lancet Global Health* (THE LANCET GLOBAL HEALTH, 2022; CORREIO BRASILIENSE, 2022).

entrelaçavam. As questões levantadas pela professora Janira Sodré ressoaram profundamente. Para muitos, não eram apenas palavras, mas um grito de alerta.

Poliana Oliveira, ativista e advogada, foi uma das primeiras a tomar a iniciativa de mobilização contra o veto. Ela organizou uma reunião com a Comissão Especial de Promoção da Igualdade Racial da OAB Goiás, buscando articular a luta por mais representatividade dentro de um espaço que, historicamente, esteve longe de ser inclusivo para as populações negras.

Nesse encontro, o "sistema de cotas" não foi apenas uma proposta administrativa; tornou-se uma resistência ativa contra uma história de exclusão e um mecanismo de resistência à ideologia de dominação que, de certa forma, ainda predomina em muitas esferas de poder.

As conversas com o deputado Mauro Rubem, agendadas por diferentes figuras do movimento — entre elas o professor Pedro Cruz, o defensor público Salomão Neto e a ativista Deuzilha Pereira da Cruz — foram fundamentais para dar seguimento à luta pela reversão do veto do governador. Mas essa articulação não foi isenta de desafios.

Ao contrário, ela revelou a face mais dura da política institucional, onde as palavras de mudança muitas vezes esbarram em compromissos de partidos e interesses pessoais. Cada encontro com o deputado era um ato de paciência tática, mas também um desgaste emocional, um constante jogo de conveniência política. E com uma ausência de alinhamento autêntico entre o discurso político e a prática institucional.

Essas agendas eram mediadas pela assessoria do gabinete. Com o tempo, tornaram-se mais do que simples reuniões políticas. Eram, na verdade, espaços de confronto. De um lado, a necessidade de mudança. Do outro, a resistência do sistema. A resistência do sistema frente à “necessidade de mudança” é, em si, uma expressão da ausência de justiça social institucionalizada.

Dentro do gabinete do deputado, o que estava em jogo não era apenas a defesa de um projeto de lei. O que estava em jogo era a sobrevivência de um ideal. Era uma luta por direitos ainda vistos como periféricos, mas que, na realidade, eram

fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa.

Cada palavra de resistência carregava a urgência de uma geração que estava cansada de esperar por mudanças. O racismo, como bem mencionou Janira, não é apenas uma questão ideológica ou política — é letal. Ele mata aos poucos, desde o ventre materno, ao negar o acesso à saúde, à educação, à justiça, e segue até o final da vida de um negro, onde a expectativa de vida é sistematicamente mais baixa.

Esses encontros também evidenciaram as dificuldades de articulação política dentro do próprio movimento. Ao lado de aliados, mas também enfrentando o desconforto de quem não compartilha da mesma urgência ou até mesmo da mesma visão de mundo, frequentemente senti-me em uma posição desconcertante, uma vivência que marcou minha trajetória nesse contexto.

Durante o processo de articulação para reverter o veto do governador, evidenciava-se uma intensa disputa política interna. Diferentes correntes dentro da política racial mostravam-se divididas entre o compromisso com mudanças estruturais genuínas e uma apropriação discursiva que, em alguns casos, distorcia o significado original da luta.

A resistência à ideologia de meritocracia que permeia esses ambientes, como apontado pela professora Janira, ficou ainda mais clara. No final, a meritocracia se desfez diante da dura realidade de que, quando se nasce com as portas fechadas — ou, pior, fechadas por uma parede invisível de exclusão —, falar de mérito se torna, no mínimo, uma piada cruel.

As reuniões com o deputado Mauro Rubem não representaram apenas um apelo político. Elas afirmavam que não havia mais espaço para esperar, pois não se tratava de realizar um pequeno ajuste em uma política pública, mas de transformar profundamente as estruturas de poder — de posicionar a comunidade negra como protagonista na formulação das políticas e nas decisões que afetam diretamente suas vidas.

2.5 Tentativa De Mobilização Popular

No dia 25 de agosto de 2023, na faculdade de Ciências Sociais da UFG, o clima estava cheio de uma história que ainda estava por vir, uma história de resistência e sonhos compartilhados. Me reuni com os estagiários da faculdade de Ciências Sociais para lhe conceder uma entrevista. O assunto era minha trajetória relacionada também ao projeto de lei nº 522.

O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social lançou o segundo episódio do seu podcast⁴⁷, e eu estive lá. Não era só uma entrevista, não era só um bate-papo entre mim e os estagiários Andressa e Everton; era uma chance de transformar nossas vozes em algo que unisse histórias e lutas por inclusão.

A proposta de publicar essa entrevista nasceu do desejo de ampliar o alcance das discussões em torno do projeto de lei nº 522, buscando engajamento não apenas no meio acadêmico, mas também entre a sociedade em geral. Como parte dessa estratégia, foi divulgado um QR code para votação online no portal *Transparência Opina Cidadão*⁴⁸ da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego).

Naquela conversa, contei um pouco da minha trajetória, que está ligada ao projeto que tem a força de abrir portas para aqueles que ainda encontram barreiras difíceis de ultrapassar no caminho para o ensino superior. A conversa foi como um rio: ora tranquilo, ora enfrentando os obstáculos da resistência social. Essa experiência mostrou os desafios de mobilizar as pessoas, mesmo quando as ferramentas digitais deveriam facilitar o acesso.

Falamos de inclusão, diversidade e do papel das universidades em mudar realidades. Escolhi cada palavra com cuidado, como quem planta sementes em terra seca, na esperança de que algo cresça e toque os corações dos ouvintes. Cada palavra levava a esperança de que, ao chegar em outros, ela pudesse quebrar as barreiras do preconceito e mostrar que a luta é nossa, e, por mais difícil que seja, ela nunca deixa de ser forte.

⁴⁷ POD ANTROPOLOGIA. *Episódio 2: Trajetória acadêmica e Projeto de Lei 522/22*. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CwXmylzBiJ6/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

⁴⁸ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS. *Projeto de Lei 522/22: Destina 50% das vagas de estágio nos órgãos públicos do Estado de Goiás para estudantes negros, indígenas e quilombolas*. Opine AL - Proposições. Disponível em: <https://opine.al.go.leg.br/proposicoes/2021005484>. Acesso em: 16 jan. 2025.

Mesmo com parcerias importantes, como o apoio do podcast do Programa de pós-graduação em Antropologia Social, o esforço enfrentou limitações. Em outro momento, contamos também com o apoio da página no Instagram do Grupo de Mulheres Negras Malunga. Porém, os esforços para alcançar uma votação expressiva dos cidadãos não obtiveram o impacto esperado.

Embora tenham sido estabelecidas parcerias relevantes, como o apoio do podcast do PPGAS e da página no Instagram do Grupo de Mulheres Negras Malunga, os esforços para alcançar uma votação expressiva dos cidadãos enfrentaram limitações. A votação, até o momento, é registrada no site da Assembleia Legislativa de Goiás com 29 votos favoráveis e nenhum voto contrário.

No entanto, a página não especifica se a votação se refere ao objetivo original do projeto ou ao veto integral. Essa experiência evidencia os desafios de mobilizar amplamente a participação popular em um contexto onde as ferramentas digitais, que têm o potencial de democratizar o acesso, ainda enfrentam barreiras significativas de alcance e engajamento efetivo.

A dependência de plataformas digitais como meio de participação ativa revela uma fragilidade na inclusão, mostrando que, embora a tecnologia amplie a acessibilidade, o engajamento real da população requer estratégias mais eficazes e inclusivas para garantir uma participação efetiva.

2.6 O Veto dos Parlamentares

No dia 27/09/2023, acompanhei a sessão ordinária do parlamento goiânia pelo YouTube, com um olho nas discussões do plenário e outro nas anotações da faculdade. O objetivo da sessão era deliberar sobre vários projetos de lei que vinham da casa civil e do parlamento. E a sessão era presidida pelo deputado Clécio Alves do Partido Republicano.

Era um daqueles momentos em que o cotidiano e a urgência política se cruzam, revelando as camadas de uma realidade que nunca dá trégua. Soube do debate quase em cima da hora – a pauta que tanto importava seria discutida naquele instante, mas o tempo e a rotina pareciam conspirar para manter muitos

de nós à distância.

O plenário da Assembleia Legislativa de Goiás parecia maior naquele dia. As cadeiras vazias da galeria, com capacidade para 222 pessoas, pareciam contar uma história de ausência forçada. Cada lugar desocupado era um eco de vozes que não puderam estar ali – mães que não puderam sair do trabalho, jovens que tinham aulas a assistir, corpos exaustos que não conseguiram vencer a barreira financeira para chegar até aquele espaço.

Na parte inferior do recinto, os 44 assentos destinados aos deputados eram uma alegoria da representatividade parcial. Nem todos estavam presentes. Nem todos estavam atentos. A pauta da inclusão – tão urgente, tão carregada de histórias e demandas – encontrava-se diante de uma plateia incompleta, tanto no corpo quanto no espírito.

Assisti às discussões com a mesma mistura de determinação e frustração que imagino ser comum a tantas outras pessoas. Ali, como jovem tocantinense, mulher negra e estudante, me reconhecia em cada ausência daquela galeria – em cada cadeira vazia, em cada voz que deveria estar ali e que, como a minha, só podia acompanhar de longe.

Era mais uma prova de que as barreiras não são apenas físicas; são também impostas pela pressa, pelo trabalho, pela falta de informação e pelos sistemas que silenciam. Naquele momento, mesmo à distância, senti que minha presença virtual era um gesto de resistência. Estar ali, ainda que do outro lado da tela, era um lembrete de que, apesar das limitações, nossas vozes ecoam e se conectam.

No entanto, no emaranhado de articulações entre a universidade, os movimentos sociais e os aliados parlamentares, uma lacuna devastadora se revelava: a frágil coordenação interna entre nossos representantes e a oposição. Esse desencontro de esforços abriu espaço para ataques incisivos. Com discursos frios e carregados de preconceitos, a oposição desqualificou o projeto como uma “incongruência sobre a suposta reparação da dívida histórica”.

A oposição, ignorando a complexidade do racismo estrutural, reforçava uma retórica perigosa: afirmavam que as cotas não eram necessárias e insistiam em argumentos que distorciam o propósito do projeto. Alegavam que “prejudicaria o

branco pobre” e que iniciativas como essa interfeririam nas bases do sistema sem resolver, de fato, o racismo estrutural. Essas palavras eram mais que um ataque ao projeto; eram um reflexo de como a negação histórica e o privilégio continuam a obstruir o avanço de políticas públicas inclusivas.

Eu, que assistia a tudo com o coração apertado e os olhos de quem conhece a dureza da exclusão desde a infância no interior do Tocantins, sentia como se uma história que não me era estranha se repetisse. Vi ali, mais uma vez, o poder sendo usado como uma parede que nos separa da possibilidade de justiça.

Enquanto o projeto trilhava os corredores do parlamento goiano, o tempo parecia escorrer pelos dedos. Os aliados, que deveriam estar preparados para defender a proposta no plenário com o ímpeto de quem compreende a urgência da luta, permaneceram inertes. Tudo se desenrolou de maneira rápida, quase mecânica, como se a decisão já estivesse selada antes mesmo de qualquer discussão.

Apenas uma voz se ergueu na tentativa de sustentar a constitucionalidade e a legalidade do projeto. Contudo, seu argumento foi como uma chama solitária, incapaz de resistir ao vento gélido da resistência institucional. Foi a voz do Mauro Rubem, deputado do Partido dos Trabalhadores (PT), em meio ao silêncio do plenário.

A gravação do debate, disponível no canal do YouTube da Assembleia Legislativa de Goiás, revela muito mais do que palavras ditas e não ditas: ela ecoa o silêncio cúmplice de um parlamento que pouco fez para barrar o engavetamento do projeto. Não houve pedidos de vista, tampouco apelações ou recursos que pudessem adiar a votação.

Para mim, foi doloroso testemunhar a repetição de algo tão familiar: a “política do racismo e o racismo da política”. Uma estrutura que insiste em apagar a luta e a dignidade do nosso povo. Sem espaço para um debate técnico, as justificativas para o veto basearam-se em argumentos ideológicos que desprezam a memória e a justiça.

Mais uma vez, o parlamento se alinhou à decisão do governador, como se

cada silêncio e cada voto fossem facas afiadas contra a esperança de uma reparação legítima e necessária. As negligências para reparação das consequências da escravidão têm ganhado sofisticação. Dizer que os brancos pobres serão prejudicados é uma estratégia de “dois pesos, duas medidas”.

Além disso, sugerir algo como “Eu ou você, vamos abrir a lotação dos gabinetes, ver quem dá mais oportunidades pros negros?” está longe de ser uma avaliação técnica sobre os argumentos da governadoria para justificar o veto. Essa retórica banaliza a seriedade da questão e reforça um ciclo perverso de exclusão disfarçada de igualdade.

Vale lembrar que apesar de a representatividade feminina na Alego ter sido inaugurada ainda nos anos 1950, a presença de mulheres nos cargos eletivos permanece significativamente inferior à de homens. O ingresso de mulheres na política estadual, embora importante, não foi suficiente para alterar a estrutura predominantemente masculina da casa legislativa.

De acordo com o cientista Pedro Rodrigues Cruz (2024), a pauta de inclusão é profundamente relevante e reflete a realidade da maioria da população. No estado de Goiás, 63,6⁴⁹% da população pertence a grupos que historicamente enfrentam exclusão, como negros e mulheres negras. Esse percentual é igualmente significativo no Brasil, onde 5,7% da população é composta por negros, incluindo mulheres negras.

Ao ampliar o olhar para outros grupos sociais, a importância dessa pauta cresce ainda mais, abrangendo pessoas LGBTQIA+, mulheres trans, homens trans, indígenas e quilombolas. Esses dados evidenciam que as políticas inclusivas não são demandas isoladas, mas representam o clamor de uma maioria que busca espaço e equidade na sociedade.

Esse cenário se agrava quando observamos a escassa ocupação de cadeiras por pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e quilombolas. A diversidade

⁴⁹ SINESP – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Brasil e Regiões 2024 – População Negra*. Disponível em: https://sinesp.org.br/images/2024/novembro/Brasil_e_regi%C3%B5es_2024_-_Popula%C3%A7%C3%A3o_negra1.pdf. Acesso em: 06 fev. 2025.
DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Página institucional*. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

populacional do estado, rica e plural, não encontra o mesmo reflexo na Alego, revelando um distanciamento entre a composição política e a realidade social de Goiás.

As eleições estaduais de Goiás⁵⁰ evidenciam a persistente sub-representação de mulheres e pessoas negras, pardas, indígenas e quilombolas, com desigualdades que não mostram redução significativa. Em 2018, a razão de chance de mulheres eleitas foi nove vezes menor que a dos homens, e em 2022, embora tenha havido uma leve melhora, a disparidade permaneceu expressiva.

No recorte racial, o padrão de exclusão se manteve: candidatos brancos apresentaram uma razão de chance de 2,73 contra 1 de pretos e pardos. Esses dados reforçam a urgência de políticas afirmativas para garantir maior equidade e diversidade na representação política. Afinal, uma democracia verdadeira só floresce quando todas as vozes encontram espaço para serem ouvidas e representadas.

2.7 Perspectivas dos ativistas sobre o veto

A inércia em torno da implementação das políticas de cotas no estado de Goiás é como um silêncio pesado, um eco distante que ressoa no coração das pessoas que esperam por uma mudança que nunca chega. Esse descompromisso, que se arrasta como uma sombra, é inconfundível. Em sintonia operando estratégias da própria manutenção desse sistema de privilégios de quem pode tomar decisões.

É um abandono do princípio de que todos têm o direito de acessar os mesmos espaços públicos, de que o futuro pode ser desenhado por todos, não apenas pelos que já nasceram com o privilégio da palavra, da decisão. Ali, no meio dessa espera, há uma máquina invisível que funciona sem descanso, mas também sem alma, sem a empatia e respeito à dignidade humana do outro.

A política do racismo, que por muito tempo se apresentou como norma, se torna a base sobre a qual a estrutura se sustenta, e o racismo da política, disfarçado

⁵⁰ **BRASIL. Senado Federal.** Responsabilidade Social: OEL - Estados: ES [online]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/responsabilidade-social/oel/estados/es-go>. Acesso em: 17 jan. 2025.

de neutralidade, age como um guardião silencioso, impedindo a mudança. E assim, o tempo passa, mas a roda da exclusão continua a girar, como uma canção sem fim que nunca nos leva à liberdade.

Para o cientista Pedro Rodrigues Cruz (2024), em entrevista para essa dissertação, essa omissão reflete não apenas a manutenção de privilégios, mas também a ausência de uma vontade política real para instituir medidas inclusivas. Pedro entende que “isso é um descompromisso, é manutenção de privilégios também”.

Ele destaca que a responsabilidade recai sobre os poderes Executivo e Legislativo, que continuam negligenciando ações concretas em favor da equidade. Enquanto as promessas de mudança se perdem no ar, os alicerces da desigualdade seguem firmes, sustentados pela inação daqueles que poderiam transformar o futuro.

O advogado Salomão Rodrigues Neto (2024) reforça esse ponto ao identificar a falta de iniciativa como uma expressão de racismo institucional. Segundo ele,

Essa ausência de vontade política perpetua privilégios e exclusões, mantendo o acesso restrito a oportunidades gratuitas de qualidade. (Resposta do Defensor Público Salomão Rodrigues, 2024).

Essa postura evidencia como a negligência em instituir políticas afirmativas alimenta as desigualdades e reforça estruturas de poder historicamente exclusivas.

De acordo com a historiadora Janira Sodré Miranda (2024), em entrevista concedida à autora, o Parlamento Estadual de Goiás exemplifica de forma contundente esse cenário de resistência, sendo composto majoritariamente por representantes de interesses empresariais e agrários. Nas palavras da professora:

É um corpo político resistente   inclusão, formado por fazendeiros e empresários do agronegócio, negacionistas das heranças racistas. (Resposta da professora Janira Sodré Miranda, 2024).

Para esses grupos, políticas de igualdade representam uma ameaça ao status quo que sustenta seus privilégios. No entanto, a verdadeira ameaça não é a igualdade, mas a continuidade de um sistema que se alimenta da exclusão e da desigualdade, ameaçando, assim, a justiça e a dignidade de todos. O racismo é um elemento fundamental na estrutura da sociedade brasileira (Gonzalez, 2018).

Essa postura, de neutralidade, também está vinculada ao comodismo político, como aponta a advogada Deuzilia Pereira da Cruz em entrevista concedida em 2024, para a construção dessa dissertação. Para ela, o veto do governador teve apoio do parlamento porque

Eles não têm essas pautas no plano de governo e, obviamente, não iriam contra o governo, pois ele é quem tem o poder da caneta. No futuro, podem precisar do apoio dele para seus próprios projetos. (Resposta da advogada Deuzilia Pereira da Cruz, 2024).

Esse cenário revela um ciclo vicioso onde o comodismo político e os interesses privados sobrepõem-se às demandas por inclusão e justiça social. As vozes que denunciam essa estrutura não apenas expõem as desigualdades, mas também clamam por uma transformação que rompa com as amarras do privilégio e abra espaço para uma sociedade mais justa e equitativa.

Além disso, as narrativas oriundas das entrevistas com ativistas denunciam que a luta se manifesta de forma multifacetada, revelando que a política do racismo se materializa na resistência às políticas de ações afirmativas, na disseminação de discursos meritocráticos que inviabilizam desigualdades históricas e na negação do racismo como um fenômeno social relevante.

É fundamental reconhecer que as políticas e a luta antirracista constituem expressões de processos históricos de resistência, protagonizados por movimentos negros e indígenas. Ao mesmo tempo que, essas expressões revelam uma articulação complexa de práticas de enfrentamento, que se manifestam de forma diversa e contextualizada.

Isso significa que tais manifestações podem ou não provocar transformações nas estruturas institucionais. Observa-se que tais mudanças têm avançado, com maior evidência, no campo da educação, especialmente no ensino superior. No entanto, é necessário refletir até que ponto essas transformações estão, de fato, se concretizando e quais sujeitos estão sendo efetivamente alcançados por elas.

CAPÍTULO 3. DE SUJEITO DE DIREITO A PESQUISADORA

No segundo semestre de 2024, enquanto redigia o primeiro capítulo desta dissertação, recebi uma mensagem da minha orientadora, professora Suzane, questionando se eu já havia me inscrito para o Programa Abdias Nascimento, vinculado à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O Programa foi criado com a finalidade de promover ações afirmativas no campo da pós-graduação e da internacionalização acadêmica. Instituído pela portaria nº 1.129, de 14 de novembro de 2013. Segundo Cruz et. (2024), resultou de longas reivindicações por equidade racial e social no campo da educação superior na sociedade brasileira. Além de homenagear o ativista da luta antirracista Abdias Nascimento.

O programa busca qualificar a formação de estudantes oriundos de grupos sistematicamente marginalizados — entre eles, pessoas negras (pretas e pardas), indígenas, pessoas com deficiência, com transtornos do desenvolvimento ou com altas habilidades — condicionado à mobilização desses estudantes em espaços acadêmicos internacionais⁵¹.

Foi publicado em 2014, com 32 propostas selecionadas em 2015⁵². Em 2018, 25 projetos foram renovados, mas a ação foi revogada pela Portaria nº 195, de 24 de março de 2022⁵³. Em 2023 com o apoio do Ministério da Igualdade Racial o programa foi resgatado e aprovou 45 propostas de projetos de internacionalização

⁵¹ Historicamente, a internacionalização da educação superior vem sendo guiada por princípios que ligam umbilicalmente ao contexto e aos propósitos nacionais, regionais e locais, o que significa que não existe uma maneira certa ou única para internacionalizar, já que ela se apresenta como um meio para para a melhoria ampla do ensino superior entendido como gerador de conhecimento novo, ciência, tecnologia e inovação, mas principalmente de valores e de cidadania, e não como um fim em si mesmo. (Laus, 2012. p.24).

⁵² A implementação do projeto Abdias do Nascimento pela primeira vez, se deu no governo Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores

⁵³ O ano da revogação se deu no contexto do último ano do governo Bolsonaro do partido do Partido liberal

de várias universidades brasileiras das regiões centro-oeste, nordeste e norte⁵⁴.

Como estudante negra, sujeito de direito das políticas de ações afirmativas, tive acesso ao intercâmbio acadêmico por meio do Projeto Mesoamérica. O projeto Sertão-Mesoamérica⁵⁵ foi uma das 45 propostas aprovadas no edital 16/2023 PROCESSO Nº 23038.003817/2023-11⁵⁶.

O projeto, proposto pelo Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social (ppgas) da Universidade Federal de Goiás (UFG), constitui um elo entre a UFG, a Universidade Federal de Sergipe (UFS), o Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS) e a Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP).

Meu vínculo com o CIESAS também aconteceu por meio de um programa chamado “Profesores-Investigadores y Estudiantes Huéspedes”⁵⁷. Apesar de não ser focado diretamente na inclusão social, esse programa promove a troca de conhecimentos entre professores, pesquisadores, estudantes ou atores sociais, tanto do México quanto de outros países, que têm contribuições culturais importantes.

Este capítulo tem como objetivo analisar, a partir de diferentes narrativas, os modos como esse programa é percebido, vivido e interpretado por estudantes⁵⁸ que

⁵⁴ Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202311/pdpg-politicas-afirmativas-e-diversidade-tem-resultado-preliminar>. Acesso em: 16 jun. 2025.

⁵⁵ A coordenação oficial do projeto Sertão-Mesoamerica é feita por docente da Universidade Federal de Goiás. Entretanto, na execução conta com auxílio de docentes das universidades parceiras.

⁵⁶ **CAPES.** Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/encontre-aqui/paises/multinacional/programa-de-desenvolvimento-academico-abdias-nascimento>. Acesso em: 25 jan.2025.

⁵⁷ CENTRO DE INVESTIGACIONES Y ESTUDIOS SUPERIORES EN ANTROPOLOGÍA SOCIAL (CIESAS). *Lineamientos del Programa de Huéspedes*. Disponível em: <https://ciesas.edu.mx/wp-content/uploads/2021/03/LINEAMIENTOS-DEL-PROGRAMA-DE-HUESPED-ES.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2025

⁵⁸ Os nomes utilizados para identificar os participantes são fictícios, a fim de preservar sua identidade. Entre os relatos analisados incluem-se: uma estudante que tentou, mas não conseguiu acessar o

o acessam por meio do projeto Sertão - Mesoamérica.

Em um segundo momento, esse capítulo se volta à análise da construção de identidades racializadas no contexto da mobilidade internacional, a partir da minha própria experiência etnográfica, marcada por episódios de exotismo e racialização vivenciados não apenas em espaços acadêmicos, mas também no cotidiano.

Ao articular essas dimensões, busca-se evidenciar como a ausência – tanto material quanto simbólica – atravessa as experiências dos sujeitos envolvidos, revelando as lacunas ainda existentes nas ações afirmativas e nos debates sobre pertencimento, reconhecimento e representação no âmbito da internacionalização do ensino superior.

3.1 Uma gestão de políticas afirmativas

Faltando cinco dias para o fechamento do edital, e com o incentivo de Suzane, lancei minha candidatura. Dias depois, estava conversando com a comissão do Sertão-Mesoamérica. Logo após o resultado, começamos a preparação para a viagem. Um processo completamente novo para mim, repleto de pequenos detalhes, exigências e barreiras inesperadas.

Das 12 vagas disponíveis, 8 bolsistas foram selecionados no programa Abdias Nascimento, vinculado ao projeto Sertão-Mesoamérica. As 4 vagas restantes não foram preenchidas, em razão de gargalos no processo com a CAPES, o que ocasionou desgaste entre os estudantes e levou a desistência de alguns, cujos contextos socioeconômico não permitem manter a espera por um recurso⁵⁹.

Recordo-me de um momento emblemático após a seleção do edital Mesoamérica em 2024. Uma estudante foi aprovada e cumpriu todos os requisitos

Programa Abdias Nascimento; um estudante que conseguiu acessar o programa; uma egressa; e a experiência da própria pesquisadora, enquanto mulher negra.

⁵⁹ Tal situação revela uma das formas pelas quais o Estado se manifesta na vida dos sujeitos: por sua ausência, lentidão, ou ineficiência — O que Gupta Sharma (2006) compreendem como expressões fragmentadas e assimétricas da ação estatal.

estabelecidos. No entanto, apesar da aprovação formal, os recursos necessários para a sua participação nunca foram liberados. Como ela, os demais envolvidos jamais receberam uma explicação clara sobre os motivos dessa negativa⁶⁰.

A complexidade do processo, aliado à insuficiência de funcionários para atender mais de 200 bolsistas internacionais, resultou em grandes dificuldades. Havia apenas apenas um profissional responsável por toda a demanda, e nossa comunicação com ele se dava exclusivamente por meio de um sistema chamado *Linha Direta*, vinculado ao setor financeiro da CAPES⁶¹.

Essa dinâmica gerou atritos com a coordenação do Sertão-Mesoamérica. A coordenação compreendia que a CAPES estava sobrecarregada e recomendava evitar contatos frequentes. Mas, do nosso lado, havia uma série de trâmites desconhecidos, um exemplo foi a transição da bolsa CNPq para a CAPES, um procedimento que imaginamos automático. Porém, descobrimos que era necessário alguém formalizar esse pedido ao CNPq.

Surgia aí o que chamo de “barreira institucional difusa”: precisávamos identificar, por conta própria, se caberia à Reitoria, à coordenação do PPGAS, ao projeto Sertão-Mesoamérica ou ao próprio estudante fazer a solicitação. Essa descentralização e ambiguidade, longe de ser neutra, opera como uma forma de exclusão burocrática⁶².

⁶⁰ Trata-se de um silêncio institucional que gera insegurança e descrença — formas de violência ordinária que, segundo Veena Das (2007), se infiltra no cotidiano, não de modo excepcional, mas como parte da estrutura das relações sociais e estatais.

⁶¹ De acordo com dados divulgados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2024, o total de bolsistas no país compreende aproximadamente 104 mil pesquisadores de pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado) e programas de formação de professores, além de 80 mil estudantes de cursos de licenciatura. Ademais, cerca de 7,7 mil cientistas brasileiros são apoiados no exterior, por meio de 51 acordos de cooperação internacional, totalizando aproximadamente 191,700 bolsistas atendidos. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/capes-celebra-aniversario-com-quase-300-mil-bolsistas?utm_source=chatgpt.com

⁶² Bierschenk e Oliver de Sardan (2014) classificam como disfuncionalidade produtiva do aparato estatal.

Essa decisão era sensível, pois os pagamentos das bolsas obedecem a prazos rigorosos dentro de cada mês, e qualquer erro poderia comprometer o recebimento do auxílio. Entre os estudantes, havia aqueles que não poderiam permanecer sequer um mês sem a bolsa, uma vez que é por meio dela que conseguimos arcar com despesas básicas, como o pagamento de aluguel, alimentação e moradia durante o período de estudos.

Cabe destacar, contudo, que nem todos os estudantes enfrentavam essa mesma situação. Havia aqueles que já estavam inseridos no mercado de trabalho, atuando na rede pública ou privada, o que lhes conferia uma fonte de renda paralela e, conseqüentemente, uma maior estabilidade financeira.

Essa diferença de condições gerava experiências bastante distintas no enfrentamento das incertezas do processo, revelando desigualdades internas mesmo entre os selecionados para o programa Abdias Nascimento. Como relata um dos bolsistas, Cris⁶³ que foi selecionado na edição 2024,

Eu tenho salários, e por isso todo o processo — inclusive estar aqui no México — se torna mais viável, isso não quer dizer que não tive problemas, mas no sentido financeiro foi mais viável. Com esse salário, ainda consigo manter minhas despesas no Brasil. A bolsa de intercâmbio cobre todos os meus custos aqui no México, mesmo que as coisas também sejam muito caras, como é o caso do aluguel. (Cris Ferreira, 2025).

Cris Ferreira, é uma pessoa beneficiada pelo programa, tendo se candidatado à vaga de ampla concorrência. Reconhece que seu perfil não corresponde ao do sujeito de direito pela ação afirmativa prevista no Programa Abdias Nascimento. E afirma,

O Programa Abdias Nascimento é voltado para ações afirmativas, especialmente por meios das cotas, com prioridade para mulheres negras, indígenas e outros grupos. Mas, além disso, não vejo muitos avanços. Em termos de permanência e acompanhamento não considera as especificidades de cada estudante. Todos recebem o mesmo valor e precisam se virar. Pensar em equidade é mais do que garantir o acesso; é garantir condições reais de permanência —, nesse aspecto, ainda há muito a ser feito. (Cris Ferreira, 2025).

Indy Tavares é uma mulher negra do programa de Antropologia Social da

⁶³ Foram utilizados codinomes para preservar a identidade dos participantes; as entrevistas com bolsistas do Programa Abdias Nascimento ocorreram por videoconferência (Google Meet) em abril de 2025, considerando sua distribuição pelo Brasil e México.

UFG. Participou, no ano de 2017 do Programa Abdias Nascimento, sendo seu primeiro acesso a uma política de ação afirmativa. Ela destaca que o programa representou não apenas uma oportunidade de aprimoramento de um segundo idioma —, mas também um espaço significativo de horizontes acadêmicos, epistemológicos, culturais e subjetivos.

Contudo, eu seu relato, Indy enfatiza uma dimensão frequentemente negligenciada na estrutura de programas de mobilidade internacional como o Abdias Nascimento: o momento do retorno ao Brasil. Em suas palavras:

Na minha percepção, o retorno... ninguém pensa. Em nenhum momento do programa ele foi conversado, debatido, dialogado, cuidado. Então, para mim, é uma coisa muito importante. Principalmente porque são pessoas vulnerabilizadas como nós que tínhamos ido. Que não somos de classe média, classe alta. Quando a gente volta, precisa entender como vai ser esse retorno. Onde que a gente vai? Quem vai cuidar da gente até a gente se restabelecer? Você vai precisar trabalhar, vai continuar na pós-graduação. (Indy Tavares, 2025).

Esther Sousa, é uma mulher negra retinta, mãe solo servidora pública e doutoranda em antropologia social da UFG. Chegou a considerar a candidatura ao intercâmbio pelo programa Abdias Nascimento, mas desistiu. O edital, segundo ela, não oferecia segurança suficiente para uma pessoa em suas condições de mãe solo⁶⁴.

Por exemplo, no caso do Programa Abdias Nascimento, ao qual tive acesso, observei que algumas despesas, como a emissão de vistos, precisam ser custeadas pelo próprio estudante. Isso está previsto, sim, mas de forma muito superficial — normalmente se limita à indicação de um valor, sem maiores esclarecimentos. (Esther Sousa, 2025).

Para estudantes que têm como única fonte de renda a própria bolsa e sem reservas financeiras, a liberação do documento que comprove recurso financeiro da CAPES era essencial para solicitar o visto no consulado mexicano no Brasil. E só depois da liberação do visto é que também poderíamos comprar as passagens aéreas que, aliás, com o passar do tempo ficam mais caras.

A ansiedade era constante, pois o processo consular é demorado e imprevisível. Ademais, todos os custos associados à obtenção de passaporte, vistos,

⁶⁴ O modo como os editais estão redigidos evidenciam que Lélia Gonzalez (1983) já denunciava: a racialização implícita das políticas que operam sob a ilusão da neutralidade, mas que reproduzem a exclusão de sujeitos racializados.

identificações em cartórios e traslados até os centros de emissões não estavam cobertos pelo programa. Era necessário, por exemplo, viajar até Brasília ou Rio de Janeiro para solicitar o visto.

Em conversas por whatsapp, trocamos informações sobre as experiências de tirar visto. Uma bolsista que saiu de Salvador e foi até Brasília gastou R\$ 1.300,00 com passagem, hospedagem e taxas. Outra, de Aracaju, teve um custo de R\$ 1.500,00; um estudante de Cuiabá gastou R\$ 528,20 apenas em passagem; outro de Sergipe, R\$ 1.400,00; e quem saiu de Goiânia teve uma despesa de R\$600,00.

A experiência de comparecimento físico à embaixada, de amanhã, e a espera pelo resultado até o fim da tarde agrava ainda mais os custos. E mesmo em caso de negativa do visto, nenhum desses valores é reembolsável.

Enquanto, por minha formação em políticas públicas, interpreto essa realidade como uma falta de transparência institucional, outros colegas enxergavam como ausência de apoio, orientação ou mera desorganização. Esther, por outro lado, entendi que o problema não é de má-fé, mas de estrutura:

O percurso que se deve seguir, os documentos que precisam ser assinados por determinadas instâncias, os trâmites burocráticos — tudo isso deveria ser mais claramente informado...há um discurso institucional que pressupõe que todas as pessoas partem do mesmo ponto e detêm o mesmo nível de conhecimento (Esther Sousa, 2025).

O que se observa é a ausência de um compromisso organizacional com a justiça informacional — isto é, com a clareza, a previsibilidade e a equidade no compartilhamento de informações cruciais. Os próprios procedimentos institucionais acabam funcionando como dispositivos simbólicos que delimitam quem pode compreender e circular com segurança nesses espaços.

Essa constatação permite perceber que a problemática em questão transcende aspectos meramente financeiros ou oferta pontual de serviços; envolve, sobretudo, um conjunto de práticas institucionais que deveriam estar ancoradas em um rito procedimental — entendido aqui como formalização clara, contínua e transparente dos processos administrativos e comunicacionais.

Nesse contexto, torna-se imprescindível refletir sobre o modo como os processos são estruturados e comunicados institucionalmente. Trata-se de

reconhecer que o tempo, o ritmo e as demandas de cada estudante estão profundamente marcadas por suas realidades sociais. Desconsiderar esse fato produz barreiras institucionais que se sobrepõem às barreiras econômicas.

3.2 Do Cerrado Goiano à Peninsular Yucateca

No dia 1º de setembro de 2024, ao final da tarde, fui acompanhada até o Aeroporto de Goiânia pelo professor Hans e sua companheira, Angélica, ambos amigos próximos que gentilmente me auxiliaram na aquisição das passagens aéreas. Demonstrando generosidade e atenção, eles também me orientaram quanto aos procedimentos nos aeroportos pelos quais eu passaria.

Após uma despedida, segui viagem com um misto de incredulidade e entusiasmo por estar, de fato, iniciando essa nova etapa. Ao chegar ao Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, encontrei um ambiente tranquilo. No entanto, precisei pernoitar no local à espera do voo seguinte, com destino à Cidade do México (também conhecida como DF ou CDMX).

Após cerca de seis horas em um voo relativamente calmo, embora bastante frio, desembarquei no aeroporto mexicano carregando apenas uma mochila com meu notebook e uma mala de 10 kg contendo minhas roupas e pertences essenciais. Passei pelo controle de imigração e segui em direção ao portão de embarque para meu próximo voo.

Durante esse trajeto, busquei orientações com funcionários da segurança e do atendimento ao público, ocasião em que fui surpreendida com a pergunta: "*¿Hablas inglés?*" Entre o cansaço, o desconcerto e um sorriso conciliador, respondi: "*Português y un poco español.*" A partir daí, fui atendida em espanhol, o que facilitou minha comunicação naquele momento desafiador.

O voo doméstico com destino à cidade de Mérida, no estado de Yucatán, estava previsto para às 22 horas. Devido a atrasos, somente cheguei ao destino quase à meia-noite. Ao desembarcar, sentia-me exausta, mas profundamente grata por ter superado as primeiras etapas dessa jornada. Como afirma bell hooks, "a esperança nos dá uma razão para seguir adiante" (Hooks, 2000, p. 206).

De acordo com Cerón Grajales (2017), a fundação da cidade de Mérida, em 6 de janeiro de 1542, integrou a estratégia da família Montejo para consolidar o controle sobre a província de Yucatán que fica ao sudeste do México, utilizando como base a antiga cidade maia de T'Ho, que já possuía uma complexa e desenvolvida estrutura edificada (Cerón Grajales, 2017, p. 98-99).

O processo de edificação da Mérida colonial implicou, também, a demolição gradual das construções maias de T'Ho. Tarefa muitas vezes imposta aos próprios indígenas, forçados a destruir locais que possuem profundo significado espiritual cultural de seus ancestrais (Cerón Grajales, 2017, p. 104; Ancona, 1889, p.11).

Para os maias, T'Ho ou Ichcancinohó era reconhecida como o lugar “los-de-rancio-abolengo o de-gran-no-beleza, que quer dizer, o lugar de nobreza ancestral ou de grande estirpe (Ligorred, 1998, p. 5), evidenciando o valor simbólico e ancestral desse território.

Por outro lado, ainda que Yucatán tenha recebido uma fração muito pequena 0,1% do total de africanos escravizados levados às Américas, e mesmo sem a presença de grandes minas de pratas ou plantações de açúcar, os africanos foram empregados em atividades especializadas ou relegados a funções consideradas indesejáveis pelos colonos espanhóis (Restall, 2020, p. 388).

Apesar de oficialmente instituída como uma “cidade para espanhóis”, os povos indígenas maias continuaram a desempenhar um papel essencial no funcionamento da nova cidade. Submetendo a um sistema de repartição, o que resultou na criação de um padrão urbano dual: de um lado, a república de espanhóis; de outro, a república de indígenas, evidenciando, assim, uma clara segregação espacial (Cerón Grajales, 2020, p.103).

Com o tempo, bairros compostos por indígenas, mestiços negros e mulatos passaram a fazer parte da cidade, mantendo características semirruais até o século XIX. No presente, observa-se a valorização do centro histórico de arquitetura colonial, resultado da antiga riqueza proveniente do comércio internacional da fibra de henequém. E que atualmente, há forte presença de estrangeiros proprietários desses estabelecimentos, principalmente estadunidenses.

Ainda, segundo moradores locais, a zona norte da cidade recebe mais atenção pública, por outro lado, o sul é marcado por condições de vida mais em conta. E um dos locais mais emblemáticos é o Monumento Paseo Montejo, que está localizado no centro da cidade.

Paseo Montejo, é composto por uma avenida de mão dupla carregada de estabelecimentos que se configuram nessas grandes casas. Essa avenida, por sua vez, carrega histórico de lutas, pois conforme conta Iturriaga (2018) é um monumento posto ali sem consulta ao povo. Por outro lado, é um espaço onde é possível escutar várias línguas faladas pelo mundo devido ao seu grande volume de turistas.

Também, na calçada da avenida, encontram-se mulheres e homens artistas e comerciantes. Entre eles estão pessoas maias vendendo seus trabalhos artesanais. Como aponta Cunin, “a presença maia tem sido tão forte — e representada com tanta insistência — que é difícil discernir outra forma de alteridade” (Cunin, 2009, p. 33, apud Iturriaga, 2018, p. 107).

Por isso, quando eu tentava conversar com as pessoas sobre a questão afrodescendente, o tema era frequentemente tratado como se essas populações já não existissem mais em Yucatán, mas apenas em outros territórios do México, como é o caso do estado de Guerrero, Oaxaca e Veracruz.

E sendo mencionados nas respectivas constituições estaduais. De fato, como bem aponta E. Iturriaga (2018, p. 107), “os estudos sobre a população negra em Yucatán são escassos e, com exceção de *La población negra de México*, de Aguirre Beltrán [publicada em 1946], todos os demais são relativamente recentes”.

Mérida ocupa el lugar 12 a nivel nacional por su tamaño poblacional con 921,771 habitantes. Está situada próxima a importantes destinos turísticos — como Cancún, Tulum, Riviera Maya e Playa del Carmen. Segundo um amigo yucateco, em determinadas praias da região é possível avistar luzes provenientes de Cuba, distante aproximadamente 781 Km ao leste de Havana. Geograficamente, Mérida está situada a cerca de 36 km da costa, o que reduz o impacto direto de furacões, como o Isidore (2002), embora permaneça vulnerável a tempestades tropicais.

3.3 Prática da liberdade

No aeroporto de Mérida, já durante a madrugada, deparei-me com outra limitação: as casas de câmbio funcionavam apenas no centro da cidade, local de difícil acesso naquele horário. Ademais, todo o valor em espécie que havia trocado no aeroporto da Cidade do México foi consumido exclusivamente com a aquisição de um chip telefônico.

Felizmente, fui acolhida com generosidade por minha tutora mexicana Nahayeilli Beatriz Juárez Huet⁶⁵, cujas linhas de pesquisa se concentram em três eixos principais: a diversidade religiosa no México, as afrodescendências e o racismo. Ela foi designada para trabalhar comigo, uma vez que começava a se interessar por temas de ações afirmativas. Acompanhou minha chegada e prontamente encontrou uma solução para a situação.

Ao acolher-me desde minha chegada, Nahayeilli não apenas cumpriu um papel institucional, mas encarnou uma ética que Jacques Derrida (2003) descreve como “a abertura incondicional ao outro, antes mesmo de qualquer reciprocidade”. Após três noites em um hotel, fui generosamente hospedada em sua residência, enquanto eu regularizava pendências bancárias e minha permanência.

Nos primeiros 15 dias, já havia planejado encontrar um lugar para alugar e regularizar minha situação no Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS), além de resolver questões junto ao instituto de imigração. Acreditava que, nesse período, também conseguiria me adaptar a essa nova etapa da minha trajetória.

No entanto, a ansiedade para acessar minha conta bancária e as dificuldades para agendar a regularização da minha situação migratória no México tornaram esse processo bastante exaustivo. A complexidade dos trâmites administrativos e os

⁶⁵ A Professora Doutora Nahayeilli Beatriz Juárez Huet é antropóloga e pesquisadora do Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS), unidade Peninsular, no estado de Yucatán, México.

Disponível em Peninsular.Ciesas.edu.mx/unidad-regional-peninsular/juarez-huet-nahayeilli-beatriz/.

imprevistos com os prazos de atendimento foram fatores que me deixaram ainda mais sobrecarregada. Era preciso ter muita calma com tudo isso.

A impossibilidade de gerenciar meu dinheiro tornaram o processo mais angustiante. É como se eu estivesse sob um processo de dominação que, ao limitar minhas possibilidades e autonomia, me fazia sentir inferior e desvalorizada. Como aponta Marilena Chauí (2000), a exclusão social afeta a percepção do indivíduo, reduzindo-o a uma posição de subordinação e invisibilidade.

Essa sensação era agravada pela memória de como, no Brasil, mulheres negras enfrentam preconceitos e são frequentemente tratadas como desonestas em situações semelhantes. Essa lembrança, marcada por experiências de estigma e desconfiança, me deixou em estado de alerta, atenta à possibilidade de que situações semelhantes pudessem ocorrer em um novo contexto.

Não se tratava de uma acusação ao país de acolhimento, mas de um cuidado moldado por vivências anteriores. Lélia Gonzalez (2020, p. 68), por exemplo, afirma que “o racismo, articulado ao sexismo, estrutura profundamente a experiência da mulher negra no Brasil, produzindo efeitos violentos”. Esses efeitos também deixam marcas que podem ser reativadas mesmo em contextos de deslocamento internacional.

Nos primeiros dias sob o teto de minha tutora, mergulhei nas palavras e nas ideias que sustentavam minha proposta de pesquisa, aquela que, com esperança e determinação, eu aspirava submeter ao processo seletivo do doutorado. Em mim, habitava o desejo íntimo de continuidade: que o mestrado não fosse um ponto final, mas um ponto de passagem rumo a outros territórios do saber.

Tal desejo se aproxima da concepção freireana de esperança como força vital dos processo educativos, já que, para Freire (1992. s.p), “a esperança é necessidade ontológica; a desesperança, esperança que, perdendo o endereço, se torna distorção da necessidade ontológica”, ressaltando que a luta pela transformação da realidade exige tanto sonho quanto compromisso com a prática.

Minha tutora, com generosidade crítica e atenção cuidadosa, analisou a pergunta e ressaltou a importância de formular uma hipótese. Gesto fundamental da

pesquisa acadêmica que, por meio de uma imaginação disciplinada, permite nomear uma inquietação e situá-la no mundo social e científico. Como lembra Bachelard (1996, p. 60), “nas épocas pré-científicas, a hipótese se apoia numa convicção profunda: ilustra um estado de alma”.

Ali, naquele espaço que, para além de abrigo temporário, se tornou um lugar de escuta, diálogo e aprendizado, eu — sem plena consciência à época — já iniciava, em corpo e pensamento, meu processo de estágio sanduíche. Sendo o início de uma travessia que me deslocava geograficamente e epistemologicamente. Movimento que pode ser compreendido à luz do conceito de “desobediência epistêmica”, proposto por Mignolo (2010, p. 323).

Para o autor, “o caminho para o futuro é e continuará a ser a linha epistêmica”. Reconhecendo o pensamento descolonial, ou seja, o modo diverso de pensar e de saber. O que nos convida a romper com os paradigmas coloniais e abrir-se a outras possibilidades de produção de conhecimento.

Importa reconhecer que o gesto da minha tutora ultrapassou os limites institucionais da orientação técnica, compreendida aqui como a atuação formal e burocrática prevista nos regulamentos acadêmicos. Ao fazê-lo, rompeu, ainda que simbolicamente, com uma lógica institucional que, muitas vezes, reforça as hierarquias estabelecidas no campo acadêmico.

Como afirma Bourdieu (1989, p. 7), “o poder simbólico é um poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que estão submetidos a ele ou mesmo o que exercem”. Assim, o cuidado e o compromisso ético demonstrados por ela sinalizam uma resistência à reprodução automática das desigualdades simbólicas e institucionais que historicamente caracterizam as relações universitárias.

Seu cuidado, configurou-se como um ato ético-político. Compreendido com a formação crítica, emancipadora e solidária de mulheres no espaço acadêmico, sobretudo de negras, cujas presenças ainda desafiam as estruturas de poder que historicamente marginalizam vozes dissidentes.

Outro sim, mesmo sendo inconsciente das diretrizes brasileiras, seu

compromisso encontra respaldo formal no art. 5º, inciso III, da Portaria nº 8, de 12 de janeiro de 2018, da CAPES, ao afirmar, entre os objetivos dos projetos internacionais, a necessidade de “atender às necessidades de formação de pessoal de alto nível” (Brasil, 2018).

No entanto, mais do que atender a uma diretriz normativa, a prática da orientação, quando atravessada por solidariedade, escuta e empatia, torna-se também um ato político. O que legitima entender a orientação como um ato de transformação e não apenas de reprodução. Educar como prática da liberdade (Hooks, 2013) sendo que o desejo de ensinar é o desejo de compartilhar.

Essa pedagogia engajada foi determinante não apenas para a elaboração da minha proposta de doutorado, mas também para o êxito no processo seletivo, no qual alcancei o primeiro lugar na linha de pesquisa “Etnopolíticas, resistências e transformações epistemológicas”. Refletindo não somente uma conquista individual, mas a potência transformadora de uma orientação pautada na justiça social.

Contudo, paradoxalmente, vi-me obrigada a renunciar à matrícula do doutorado, pois, em virtude do estágio sanduíche — realizado sob a égide do Programa Abdias Nascimento — precisei recorrer ao direito à prorrogação para concluir a dissertação de mestrado. Ao final, fui colocada diante de uma escolha: a continuidade na internacionalização ou o acesso ao doutorado.

Essa realidade expõe não apenas um descompasso entre políticas públicas voltadas à democratização do ensino superior e a rigidez normativa de alguns programas de pós-graduação⁶⁶, mas também o risco de reproduzir desigualdades

⁶⁶ Diversas universidades ao redor do mundo têm implementado mecanismos de flexibilização para o ingresso direto ou facilitado no doutorado, especialmente para estudantes que demonstram excelência acadêmica ou experiência em pesquisa. Entre essas instituições, destacam-se: *Ludwig-Maximilians-Universität München, Freie Universität Berlin, Humboldt-Universität zu Berlin* (Alemanha); *University of Oxford, University of Cambridge, University of Edinburgh* (Reino Unido); *Harvard University, Yale University, Princeton University, Berkeley, Los Angeles – UCLA* (Estados Unidos); *University of Toronto*. Essas universidades costumam reconhecer trajetórias acadêmicas internacionais e, muitas vezes, oferecem programas de acesso direto ao doutorado ou modelos integrados (mestre-doutor), sem necessidade de realizar um novo processo seletivo entre as etapas. Também oferecem bolsas integrais por meio de programas institucionais voltados à excelência acadêmica e à promoção da diversidade, que cobrem mensalidades, taxas universitárias,

estruturais no interior das próprias ações afirmativas.

Diante dessa situação, emerge uma questão que merece reflexão: se os programas de internacionalização da CAPES visam promover a qualificação acadêmica continuada e a formação de alto nível, por que as instituições não garantem mecanismos que assegurem a continuidade dos estudos, especialmente para estudantes de ações afirmativas?

Por que o acesso a uma política pública — neste caso, o Programa Abdias Nascimento — resultou na perda de outro direito legitimamente conquistado, a matrícula no doutorado? Esse dilema torna-se ainda mais grave quando se considera que minha trajetória acadêmica — graduação, mestrado e possível doutorado — foi construída na mesma instituição, sem que houvesse qualquer ruptura epistemológica ou curricular que justificasse a negativa institucional.

A ausência de mecanismos inclusivos eficazes ilustra o que Boaventura Santos e Almeida Filho (2008, p. 228) argumentam. Quando os processos seletivos se mantêm descolados das realidades sociais, reforçam lógicas excludentes que se sobrepõem ao talento individual. Assim, as desigualdades acabam por sufocar a competência de quem busca a formação universitária.

3.4 Têm medidas afirmativas?

Enquanto me adaptava ao novo ciclo cultural e de pesquisa, no dia 10 de setembro, com o apoio de minha tutora, iniciei minha imersão na unidade CIESAS-Peninsular. Localizada no arborizado Parque Científico e Tecnológico de Yucatán. Cerca de 42,6 km da cidade de Mérida, passando também pela rodovia Sierra Papacal Chubarna Puerto.

À medida em que circulavam pelo espaço, fui sendo apresentada à pequena e atenciosa equipe que compõe o cotidiano da unidade: motoristas, seguranças, zeladores, técnicos administrativos, além da coordenação e da direção. Ainda

seguro-saúde e custos de vida, com atenção especial a estudantes internacionais e de grupos sub-representados.

naquela manhã, à convite de Nahayeilli, segui até o prédio da biblioteca para acompanhar uma reunião com participação de pessoas externas ao CIESAS.

A apresentação foi conduzida por representantes da Universidade de Illinois e de seu escritório no México, a Illinois Mexican-and Mexican-American Student Initiative (I-MMAS), juntamente com a equipe responsável pela comunicação do Consulado Americano em Mérida. O objetivo deles era convidar os presentes para participarem de diversos projetos, incluindo programas de bolsa de intercâmbio tanto para professores quanto para estudantes mexicanos.

A apresentação foi organizada em uma sala bem pequena, porém o suficiente para acomodar pesquisadores de outros centros localizados no Parque Científico de Yucatán⁶⁷. Estavam presentes pesquisadores do CINVESTAV, Centro GEO, CICY, Universidade Marista, o CIATEJ, o Colégio da Fronteira Sul e o Instituto de Pesquisa Científica de Estudos Avançados Chicxulub (IICEAC).

A experiência, revelou-se especialmente significativa, uma vez que iniciava minha compreensão dos circuitos institucionais e os vínculos internacionais daquela unidade. Por outro lado, também, apesar da maioria das pessoas falarem em espanhol, a conversa foi 99% em inglês. Isso exigiu uma atenção redobrada para conseguir acompanhar os que eles apresentavam.

Em um momento da apresentação, quando foi possível a participação dos pesquisadores para questionamentos, levantei a mão. Considerei que a mulher que estava nessa equipe falava tanto o espanhol quanto o inglês. Em espanhol, perguntei se o programa para essas pessoas incluía medidas afirmativas voltadas para indígenas e afrodescendentes.

Diante da minha iniciativa, a pergunta aparentemente, não foi muito bem compreendida. O que levou os representantes dos programas a me questionarem se

⁶⁷ O parque Científico de Yucatan faz parte de um Sistema de Investigaciónn, Inovación y Desarrollo Tecnológico do estado de Yucatán (SIIDETAY). E os que compareceram são os centros de investigação e educação que são, CINVESTAV, Centro de Investigación Geoespacial (Centro GEO), Centro de Investigación de Yucatan (CICY), Centro de Investigación y Asistencia en Tecnología y Diseño del Estado de Jalisco (CIATEJ).

eu falava inglês. Quando minha tutora, Nahayeilli, repetiu a questão em inglês, percebi que o grupo parecia desconhecer a temática abordada e não soube fornecer uma resposta concreta.

A reação recebida — marcada por um mal-entendido em relação à minha comunicação em espanhol e pela tentativa de redirecionamento ao inglês — revelou não apenas uma barreira linguística, mas também uma falta de sensibilidade quanto à complexidade das questões que eu levantava. Curiosamente, a própria equipe informava que, para participar dos programas que oferecia, não era necessário falar inglês.

Por outro lado, a falta de familiaridade da equipe com as políticas afirmativas voltadas para populações indígenas e afrodescendentes despertou em mim uma reflexão mais ampla. Passei a questionar a centralidade — ou a própria ausência — dessas temáticas em contextos internacionais. Como observa Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 461), o que não é reconhecido como conhecimento simplesmente não existe para o sistema dominante.

Embora essas discussões sejam amplamente debatidas nos Estados Unidos, percebi que elas estão ausentes em programas prestigiados, como os apresentados. Essa ausência não apenas revela um desconhecimento, mas também um silenciamento estrutural que compromete a diversidade epistêmica e o compromisso com a equidade nos espaços acadêmicos globais.

Também evidencia um paradoxo: ainda que políticas de equidade racial e inclusão tenham se tornado uma referência importante em diversos países, sua consolidação como elemento estruturante de programas educacionais e acadêmicos internacionais ainda é desigual. Essa lacuna pode ser reflexo tanto de diferenças históricas e sociopolíticas na abordagem da questão étnico-racial quanto de um viés epistemológico que privilegia certas narrativas e grupos em detrimento de outros.

A ausência de um olhar mais atento sobre políticas afirmativas em um programa com o alcance global da Fulbright, por exemplo, pode indicar que, apesar do crescente reconhecimento da importância da diversidade e da inclusão, essas temáticas seguem sendo tratadas como questões periféricas em espaços acadêmicos internacionais.

Isso reforça a necessidade de um debate mais profundo sobre como essas instituições podem não apenas reconhecer, mas também incorporar ativamente políticas afirmativas, garantindo que seus programas reflitam compromissos concretos com a equidade racial e a democratização do acesso ao conhecimento.

3.5 Negro ou Afrodescendente?

Na tarde do dia 16 de setembro, acompanhei minha tutora, a Cafébreria Sempere, um espaço que tem livraria e cafeteria ao mesmo tempo. O ambiente que refletia bastante entusiasmo também trazia uma atmosfera de calma somado ao estilo dos encontros de trabalho que normalmente acontecem nas cafeterias da cidade de Mérida, experiência essa que para mim era novidade.

Lá, Nahayeilli me apresentou ao coletivo Afromoots, um grupo que naquele momento, se encontrava imerso nos preparativos do Festival de Cultura Afroyucateca. Uma vez que o estado de Yucatán é também consumidor de elementos da cultura afro, o grupo reúne pesquisadoras/es e artistas, todas/os ativistas comprometidos com a valorização e preservação Afroyucateca.

Em uma conversa que tive com Ilsee Morfín, que se reconhece afrodescendente, relatou que o coletivo foi fundado a partir do encontro com professoras estrangeiras, incluindo estudantes brasileiros da Universidade Federal da Bahia. E assim, ela e seu companheiro Luis Dinaldy fundaram o coletivo Afromoots que,

*...no solo se constituye como un espacio de debate intelectual, sino que, se configura como un “movimiento político-social” con raíces territoriales. De hecho, el sufijo **moots** significa “raíz” en lengua maya yucateca, lo que refuerza simbólicamente el vínculo entre ancestralidad, territorio y pertenencia. (Ilsee Morfín, 2025).*

Através das redes sociais comecei a acompanhar, com mais proximidade, as ações do coletivo Afromoots. Sua página no Instagram se revelou um espaço dinâmico de articulação identitária, onde o jogo entre prefixos e sufixos das palavras como *afro*, *maya*, *moots*, *pluriétnico* e *pluricultural* aparecem recorrentemente em materiais de divulgação, banners e convites.

A repetição desses termos não apenas informava, mas também me interpelava. Aos poucos, o sentido dessas palavras foi tomando corpo em minha consciência, ressignificando minha percepção sobre a composição étnica e simbólica do estado de Yucatán — um território que, para além de suas heranças maia e mestiça, abriga também uma presença afro, frequentemente silenciada⁶⁸.

Quando chegou o mês de novembro de 2024, recebi o convite de membros do coletivo para acompanhar as atividades do festival que vinham organizando. Augusto M. Fagundes Oliveira, antropólogo brasileiro e integrante do Afromoots, juntamente com Nahayeilli, reforçaram que seria uma das melhores oportunidades para integrar minha experiência de intercâmbio à realidade sociocultural local.

Aceitei o convite com entusiasmo, consciente de que esse contato direto com a programação não apenas ampliaria minha compreensão da cultura afroyucateca, mas também me colocaria diante de novos modos de conceber identidade, pertencimento e resistência. As ações do coletivo Afromoots, estão alinhadas ao compromisso de sensibilizar a sociedade para a presença afro naquele território.

Nesse sentido, a primeira atividade que participei no contexto de minha imersão foi um conversatório intitulado “Reflexões desde Yucatán sobre a Diáspora Africana”. Este encontro foi realizado no período vespertino no dia 19 de novembro de 2024, no recinto do Congresso de Yucatán. Um parlamento situado em um território que, embora vinculado à cidade de Mérida, apresenta-se espacialmente deslocado de seu núcleo urbano e separado pela caretera⁶⁹.

De caráter reflexivo e histórico, a atividade realizou-se em uma pequena sala de uso múltiplo. A mesa foi composta por um grupo heterogêneo de historiadores e antropólogos do coletivo Afromoots. Cujas intervenções revelaram distintas camadas da diáspora africana na região. De tal modo, a sala contava com mais ou menos 30 cadeiras para que o público pudesse acompanhar as apresentações.

⁶⁸ Em 2019, os afromexicanos foram reconhecidos constitucionalmente como parte da composição pluricultural da nação mexicana, mostrando que o silenciamento em Yucatán não é exceção. Segundo Fernández Tapia (2020, p. 85), “os processos de reconstrução identitária percorreram um caminho difícil até esse reconhecimento e revelam uma luta por direitos e cidadania ainda não inclusa”.

⁶⁹ Caretera é o termo usado no México para se referir a rodovia.

Não me recordo exatamente a ordem das falas, mas minha tutora Nahayeilli, apresentou "*religiones afrocubanas en Yucatán y discriminación religiosa*". Jorge Victoria Ojeda apresentou a chegada de africanos escravizados na era Colonial. Também contando com reflexões de Augusto M. Fagundes Oliveira, antropólogo Brasileiro e uma participação à distância com a intelectual cubana Aline Herrera Fuentes.

A mesa também estava composta pela deputada indígena Neyda⁷⁰ daquele parlamento. Sua presença apoiando e promovendo o evento, foi algo que me marcou, tanto por ser uma representação indígena quanto por está defendendo a pauta afrodescendente. Algo que ainda não presenciei no parlamento goiano no que diz respeito à presença de parlamentares indígenas.

Por outro lado, semelhante ao parlamento goiano, também notei que o interesse por esse debate ainda parecia limitado a um pequeno grupo. Tinha mais cadeiras vazias do que ocupadas. Me recordo da deputada Neyda ressaltar que o desafio era fazer o congresso tomar consciência da importância da discussão afrodescendente e dos direitos dos afrodescendentes.

Quando foi aberto para o público se manifestar, recordo-me de um rapaz relatar sua experiência de infância, marcada pelo fato de ter sido, por várias vezes, reconhecido como moreno por parte de sua família. Inicialmente, essa classificação aparecia em sua trajetória de forma externa e em tom de brincadeira; agora, entretanto, se expressa no desejo de se reconhecer como afrodescendente.

Uma pessoa da mesa respondeu que ele poderia ser o que desejasse e que ninguém poderia impedi-lo de ser o que ele deseja. Outro integrante da mesa ressaltou considerar as intenções subjacentes a determinadas discussões e afirmações. Ele enfatizou a necessidade de uma leitura crítica dos discursos que circulam nesses espaços. Entendi que era um convite a entender o resultado de nossos posicionamentos.

Já a segunda atividade que participei, também organizada pelo coletivo Afromoots, foi uma Conferência Magistral intitulada "La Afrodescendencia en Yucatán". Realizada no dia 22 de novembro de 2024, em um espaço de convivência,

⁷⁰ Neyda Aracelli Pat Dzul é deputada do partido Movimiento de Regeneración Nacional (Morena)

um antigo e renovado bar chamado La Negrita. Diferentemente do congresso, La Negrita, localiza-se no centro histórico da cidade de Mérida.

Diferente dos dos ambientes formais das universidade ou dos salões parlamentares, o espaço onde ocorreu a conferência — o bar cultural La Negrita — apresentava uma atmosfera descontraída e acolhedora, que favorecia a escuta e o diálogo. O conhecimento circulava ali com leveza, entre vozes que se alternavam com respeito e atenção ao palestrante, o historiador Jorge Victoria Ojeda.

As pessoas ali presentes, tanto homens como mulheres, se distribuíram entre cadeiras, bancos e mesas compartilhadas, formando pequenos núcleos com os olhos voltados para Jorge. Havia também a possibilidade de pedir petiscos e bebidas aos garçons, que circulavam entre as mesas, o que contribui para o clima de intimidade e pertencimento.

Não se tratava apenas de assistir uma palestra: era uma experiência de convivência que borrava as fronteiras entre o cotidiano e o político, entre o alimento do corpo e o alimento das memórias. Ainda que a conferência abordasse uma afrodescendência situada no passado, o espaço se constituía como presente vivo e insurgente.

A disposição mais horizontal do encontro me fez sentir confiança para participar ativamente da discussão. Havia uma pergunta que vinha amadurecendo em mim desde os primeiros encontros com o coletivo — e ali, naquele momento, pareceu-me finalmente apropriado formulá-la: “Por que vocês utilizam a palavra ‘afrodescendente’ e não a palavra ‘negro’?”

Confesso que hesitei. A pergunta carregava tensões históricas e políticas, e eu temia que pudesse ser mal recebida. E dias antes, professores brasileiros, haviam me alertado sobre como o uso da palavra “negro” poderia soar ofensivo em determinados contextos locais. Além disso, a constituição mexicana em seu artigo 2º faz referência ao termo afrodescendente.

No entanto, percebi que aquele receio não nascia propriamente de mim, mas havia sido inculcado — tratava-se de uma espécie de vigilância internalizada sobre o que se pode ou não perguntar em certos espaços. Como escreve Grada Kilomba, a

questão “quem pode falar?” (Kilomba, 2019, p. 33) não é neutra, pois revela os traumas dos silenciamentos estruturais que moldam quem é considerado legítimo para dizer algo.

Me dei conta também, que perguntar era, naquele momento, um ato político: era desafiar silêncios, tensionar convenções e abrir espaço para o diálogo crítico sobre os sentidos que damos às palavras que nomeiam nossas identidades. Era, uma resistência, uma desobediência, uma ato de hūparnō, na língua do povo Krahô no Brasil e Ma’ u’ uyaj t’aani’ na língua do povo maya yucateco.

Para minha surpresa, a recepção à minha pergunta foi bastante positiva. Uma participante respondeu com sensibilidade, mencionando que talvez fosse possível considerar a palavra "negro" para a construção de políticas de inclusão, e que, para muitos ali presentes, o uso dessa expressão não era ofensivo. Pelo contrário, sugere novos diálogos.

Essa abertura me fez refletir sobre como o debate em torno das palavras carrega camadas históricas profundas. Ao mesmo tempo que, está enraizado nas experiências contemporâneas de cada sociedade. A calma e o interesse das pessoas pelo questionamento, mesmo sendo muito rápido, me trouxe uma sensação de alívio, como se tivesse tirando uma camada da máscara que me silenciava.

As atividades do Afromoots, instigaram-me a pensar no desempenho da linguagem. Na maneira que distintas sociedades constroem suas narrativas sobre pertencimento, exclusão e luta por reconhecimento. A linguagem é também elemento estruturante. É por ela também que as políticas públicas em sociedades complexas são determinadas.

No México, o termo "afrodescendência" é amplamente utilizado em debates acadêmicos e políticos, reconhecendo as contribuições e os desafios históricos desses grupos. Por outro lado, a abertura para discutir o uso do termo "negro"⁷¹, no contexto de Yucatán poderia permite criar espaço para diálogos e ressignificações,

⁷¹ Nas comunidades da Costa Chica, ainda que permeadas por ambivalências, o termo “negro” é de uso cotidiano e constitui uma categoria socialmente reconhecida para referir-se aos povos negros. Já no Yucatán, a designação “negro” praticamente não aparece no vocabulário local, em razão do processo de apagamento histórico e da centralidade atribuída à identidade maia-mestiça.

uma vez que a referência direta à negritude é praticamente ausente.

Nesse contexto, torna-se ainda mais relevante refletir sobre os usos da linguagem como ferramenta de construção identitária e política. Como observa Grada Kilomba (2019, p. 14), a língua possui uma dimensão política que cria, fixa e perpetua relações de poder e de violência. Inclusive, a implementação do medo constitui um mecanismo dessa violência.

Essa perspectiva enfatiza a urgência de analisarmos criticamente as terminologias que utilizamos, reconhecendo que as palavras carregam o potencial tanto de reproduzir quanto de subverter estruturas de dominação. É ir mais a fundo, é buscar entender as intenções por trás das palavras. Se é silenciamentos, ausências ou de afirmação de voz e presença⁷².

3.6 Ausências negras e indígenas mexicanas no Colóquio Abdias Nascimento

O festival Afromoots, teve duração de três dias, porém, não pude acompanhar todas as atividades previstas. Precisei viajar à Cidade do México dois dias antes do encerramento do evento. Foi uma atividade organizada pela coordenação do projeto Mesoamerica e todos os bolsistas do programa Abdias Nascimento vinculados ao projeto deveriam comparecer.

Trava-se 4º Colóquio México-Brasil de Professores e Bolsistas do Programa de Desenvolvimento no México Projeto Sertão-Mesoamérica: Ações Afirmativas, Direitos e Diversidade Epistêmica. Segundo os coordenadores, lá iríamos poder dialogar com pesquisadores de diferentes partes do México. Então, logo pensei, vou conhecer mais pesquisadores negros mexicanos e indígenas.

Assim que chegue à capital no dia 23 de novembro, hospedei-me no hotel Niño de Jesús, próximo ao auditório onde seria realizado o colóquio. A escolha do local visava facilitar o deslocamento e o aproveitamento da programação. O colega

⁷² *En muchos casos de América latina, frente a una Nación autopercebida como mestiza, los "negros" son dentro y fuera de la nación, a la vez marginados e integrados y en permanente movimiento de los centros a las periferias (Hoffmann, 2008, p. 7).*

Igor, também participante do colóquio, ficou hospedado no mesmo local, o que favoreceu algumas trocas informais sobre nossas percepções ao longo do evento.

Ao chegar à Cidade do México, fiquei surpreendida pela baixa temperatura. Apesar de estar devidamente agasalhada, senti um desconforto corporal constante, com dores que se intensificavam nas primeiras horas da manhã e à noite. Durante o período vespertino, a temperatura oscilava levemente, tornando o clima um pouco mais suportável, mas as noites permaneciam particularmente muito frias.

No quarto do hotel, precisei utilizar todos os cobertores e lençóis disponíveis para conseguir repousar com algum conforto. A presença de água quente no chuveiro amenizou parte do desconforto físico, embora o frio persistente reforçasse em mim o desejo de retornar a Mérida, onde as condições climáticas eram mais favoráveis à minha adaptação.

O evento, realizado nos dias 25 e 26 de novembro de 2024, foi organizado pelo Projeto Sertão-Mesoamérica: Ações Afirmativas, Direitos e Diversidade Epistêmica e aconteceu no auditório Luis Reyes García, localizado no Centro de Investigações e Estudos Superiores em Antropologia Social (CIESAS), na colônia Tlalpan, ao sul da capital mexicana.

Nesse auditório, havia um painel de grande porte que é comumente usado em reuniões virtuais e apresentações. No painel inicialmente estava projetado, simbolicamente, as imagens de Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento e Milton Santos, cujas imagens estavam também nos materiais de divulgação.

A coordenação do evento, vinculada ao Projeto Sertão-Mesoamérica, era composta exclusivamente por quatro homens brancos: dois brasileiros — Luis Felipe Kojima Hirano (Universidade Federal de Goiás – UFG) e Roberto Lima (Universidade Federal de Sergipe – UFS) — e dois mexicanos — Iván Deance (Benemérita Universidad Autónoma de Puebla – BUAP) e Mariano Báez Landa (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social – CIESAS).

A composição homogênea da coordenação do projeto, em termos de gênero e racialidade chamou-me particularmente a atenção, sobretudo considerando que o colóquio tinha como eixo temático as ações afirmativas, os direitos e a diversidade

epistêmica no contexto latino-americano.

A despeito da predominância masculina e branca na estrutura de coordenação, o evento contou com a presença significativa de duas professoras negras brasileiras, cuja trajetória acadêmica tem sido fundamental para o fortalecimento de debates sobre equidade racial e democratização do ensino superior no Brasil.

Refiro-me à professora Luciana de Oliveira Dias, antropóloga, e à professora Anna Benite, química, ambas com atuação destacada na consolidação do projeto Sertão-Mesoamérica no âmbito do Programa Abdias Nascimento. Que conforme o edital,

Ao menos um membro da equipe brasileira deverá ser mulher ou se autodeclarar preto, pardo, indígena ou pessoa com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. (Brasil, 2023).

A participação desses docentes não se deu na condição de coordenadoras do projeto, mas como responsáveis em fazer “visita técnica” às atividades dos bolsistas. Ainda assim, a presença delas constituiu um contraponto importante à composição da mesa. Esse movimento reforça a centralidade das mulheres negras no processo de internacionalização de políticas públicas e na circulação de epistemologias contra-hegemônicas.

O colóquio contou também com a participação da professora Ana Karina Calmon, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), que se autodeclarou como não branca. Ainda no âmbito das representações institucionais, a professora Maria Suely Kofes participou como representante da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no marco do convênio de cooperação acadêmica intitulado Cátedra Roberto Cardoso de Oliveira⁷³.

⁷³ Este convênio estabelece uma parceria estratégica entre o CIESAS e a Unicamp, tendo como principais objetivos o fomento à pesquisa conjunta, a formação de pesquisadores(as) e a promoção de intercâmbio acadêmico entre Brasil e México. Tal articulação interinstitucional evidencia esforços de internacionalização da produção científica e, ao mesmo tempo, abre possibilidades para o trânsito de saberes e experiências entre contextos nacionais distintos, particularmente no que se refere aos desafios da inclusão no ensino superior e à valorização da diversidade epistêmica na América Latina.

Apesar da presença de figuras relevantes no campo acadêmico e institucional, a composição geral do evento provocou reflexões importantes sobre os limites da representatividade e das dinâmicas de inclusão em espaços voltados ao debate e à produção de conhecimento.

A ausência de um número mais expressivo de pesquisadores e estudantes indígenas e afrodescendentes do México foi particularmente notável, o que contradiz diretamente os objetivos anunciados no colóquio, diversidade étnico-racial e justiça epistêmica. Segundo relato do bolsista Cris Ferreira, com quem conversei durante um entrevista:

Senti que éramos majoritariamente brasileiras/os falando para brasileiras/os, quando a proposta do evento era de um diálogo entre países. Creio que mexicanas/os poderiam ter sido convidadas/os para compor as mesas ou mediar, sobretudo estudantes e pesquisadoras/es indígenas, negras/os, trans, pessoas com deficiência, entre outras/os, que discutem políticas de ação afirmativa desde o México. (Cris Ferreira, 2025).

Em um dos momentos do evento, um pesquisador vinculado ao CIESAS se apresentou a mim como afrodescendente, o que, à primeira vista, me causou certo estranhamento, pois seus traços fenotípicos não correspondiam à minha expectativa construída socialmente em torno dessa identificação.

Esse episódio, no entanto, serviu como ponto de inflexão para refletir com mais profundidade sobre a complexidade das identidades étnico-raciais no contexto mexicano, onde as fronteiras entre o que é socialmente entendido como “indígena” ou “afrodescendente” nem sempre são claras, lineares ou consensualmente reconhecidas.

Ao final da tarde do primeiro dia de atividades, em 25 de novembro — mês emblemático no Brasil por abrigar o Dia Nacional da Consciência Negra —, o professor Roberto Melville fez uma intervenção relevante, ressaltando a importância de ampliar a presença de outros(as) pesquisadores(as) no colóquio.

Sua fala foi prontamente acolhida pela coordenação, que reagiu com expressões positivas, como sorrisos e acenos de concordância. Entretanto, esse acolhimento contrastou com o ocorrido pela manhã, quando apontei a necessidade de a coordenação refletir sobre a ideia de aquilombamento, especialmente considerando que o projeto leva o nome de Abdias Nascimento.

Minha intervenção evidenciava a ausência de pesquisadores indígenas e negros mexicanos no evento, crítica que ganhou ainda mais força quando Luciana Dias apontou a falta de mulheres na argumentação de Roberto de Lima, cuja análise sobre o racismo no Brasil e no México se baseava exclusivamente na perspectiva de antropólogos homens.

E mesmo que, como escreve Lélia Gonzalez (2018), falássemos “numa boa”, ainda assim surgiu a narrativa do silenciamento. Tanto minha observação quanto a de Luciana foram recebidas com resistência e, de maneira sutil, interpretadas como críticas desestabilizadoras, a ponto de uma brasileira fazer o seguinte conselho: “temos que ser menos raivosas”.

A tensão instaurada com nossas intervenções revela um aspecto fundamental dos espaços acadêmicos: embora discursivamente comprometidos com a diversidade e a inclusão, esses espaços nem sempre estão abertos a críticas que questionam estruturas de poder racializadas, sexistas e hierarquias epistêmicas.

Após o encerramento do evento no primeiro dia, um colega se aproximou e, em tom de alerta, aconselhou-me: *“Para de arrumar inimigo, Josi.”* A frase, aparentemente trivial, evidenciou o desconforto que determinadas críticas podem causar e como as vozes que tensionam o status quo são, muitas vezes, percebidas como dissonantes ou até mesmo indesejadas.

Tal episódio remete à reflexão de Grada Kilomba (2019), para quem a denúncia do racismo e das desigualdades estruturais é frequentemente percebida como uma “ameaça” à ordem discursiva hegemônica, levando à estigmatização da pessoa que rompe com o silêncio imposto. Como a autora observa:

“Existe um medo apreensivo de que, se o/a colonizado/a falar, o/a colonizador/a terá que ouvir. Ele/ela seria forçado/a a entrar numa confrontação desconfortável com as verdades do ‘Outro’.” (Kilomba, 2019, p. 41).

Portanto, não é o racismo que causa desconforto, mas sim quem o denuncia. Nesse sentido, compreende-se que o desconforto social não está apenas no racismo em si, mas desloca-se para a figura de quem ousa denunciá-lo, tornando-se alvo de estigmatização.

Em um intervalo do almoço, fui abordada por uma participante do evento que, em tom confidencial, compartilhou ter ouvido questionamentos a meu respeito, nos quais eu era classificada como “desequilibrada”. Acredito que tal rótulo tenha adquirido força em razão da timidez que, por vezes, se manifesta na voz trêmula, no receio de me expressar em outro idioma e, sobretudo, no medo de enunciar o que parecia óbvio naquele espaço.

Essa rotulação, aparentemente trivial, revela uma tensão mais profunda: até que ponto há, de fato, espaço para questionamentos que desafiem hierarquias raciais e epistemológicas em ambientes acadêmicos que se pretendem inclusivos?

A forma como minha intervenção foi interpretada – não como crítica legítima, mas como uma ameaça à ordem discursiva estabelecida – evidencia os limites da tolerância à diferença, sobretudo quando esta diferença se expressa por meio da denúncia das desigualdades presentes nas próprias estruturas desses espaços.

Em contrapartida, o diálogo estabelecido com o professor Roberto Melville foi um contraponto importante e encorajador. Em nossa conversa, ele compartilhou uma perspectiva interessante ao afirmar que o não encontrar aquilo que se busca em determinadas experiências também constitui um achado significativo “um fenômeno”, ou seja, no meu entendimento a composição do colóquio era símbolo dessa ausência.

A percepção do professor Malvielle convergia com as contribuições da professora Regina Martínez Casas (CIESAS), cujas pesquisas no âmbito do Projeto PERLA evidenciam os efeitos da homogeneização cultural promovida pelo sistema educacional mexicano, especialmente em comunidades indígenas e afrodescendentes.

Quando a professora tomou a palavra. Sua voz soou serena, mas firme, e a cadência de suas frases logo recuperou a atenção do pequeno público. Em determinado momento de sua fala, destacou: *“as escolas operam como instrumentos de apagamento, deslocando línguas originárias e deslegitimando identidades que foram historicamente excluídas”* (Martínez, 2024).

No México, o sistema de educação apresenta uma organização marcada pela

coexistência de instituições públicas e privadas, distribuídas em diferentes subsistemas. Em relação ao ensino superior, Juárez Hernández (2020) afirma que as universidades no México oferecem cursos de graduação e pós-graduação, além de realizarem atividades de pesquisa científica.

Nesse sentido, o México desenvolveu uma série de programas voltados ao enfrentamento das desigualdades educacionais. Esses programas, conforme assinala Quiñones (2007, p. 3), têm como objetivo fundamental promover a inserção de grupos historicamente marginalizados – especialmente a população indígena – no sistema de ensino superior.

Um exemplo relevante foi o apoio da Fundação Ford, por meio do Programa Internacional de Bolsas (IFP, na sigla em inglês). Vigente entre 2001 e 2010, tinha como objetivo promover a equidade no acesso ao ensino superior. Segundo Navarrete G. (2014, p. 4), o IFP foi o primeiro programa de bolsas de pós-graduação voltado especificamente à população indígena na história do México.

Segundo Schmelkes (2009), o programa implementado em 23 universidades em todo o México, também promoveu mudanças institucionais e epistemológicas, incorporando positivamente a dimensão étnico-cultural e criando e fortalecendo mecanismos de apoio como as unidades de acompanhamento acadêmico e as figuras do tutor e da tutora.

Após os 10 anos de financiamento da fundação Ford, a iniciativa tornou-se somente responsabilidade do estado mexicano. De acordo com David Navarrete G. (2014, p. 17), o Programa de Becas de Posgrado para Indígenas (PROBEPI) foi criado em 2012, tendo como base os objetivos e desenhos do Programa Internacional de Becas de la Fundación Ford (IFP) no México, do qual é continuidade.

No artigo de Karin Yovana e Quijada Lovatón (2021), as autoras utilizam o termo “medida de admisión preferencial”, expressão comum na literatura acadêmica mexicana para referir-se a mecanismos voltados à inclusão de grupos historicamente marginalizados, especialmente indígenas e afrodescendentes.

Opta-se aqui por traduzir a expressão como “medidas de acesso

diferenciadas”, por estar mais alinhada com o vocabulário das políticas de ações afirmativas no Brasil e evitar possíveis interpretações equivocadas associadas à ideia de privilégio ou favorecimento arbitrário.

Apesar dos avanços, as ações afirmativas no México ainda são limitadas. Segundo Yovana e Lovatón (2021), menos de 10% das universidades adotam critérios de medidas de acesso diferenciadas para indígenas, afrodescendentes e mulheres, e poucas contam com mecanismos para identificar a origem étnica dos candidatos — com exceção da UNAM, que possui um comitê especializado.

Ou seja, mesmo com iniciativas como o IFP e o PROBEPI, as ações afirmativas no México ainda carecem de institucionalização ampla. A baixa adesão das universidades a medidas de acesso diferenciadas revela um desafio persistente no enfrentamento das desigualdades étnico-raciais no acesso ao ensino superior, evidenciando a necessidade de políticas mais abrangentes e sistemáticas⁷⁴.

Estudos sobre a transição para a interculturalidade e a experiência de estudantes indígenas em instituições de ensino superior apontam que “apesar de que as ações afirmativas favorecem o ingresso de estudantes indígenas no ensino superior, é necessário articular estratégias integrais de atenção para alcançar sua permanência” (Jiménez Quiñones, 2007, p. 15).

Ademais, a inclusão dos afrodescendentes nas políticas educacionais no México é relativamente recente. Apenas em 2024 foi criada a primeira universidade — a Afrouniversidad Politécnica Intercultural (AUPI⁷⁵) —, localizada no estado de Oaxaca, região que, juntamente com o estado de Guerrero e Costa-Chica, concentra as principais reivindicações por reconhecimento identitário e direitos específicos por

⁷⁴ Nos anos 90, movimentos indígenas como o EZLN emergiram como vozes de comunidades historicamente marginalizadas, exigindo reconhecimento e mudanças concretas. Em 1992, a reforma do artigo 4º da Constituição reconheceu o México como país pluricultural. O levante de 1994 marcou uma ruptura no indigenismo e impulsionou o surgimento da interculturalidade no campo educacional. A Lei Indígena de 2001 consolidou essas mudanças, reconhecendo a diversidade cultural e a autodeterminação dos povos indígenas, e levou à criação, na Secretaria de Educação Pública, a Coordenação Geral de Educação Intercultural Bilingue (CGEIB), com o objetivo de construir “uma educação intercultural para todos”.

⁷⁵Ver site oficial da AUPI <https://afrouniversidad.mx/> consulta em 07 de setembro de 2025.

parte das comunidades afromexicanas.

Portanto, a recente criação da AUPI, em Oaxaca, marca um processo importante, ainda que isolado. À diferença de outras iniciativas voltadas à inclusão educacional, muitas vezes fragmentadas ou de baixa institucionalização, a AUPI surge como respaldo legal, mobilização comunitária e um enfoque explícito na interculturalidade.

Por outro lado, sua existência não anula os desafios persistentes no campo das políticas afirmativas no contexto mexicano. À luz dessas impressões compartilhadas, passei a refletir sobre os sentidos da ausência. Seria apenas uma questão logística? Ou haveria ali uma expressão mais profunda das dificuldades de alcance e efetivação das políticas de ação afirmativas no contexto mexicano?

Durante o colóquio, foi apontado a baixa participação de pesquisadoras(es) e estudantes indígenas e afrodescendentes mexicanos. Além disso, vale ressaltar que a divulgação limitada do colóquio — aspecto que observei desde o início — também contribuiu para restringir a participação de sujeitos, especialmente indígenas e afrodescendentes.

Assim, a ausência que sentimos não é apenas um sintoma de processos estruturais mais amplos, mas também um fator que contribui para a sua reprodução, pois fragiliza a inserção desses sujeitos nos circuitos acadêmicos internacionais e limita a circulação de epistemologias contra-hegemônicas. Como já advertia Lélia Gonzales (1988) ao tratar da naturalização do racismo e do silenciamento da americanidade nos espaços de produção do saber.

Um exemplo disso é que, ao aprofundar minha compreensão sobre o contexto institucional mexicano, entrei em contato por e-mail com algumas instituições de ensino superior, solicitando informações sobre a existência de programas de inclusão voltados a grupos racializados. Apenas o CIESAS retornou formalmente à minha solicitação.

Na resposta encaminhada por sua Secretária Técnica de Docência, o CIESAS informou que implementa o PROBEPI voltado a grupos historicamente marginalizados, especialmente à população indígena. Por outro lado, destacou que

a autodeclaração como afrodescendente não é solicitada em nenhum momento de ingresso nos programas de pós-graduação.

Justifica-se tal ausência com base na ideia de garantir o acesso ao direito à educação de maneira “imparcial”. Além disso, afirma-se que a diversidade de sedes e a limitação de recursos operacionais, tecnológicos, humanos e financeiros inviabiliza, até o momento, o atendimento a trajetórias acadêmicas específicas, como as de estudantes afrodescendentes.

3.7 Raivosa ou Negra Soy?

Após minha participação no colóquio, retornei para Mérida atravessada por uma sensação de frustração. Não apenas pela ausência de pesquisadores indígenas e afrodescendentes, mas também pela fala proferida por uma das professoras brasileira no evento, durante uma das mesas, quando declarou: “temos que ser menos raivosas; e, que se sentia acolhida porque, no México, costuma-se dizer: ‘para servirles’.”

No Brasil, expressões como essa têm sido criticadas por vozes feministas negras e intelectuais decoloniais, que reconhecem a tentativa de desqualificar ou conter determinadas expressões emocionais. Uma estratégia recorrente de silenciamento de mulheres negras e de outras sujeitas racializadas (Hooks, 2023; Kilomba, 2019). Naquele colóquio, isso acontecia de maneira naturalizada e pública.

No entanto, naquele contexto, a fala não causou estranhamento — nem da mesa, nem do público, que aliás em sua maioria eram brasileiros — , o que me levou a refletir sobre os efeitos do deslocamento geográfico nas performances e nos limites da crítica. Teria o espaço acadêmico internacional, precisamente por seu caráter transnacional, se tornado um terreno onde a branquitude se reinscreve com menos vigilância ?

A mesma frase, dita em território brasileiro, encontraria maior resistência. No entanto, no México — em um evento cujo eixo era justiça epistêmica — , ela circulou com leveza, quase com um consenso tácito. O episódio, por isso, tornou-se mais do que uma anedota desconfortável. revelou a persistência de práticas de contenção

simbólica que operam mesmo (ou especialmente) nos espaços onde a diversidade e a equidade são evocadas como princípios fundamentais.

Apesar do episódio ocorrido no colóquio na cidade do México, em Mérida — cidade marcada, aliás, pela ausência quase total de pessoas negras —, tive a oportunidade, pouco tempo após meu retorno, de assistir a uma atividade artística organizada por dos membros do coletivo *Afromoots*: a apresentação da companhia *Ombbligo de Luna*, que encenou a história da “Terceira Raíz en Yucatán”.

Esse espetáculo utilizou a dança, o teatro e a música para celebrar as contribuições africanas e afrodescendente à história e cultura local. A performance percorreu de forma dinâmica locais emblemáticos da cidade, como a Plaza Grande, a Terceira Ordem e Santa Lucía. Em um momento, os artistas da companhia *Ombbligo de Luna* entoaram, com força e reivindicação, as palavras: “Negras, negra, negra, negra soy”, em referência à icônica poesia de Victoria Santa Cruz.

A referência à obra de Santa Cruz, marcada por ritmo, dor e confrontação, me pareceu operar como um gesto contrário à fala no colóquio. Se, naquele espaço acadêmico, a afirmação da professora sobre a necessidade de “ser menos raivosa” funcionava como um tipo de contenção preventiva — talvez até como uma provocação velada dirigida a sujeitos racializados —, na performance da praça pública escutava-se algo muito diferente: a recusa em ser domesticada afetivamente.

Ao entoarem “Negra soy”, os artistas não expressavam raiva no sentido esperado ou estereotipado, mas sim uma presença inteira, afirmativa e inegociável, que se ergue contra séculos de silenciamento. Nesse contraste, compreendi que discursos que aparentam apaziguamento podem operar, na verdade, como mecanismos sutis de desestabilização emocional e contenção política — modos de vigiar a forma como corpos negros devem se portar, falar ou mesmo sentir.

Como observa Sara Ahmed, “ser afetada demais é ser colocada fora do espaço da razão. Aquelas se sentem ‘além da conta’ são frequentemente retratadas como irracionais, descontroladas, e, por isso, perigosas” (Ahmen, 2004, p. 170). A fala da professora, nesse sentido, não era neutra: carregava um projeto de

regulação emocional racializada, ainda que disfarçada de conselho ou orientação ética.

Ao escutar, dias depois, as vozes que entoavam “Negra soy” ecoarem com firmeza pelas praças de Mérida, percebi que não se tratava apenas de uma performance artística, mas de um gesto político que recusava a contenção, afirmando o direito de sentir, expressar e existir fora dos limites impostos pelas ausências e recusa de reconhecer a presença da afrodescendência e negra no local.

Em algumas situações em Mérida, percebi que pessoas fenotípicamente não negras manifestaram desconforto. Algumas pessoas disseram que o termo negro, preto e pardo⁷⁶, podem pode ser lidos como pejorativos. Por outro lado, também quando perguntei sobre a presença de pessoas negras ou afrodescendentes⁷⁷, algumas pessoas diziam que só existiram na época da colônia.

Embora em minha experiência muitas pessoas demonstrou desconhecimento do termo pardo ou até mesmo estranheza e aversão, como é o caso de uma pesquisadora do pós-doc em história que ao relatar participar de um evento no Brasil, ficou perplexa questionando “quem usaria pardo para se identificar” ao ver que na ficha de cadastro continha também a opção pardo para identificação étnico-racial, é importante reconhecer os documentos que registram esse termo em Yucatán.

Durante minha investigação, consultei arquivos físicos e virtuais nas bibliotecas do CIESAS-Peninsular, do Centro de Peninsular en Humanidades y

⁷⁶ Em minha experiência, muitas pessoas demonstram desconhecimento do termo *pardo* ou até mesmo estranheza e aversão, como ocorreu com uma pesquisadora de pós-doutorado em História que, ao relatar sua participação em um evento no Brasil, surpreendeu-se ao constatar que a ficha de cadastro incluía a opção *pardo* para identificação étnico-racial. Vale ressaltar que, em obras como *Entre mayas y españoles: Africanos en el Yucatán colonial*, há relatos e levantamentos de registros populacionais que identificam pessoas com o termo *pardo*. Porém, o uso do termo caiu em desuso no cotidiano do México, embora, no passado colonial e independente, tenha sido efetivamente empregado.

⁷⁷ Según datos del INEGI (2020), el 2,04 % de la población total censada en el territorio mexicano se identifica como afrodescendiente, negra o afromexicana, y de ese total, aproximadamente el 3 % reside en el estado de Yucatán.

Ciencias Sociales (CEPHICIS) e da Universidade Autónoma de Yucatán (UADY), além de visitar livrarias em Mérida em busca de materiais sobre afrodescendentes e negros em Yucatán.

A maioria sempre me apresentavam materiais sobre a Guerra das Castas, ou melhor dizendo, Guerra Social Maya⁷⁸, mas com pouca referência ao afrodescendente. Como afirma Claudia Vázquez Miranda, em sua tese intitulada *La guerra de Yucatán; ¿una guerra de castas?*

...a Guerra de Castas foi concebida, de modo geral, como “*una rebelión étnica; a su desarrollo se le ha calificado como una ‘guerra de castas’, una guerra racial cuyos protagonistas principales son el maya y la población blanca yucateca*”. (Vásquez, Miranda, 2007), s/p).

Em um certo dia, ao retornar a livraria Dante Matriz (Centro Cultural Dante), um espaço que estava ao lado de minha residência na colônia Itzimná que tem como ponto de referência a prolongação da avenida Paseo Montejo. Uma funcionária da livraria que, em momento anterior, já me havia relatado ter escutado sobre outras identidades como afrocoreano e afrolibanes em Yucatán.

Chegou até mim e disse, “reservei algo para você, chegou a pouco tempo”. Ela muito simpática entregou a mim a obra *Entre mayas y españoles: Africanos en el Yucatán colonial*. O autor Matthew Restall, faz um estudo com enfoque correspondente às décadas de 1541 a 1821. Ele afirma,

“*En teoría, mulato indicaba ascendencia afroespañola y pardo, ascendencia africana nativa, pero en la práctica, en Yucatán se sauron prácticamente como sinónimos para referirse a una persona de ascendencia em parte*

⁷⁸ Consequentemente, não podemos continuar cometendo o erro de chamar de guerra de castas a um conflito por direitos civis da maioria da população do Yucatán do século XIX... Os maias subjugados não tardaram a reconhecer que as leis, os impostos e a exploração impostos pelos proprietários de terras, pela Igreja e pelo novo Estado mexicano constituíam uma forma de escravidão pior que a dominação espanhola. Pior, porque dessa vez implicava o fim de sua organização socioeconômica e política, baseada na agricultura tradicional e no intercâmbio livre... A ideologia do progresso, o monocultivo, o confinamento nas fazendas e a submissão às dívidas — com a consequente alienação de seu trabalho e de suas terras — destruíam a base da cultura e da nação maia. A violência do saque alimentaria o ódio dos crioulos e ladinos iucatecos contra os movimentos promovidos pelos *bataboob*, respondendo com uma repressão sangrenta nos momentos que antecederam a insurreição de julho de 1847. MUSEU DAS MÚMIAS. Placa informativa sobre a Guerra Social Maia. Santa Elena, Yucatán, México. Fragmentos transcritos por Josileide Veras em março de 2025.

africana y en parte española, o bien de ascendencia maya, quien era libre, a menos que se especificara lo contrario. Dicho de otro modo, los términos significaron “de color”. (Restall. 2020, p.161).

O desconforto que presenciei ao utilizar termos como “negro”⁷⁹, “preto” e “pardo” remete diretamente à ausência de um vocabulário étnicoracial afirmativo no México. Tais categorias não possuem reconhecimento oficial, tampouco uso corrente em classificações identitárias cotidianas. Uma vez que historicamente privilegiou uma retórica de mestiçagem homogênea, centrada no ideal do “mestizo nacional”⁸⁰.

A reação de perplexidade da pesquisadora pós-doutoral à categoria “pardo” evidencia que toda categoria de identificação étnico-racial — como *pardo*, *moreno*, *negro* ou *jarocho* — é histórica, cultural e contextualmente situada. Em contextos diferentes, tais categorias podem ser lidas com estranhamento ou recusa, ainda que continuem operando socialmente.

No México, ao contrário do senso comum atual, que tende a rejeitar o termo ‘pardo’, essa categoria teve uso efetivo durante os séculos coloniais, não apenas como instrumento de classificação racial de sujeitos afrodescendentes livres ou parcialmente livres, mas também para designar aqueles que desempenhavam funções nas milícias coloniais (Restall, 2020).

Com a formação nacional e o discurso da mestiçagem, essa população perdeu especificidade, reconfigurando hierarquias coloniais e naturalizando o racismo, ao mesmo tempo em que invisibilizou a memória histórica dos sujeitos negros, mesmo aqueles em funções emblemáticas.

⁷⁹ Em outros contextos do México, o termo *negro* pode ser utilizado sem essa carga. Por exemplo, nas comunidades da Costa Chica de Guerrero e Oaxaca, muitas pessoas ainda se identificam localmente com a categoria ‘negro’ ou ‘moreno’. De fato, os famosos encontros que surgiram nessa região chamam-se ‘Encontros de povos negros’.

⁸⁰ Enquanto o Brasil utiliza o termo “raça” como uma ferramenta de combate às desigualdades históricas, o México tende a minimizar a questão racial por meio do discurso da mestiçagem. No entanto, ambos os países têm populações racializadas que enfrentam desigualdades e lutam por reconhecimento e direitos. (Linhares, 2010, p.205).

3.8 Episódios de exotismo

Entretanto, recebi elogios em relação ao meu cabelo, com frequência, as pessoas diziam: *“me encanta tu cabello chino”*. Ao comentar a situação com uma professora negra brasileira que foi ao colóquio na Cidade do México, ela chegou a afirmar que esse termo tem conotação racista. Fiquei intrigada com a afirmação e comecei a perguntar para algumas pessoas em Mérida.

Em determinado dia, perguntei a Nahayeilli se tinha alguma coisa a ver com a China. Ela disse, que a princípio não necessariamente tem ligação com o país asiático China. Mas que no contexto Mexicano é utilizado para se referir aos cabelos cacheados e encaracolados. Em compensação ela me pergunta se ao se referirem ao meu cabelo assim, me causava desconforto.

Depois, no curso de espanhol que eu frequentava na UNAM, procurei compreender melhor seu uso. Aproveitei o tema da aula “Como se apresentar em espanhol”, e perguntei à professora o real significado. A professora disse, já ter ouvido falar que o termo chino tem haver com um povo indígena que vivia mais para a região que hoje é atualmente a cidade do México.

E a tradução dessa palavra para o espanhol é referente a cola do porco, ou seja, o rabo do porco, isso porque a cola desse animal é enrolada e assim era a forma como esse povo referia a quem vinha de África. Mas em momento posterior, ela me envia um material do Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH), que descreve o “sistema de castas”, uma espécie de catálogo da mestiçagem.

Embora os quadros de castas, muitas vezes interpretados como um “sistema de castas”, não refletem uma ordem social rígida. O conceito foi formulado na década de 1940 pelos historiadores Ángel Rosenblat e Gonzalo Aguirre Beltrán, em suas obras *La población indígena de América, desde 1492 hasta la actualidad* (1945) e *La población negra de México 1519-1810* (1946), respectivamente.

Conforme argumenta Pillar Gonzalbo (2013), tratava-se de representações ilustradas que buscavam dar sentido a uma sociedade marcada pela diversidade e pela mobilidade, mais próximas de construções simbólicas do que de classificações operantes no cotidiano. Gonzalbo (2015) argumenta que a noção de um “sistema de

castas” também, chamadas de *calidades*, é um estereótipo historiográfico posterior, e não uma realidade vivida no século XVIII.

Nesse contexto, categorias como a de “mulato” (filho de espanhol com negra) ou a de “chino” (filho de mulato com indígena) figuravam nessas representações, sem necessariamente traduzirem identidades fixas ou ocupações sociais previamente determinadas. No entanto, essas classificações simbólicas tinham alguma relação com indicadores utilizados na vida cotidiana para designar posições laborais.

Por exemplo, o principal marcador e indicador do trabalho como criados era o cabelo encaracolado, que não apresentava a densidade característica dos ‘africanos’, nem a ondulação dos ‘espanhóis’ (Restall, 2020, p. 159). Restall (2020) registra que, no censo de 1700, que abarcou 35 paróquias, o termo *chino* era utilizado para se referir aos afromaiias, sendo encontrado exclusivamente na forma masculina, nunca na feminina (*china*).

Categoria	Origem (combinação parental)	Função social / posição	Marcadores físicos ou culturais	Fonte
Negro livre	Afrodescendente, não escravizado	Trabalhador livre, mas com restrições sociais	Tom de pele escuro, cabelo crespo	Fernández & Negroe (2003)
Negro escravo	Afrodescendente, escravizado	Trabalho forçado, sobretudo em lavouras e serviços domésticos	Tom de pele escuro, cabelo crespo	Fernández & Negroe (2003)
Moreno	Afrodescendente com tonalidade de pele mais clara (variação interna)	Pode ocupar funções urbanas, mas ainda marginalizado	Tom de pele intermediário, cabelo crespo ou encaracolado	Fernández & Negroe (2003)
Mulato	Espanhol × Negra	Variedade de ocupações; melhor posição que negros, mas sem equivalência aos brancos	Pele parda, cabelo ondulado a encaracolado	Fernández & Negroe (2003); INAH/Restall (2020)

Pardo	Negro × Indígena	Trabalho manual, atividades urbanas e rurais	Pele parda, cabelo variando do crespo ao ondulado	Fernández & Negroe (2003)
Chino	Mulato × Indígena	Frequentemente criado doméstico em casas de famílias poderosas	Cabelo encaracolado: não tão pequeno/denso quanto o africano, nem tão ondulado quanto o espanhol; termo usado apenas no masculino, associado a afromayas	Fernández & Negroe (2003); INAH/Restall (2020)

Em outro momento, uma senhora branca proprietária de uma lavanderia em na bairro de Itzmná, comentou com gentileza : “ *me gusta tu cabello, ¿ es pelucra?*. A pergunta foi feita — com delicadeza e aparente espontaneidade — o que parecia autorizar, ou ao menos suavizar, a intromissão em uma característica profundamente racializada do meu corpo.

De forma semelhante, em uma taqueria, um homem branco me perguntou se meu cabelo era natural e se era possível lavá-lo e penteá-lo. Mais uma vez, evidenciava-se a percepção de estranhamento de características afrotexualizadas. No entanto, o que diferenciou esse segundo episódio foi a reação dos proprietários, sugerindo que nem todos ali compartilhavam do mesmo olhar exotizante.

Em um outro momento, um jovem artista mexicano, de maneira bem descontraída, ao compartilhar fotos de suas apresentações, me mostra uma imagem em que ele está caracterizado do aqui no Brasil conhecemos como “Nega Maluca”, uma versão adaptada de produções de entretenimento onde pessoas brancas pintavam a cara de preto (blackface) e no caso daquela imagem o cabelo afro.

Essa ambivalência entre a admiração e o desconforto diante de traços afrodescendentes remete àquilo que Cunin (2009) e Zárate Moedano (2017) identificam como parte do imaginários social no México: os traços negros, embora ocasionalmente exaltados por sua “exuberância” ou ‘exotismo”, ainda são amplamente percebidos como fora do padrão estético dominante, associados a códigos de inferioridade ou ameaça.

Como relata Cunin (2009), na Península de Yucatán, crianças negras reais era associadas ao “coco” antropofogo que assusta os pequenos nas narrativas orais. E, segundo crônicas de 1920, entre todas as etnias retratadas no carnaval, eram os disfarces de negros que mais causavam desconforto. Minha experiência em Mérida parece inserir-se nesse mesmo campo de tensão: entre o fascínio visual e a incompreensão racializada.

Em outro momento, o mesmo jovem artista me levou a um bar para conhecer alguns de seus amigos. Enquanto lanchávamos, um deles comentou que um de seus professores na Universidade Nacional Autónoma de México havia trabalhado em sala um texto que mencionava práticas de canibalismo entre povos indígenas no Brasil. Logo me veio ao pensamento “Tristes Trópicos” de Claude Lévi-Strauss⁸¹.

Em seguida, o jovem artista me perguntou, de maneira aparentemente espontânea: “Você teria coragem de praticar canibalismo?”. No instante em que a pergunta foi feita, embora eu tenha me sentido desconcertada, não associei imediatamente aquele questionamento à minha condição racial. Busquei mudar de assunto afirmando que isso pode ter sido praticado no mundo todo.

No entanto, à medida que refletia posteriormente sobre o episódio, comecei a perguntar em que medida a persistência de imagens construídas nos séculos coloniais — que associavam povos indígenas brasileiros ao canibalismo — ainda habita o imaginários de pessoas fora do Brasil, mesmo em contextos de universidades que são referências no campo da antropologia.

Trata-se de uma narrativa que, desde os relatos de viajantes europeus e das crônicas coloniais, ajudou a fundamentar a ideia do “selvagem” e do “outro exótico e ameaçador”, legitimando a violência civilizatória sobre os povos originários e também racializados do sul Global e continente africano. Como afirma a psicóloga Guarani, Geni Daniela Núñez Longhini,

⁸¹ Em *Tristes Trópicos*, Lévi-Strauss narra episódios nos quais o povo Tupinamba/caraní-caribe testavam a humanidade dos colonizadores por meio de experiências corporais — como o a observação do apodrecimento do corpo—, enquanto, por outro lado, os europeus questionavam, sob lógica teológica, se os indígenas possuíam alma. A eventual negação dessa alma era utilizada como justificaria para a apropriação e a escravidão dos povos indígena. Ver LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

...nós, povos originários, éramos tidos oficialmente como uma categoria social de transição, ou seja, a expectativa era de que conforme nos tornassem civilizados/cristãos/humanos, deixaríamos de ser selvagens/bárbaros/animais. (Longhini, 2023. p.6)

Um outro exemplo, foi uma situação que envolveu um extranjerero, na avenida de Paseo Montejo. Enquanto eu andava pela avenida, ele se aproximou perguntando se eu lembrava dele. Após responder que não me recordava, ele afirmou ter se confundido, mas ainda assim insistiu em manter a conversa. Apresentou-se como polonês e afirmou estar buscando alguém como eu para “hacer niños”, ou seja, fazer filhos.

Ao compartilhar essa experiência com Nahayeilli, ela observou que situações como essa são, lamentavelmente, recorrentes no México, especialmente no que se refere às mulheres indígenas. Ademais, encontrei um reportagem jornalística publicada em Mérida (2020)⁸², que documenta a ocorrência de práticas de turismo sexual em uma área conhecida como “a franja”, que se estende do Centro Histórico até o Paseo de Montejo.

E mesmo que nesse contextos, a população negra não é majoritária, Nahayeilli em seu artigo (2018), afirma que no México, a figura da mulher negra e mulata foi incorporada ao imaginário coletivo como símbolo de uma sexualidade desregrada, indomável e muitas vezes à margem da moralidade eurocêntrica.

No México...na realidade, em meados do século XX, a atração visual era despertada principalmente pela mulher ‘negra’ ou mulata e por todo o imaginário da libido não domesticada ao qual ela estava associada. (Juárez Huet, 2018, p.13).

Assim como denuncia Lélia Gonzalez em relação às experiências de mulheres negras no contexto brasileiro, Nahayeilli Juárez Huet observa, em uma conversa informal comigo, que muitas meninas mexicanas, especialmente indígenas, passam por situações desse tipo. Nesse sentido, o caso em que um homem estrangeiro me aborda com um discurso que me reduz à função de gerar filhos encontra ressonância nesse imaginário racial-sexual.

Nahayeilli, observa que determinadas mulheres jovens, especialmente quando identificadas por características que, no imaginário social, as vinculam a

⁸² HAZ RUIDO. *Comercio sexual infantil, una realidad en Yucatán*. Mérida, 9 mar. 2020. Disponível em: <https://www.hazruido.mx/reportes/comercio-sexual-infantil-una-realidad-en-yucatan/>.

uma pertença étnica (como indígena, negra etc.), são frequentemente enquadradas em representações estereotipadas que as colocam como “mais disponíveis”, “mais necessitadas” ou “naturalmente dispostas”.

Apesar desses episódios, duas outras formas de identificação foram-me atribuídas, desta vez, por uma mulher de ancestralidade maia *Mulix* e *Passux*. Trata-se de uma situação emblemática, que exemplifica as complexas dinâmicas de racialização e de construção identitária mediada pela linguagem em contextos maia-yucatecos urbanos, mais especificamente na cidade de Mérida.

Em uma manhã comum de aula de espanhol, por volta das 7h40, parei como de costume em uma pequena lanchonete popular situada em frente à Área de Línguas do Centro Peninsular en Humanidades y Ciencias Sociales da UNAM (CEPHCIS) — unidade localizada entre a Calle 61 e a Calle 54, no centro comercial histórico da cidade de Mérida.

Antes de seguir para minha aula, marcada para às 8h15, costumo passar por esse estabelecimento, onde sempre peço uma empanada⁸³ acompanhada de um suco de jamaica. O ambiente é simples, frequentado por estudantes e trabalhadores. A senhora que atende já me reconhece, e há um clima de familiaridade no breve ritual matinal.

Ao fazer meu pedido, a atendente — uma mulher entre seus 40 e 50 anos, de traços e semblante sereno e que se identificou como descendente indígena — me olhou com um sorriso acolhedor e, de forma espontânea, comentou: “*Me gusta tu cabello paxux, también mulix. Yo traté de dejar el mío así, pero no me sale*”.

Em relação à etimologia e ao uso dessas duas palavras, a primeira — *mulix* (também grafada *mush'lich* ou *muuch'*) — significa “cabelo crespo” ou “pelo rizado”, e faz referência à textura do cabelo. Já *passux* ou *paxux* é composta pelo elemento

⁸³Empanada é o termo utilizado no espanhol do México para designar um alimento semelhante ao que se conhece no Brasil como pastel frito, geralmente feito com massa fina, recheado com diferentes ingredientes e frito em óleo quente.

pak (parede) e xuux (vespa), ambas provavelmente provenientes do maia yucateco⁸⁴. São termos que ouvi exclusivamente somente no contexto de Mérida.

Em momento posterior, conheci Bertha Maribel Pech Caballos, mulher maia, doutora em educação e, atualmente, membra do Conselho Nacional para Prevenir a Discriminação (CONAPRED). O contato se deu por indicação de Nahayeilli, que sugeriu que conversássemos sobre políticas de inclusão. Desde então, mantemos um diálogo constante, mesmo após meu retorno ao Brasil, e foi no âmbito dessas trocas que analisamos juntas a situação vivida.

Em nossa conversa, Bertha levantou a hipótese de que a atendente talvez quisesse dizer *jats'uts'*, termo do maia yucateco que significa “bonito”. Nesse sentido, considero que a fala da atendente — “*gosto do seu cabelo paxux e muxix*”⁸⁵

⁸⁴Na classificação mayas, o tronco yucateco não tem subgrupo, mas se dividem em língua Mopán 950 D.C; língua Itzaj 1250 D.C; língua Lacandón del Norte 1500 D.C; língua Lacandón del Sul D.C 1700 D.C e língua Yucateco 2000 D.C.

⁸⁵ Em conversa com Ilsee, mulher afrodescendente e fundadora do movimento social-político *Afromoots*, reconhece como ‘*Muxix – rosado; Paxux – é um rosado elevado e proeminente. Xuux é avispero; e quanto a pared, não teve certeza*’. Tal resposta indicou que, no uso oral de suas vivências, os termos assumem significados visuais e sensoriais distintos daqueles registrados em fontes lexicográficas. Para completar essa escuta, Ilsee me sugeriu o *Diccionario Introductorio Español – / Maya –Español*, de Javier Abelardo Gímez Navarrete (2009), publicado pela Universidade de Quintana Roo. Nele, localizei as seguintes entradas: *múum'uch* (adj. “muito rizado”), *pak'* (s. “parede”) e *xuux* (s. “avispero”). Ainda que o termo *paxux* não esteja registrado no dicionário, os elementos que o compõem confirmam a possibilidade da formação popular a partir de *pak'* e *xuux*. Posteriormente, encontrei – uma página digital de opinião e cultura – um artigo com explicação que converge com a hipótese inicial: “...” el cabello é extremamente crespo, diz-se que a pessoa tem o cabelo paxux; do mais pak', que significa 'pared', e xuux, 'vespa'; ou seja, como quando os ninhos estão cheios de vespas. Há quem chame esse tipo de cabelo de 'afro', forma natural de se usar o cabelo entre pessoas de ascendência africana. Essa explicação reforça a riqueza da imagem metafórica construída na oralidade yucateca para designar o cabelo afrodescendente, reconhecendo-o como uma forma proeminente, cheia e natural — Tal como um vespeiro adensado sobre uma superfície — e reafirmando, assim, sua legitimidade estética e identitária.

Vale destacar que o termo *xuux*, usado para “avispero” nessa construção, remete a um tipo específico de vespa. Em algumas regiões do Brasil, como no norte do Tocantins, esse inseto é conhecido como “marimbondo”, o que evidencia a diversidade lexical em torno de um mesmo referente. Ainda que o termo não seja utilizado nessa região para descrever o cabelo, a correspondência linguística reforça a universalidade da imagem do avispero como metáfora sensorial potente.

— não pode ser automaticamente interpretada como racista, sobretudo quando se leva em conta a intencionalidade afetuosa da enunciação e a autodeclaração étnica indígena da própria falante.

Contudo, isso não quer dizer, que necessariamente, essa intencionalidade, legítima autorização para camadas racionalizantes sutis. Pelo contrário, quem vivencia a cena, tem legitimidade para interpretar o efeito que essa interação teve sobre si. Inclusive se essa interação a faz sentir-se deslocada, admirada ou ambivalente exposta.

Ademais, em outras ocasiões e espaços de Mérida, ao abordar o racismo no Brasil e as estratégias adotadas para seu enfrentamento — incluindo o acesso a bolsas de estudo, como aquela que possibilitou minha mobilidade acadêmica —, ouvi comentários que revelavam certo desconforto, como: *“solo por causa tu cabelo”* ou *“Yo no te veo como negra, en realidad, tú eres como yo”* *“No sabe hablar español, pero consiguió una beca”*.

As situações aqui relatadas — que vão desde a exotização de traços fenotípicos até a negação sutil da negritude por meio de discursos aparentemente elogiosos — revelam como o corpo negro, sobretudo o corpo negro feminino, continua sendo lido como um marcador de diferença, deslocamento e estranhamento (Kilomba, 2019; González, 1984).

A experiência vivida em território mexicano, portanto, ao mesmo tempo em que possibilitou um exercício de deslocamento físico e intelectual, também trouxe à tona contradições profundas no modo como a racialização opera fora do Brasil (Munanga, 2004; Grosfoguel, 2016). Sobretudo nos episódios do colóquio Abdias Nascimento.

Essa vivência torna-se ponto de partida para problematizar as ausências de políticas afirmativas nas instituições de ensino superior. Ao passo que, a resposta do CIESAS, embora reconheça a relevância dessas políticas, evidencia os limites estruturais que muitas instituições acadêmicas ainda enfrentam para implementá-las de forma efetiva (Cury, 2010; Gomes, 2017).

A ausência de coleta de dados étnico-raciais, justificada sob o argumento da imparcialidade no acesso à educação, pode contribuir — paradoxalmente — para a invisibilização das desigualdades raciais existentes (Racioppi; Schucman, 2020). Com essa constatação encerra, simbolicamente, o conjunto de experiências e tensões analisadas ao longo deste capítulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Retomada da questão e da proposta metodológica

A dissertação que ora se encerra teve início com uma indagação sobre a atuação dos movimentos sociais na institucionalização de políticas públicas voltadas para as populações negras e indígenas no Brasil. De modo mais específico, problematizou-se a participação de mulheres negras na formulação, avaliação e tomada de decisões relacionadas à implementação dessas ações afirmativas.

O objetivo central deste estudo foi analisar as políticas afirmativas e o racismo tendo como ponto de partida a minha própria trajetória, por meio da observação participante, em uma perspectiva de etnografia multissituada — isto é, uma reflexão crítica que reconhece a minha posição como mulher negra e bolsista de um programa que implementa medidas afirmativas, sem, contudo, reduzir a análise à experiência individual, mas que reflete a partir do recorte antropológico.

2. Ausência como estrutura: exclusão e resistência

O percurso etnográfico revelou como a ausência se manifesta em diferentes dimensões e momentos da trajetória acadêmica e política de sujeitos historicamente marginalizados, como negros e indígenas no ensino superior brasileiro. A ausência, tal como discutida neste trabalho, não é apenas uma lacuna neutra, mas sim uma marca de desigualdade, exclusão e, simultaneamente, um mecanismo contrário a resistência.

A ausência de políticas efetivas de permanência no ensino superior se apresenta como uma das formas mais cruéis de exclusão, justamente por operar de maneira silenciosa. Embora o acesso tenha sido ampliado com as ações afirmativas — como as cotas raciais —, estudantes negros e indígenas ainda enfrentam barreiras quase intransponíveis para permanecer e concluir seus cursos.

Essa ausência não se limita à inexistência de políticas, mas configura-se também como uma ausência de compromisso institucional com a equidade, a qual deveria incluir assistência estudantil, bolsas, moradia, alimentação e apoio

pedagógico. Assim, as barreiras invisíveis da permanência se reafirmam como um dos grandes desafios contemporâneos da inclusão.

3. O acolhimento como política (e não como exceção)

A experiência de encontrar professores que oferecem suporte pedagógico e, por vezes, financeiro, demonstra como a inclusão — que deveria ser política pública — frequentemente depende de gestos individuais, e, portanto, instáveis. Tal realidade evidencia o caráter improvisado e frágil das estratégias de inclusão, ao mesmo tempo em que reforça a vulnerabilidade em que se encontram estudantes de origem popular nas instituições de ensino superior.

O acolhimento não pode ser visto apenas como valor moral ou gesto ético, mas como elemento estruturante da implementação efetiva de uma política pública. Sem acolhimento, a política pode até existir formalmente, mas sua exequibilidade, eficácia e efeitos concretos ficam comprometidos.

4. A vontade política e o veto: o descaso institucional

O episódio do veto ao projeto de lei de cotas raciais ilustra outra dimensão da ausência: a ausência de vontade política. Como bem observaram as e os ativistas envolvidos, o veto não foi uma decisão técnica, mas um ato de desinteresse — ou, possivelmente, de resistência velada — ao avanço de políticas de reparação.

Trata-se de uma ausência simbólica e política, pois nega o reconhecimento das desigualdades históricas que fundamentam a legitimidade das ações afirmativas. Essa negação por parte do Estado reflete um padrão histórico de silenciamento dos direitos da população negra e indígena, perpetuando um ciclo de invisibilidade.

O ativismo, nesse contexto, torna-se uma ferramenta potente para romper com o silêncio e denunciar não apenas o ato em si, mas todo o simbolismo da omissão — o que aqui denomino como *descaso político*.

5. Perspectiva comparada: entre Brasil e México

Esse descaso político, no entanto, não é exclusivo do Brasil. O processo de inclusão de sujeitos racializados no ensino superior, tanto no Brasil quanto no México, evidencia abordagens distintas, ainda que ambas partam de um contexto histórico de exclusão estrutural desses grupos.

No Brasil, essa política é fundamentada na concepção de justiça social e no combate às desigualdades históricas, sendo sustentada por dados estatísticos que comprovam o baixo acesso desses grupos ao ensino superior.

O reconhecimento da constitucionalidade das cotas raciais pelo Supremo Tribunal Federal, em 2012, consolidou juridicamente a legitimidade das ações afirmativas como instrumento de reparação e promoção da igualdade material.

Já no México, a interculturalidade tem orientado as políticas educacionais voltadas sobretudo para os povos indígenas. A autonomia universitária, garantida constitucionalmente, permite que cada instituição defina suas próprias estratégias de inclusão, o que resulta em ações fragmentadas e, muitas vezes, tardias.

A criação da primeira universidade afro-mexicana apenas em 2024 é reveladora da invisibilidade histórica da população afrodescendente no país. Ainda que o México conte com 11 universidades interculturais e uma afrodescendente. Revisões bibliográficas indicam que menos de 10% das universidades mexicanas implementam ações afirmativas, evidenciando a ausência de uma política nacional estruturada e equitativa para a inclusão etnicorracial.

Esse contraste revela que, enquanto o Brasil adotou um modelo centralizado e normativo, com base em princípios como equidade, reparação histórica e combate ao racismo estrutural, o México opera sob uma lógica descentralizada e culturalista, como ênfase no reconhecimento da diversidade, mas sem uma política abrangente de equidade racial.

6. O intercâmbio e a desconexão institucional

A comparação internacional expande a análise desta dissertação ao demonstrar que as ausências e resistências se manifestam de formas distintas, mas se alimentam de estruturas similares de exclusão institucionalizada.

O ingresso no doutorado constitui uma etapa relevante na trajetória acadêmica. Representando, do ponto de vista simbólico e institucional, o reconhecimento de um percurso construído com esforço e compromisso intelectual.

Contudo, o fato de o programa de pós-graduação não ter assegurado a continuidade da trajetória acadêmica da pesquisadora durante o período de finalização da dissertação — motivado pela realização de intercâmbio acadêmico no exterior — revela lacunas nos mecanismos institucionais de acolhimento e de valorização das experiências formativas internacionais.

Tal situação evidencia a persistência de desafios estruturais no âmbito da gestão universitária, especialmente no que se refere à articulação entre políticas de internacionalização — para o desenvolvimento de capital humano docentes e pesquisadores — e estratégias institucionais de permanência e acompanhamento dos discentes em mobilidade.

Essa desconexão evidencia a necessidade de uma reflexão crítica sobre a sensibilidade institucional frente às múltiplas realidades que atravessam as trajetórias acadêmicas de estudantes beneficiados e de sujeitos de direitos de políticas de ação afirmativa, cujas conquistas muitas vezes se confrontam com desafios adicionais no campo da permanência e do reconhecimento.

A ausência de atenção ao retorno após experiências de mobilidade acadêmica, como ressaltado por Indy Tavares (2025), não se configura apenas como uma falha pontual de planejamento, mas como parte de um padrão estrutural em que o Estado e as instituições transferem para o indivíduo a responsabilidade pela própria reintegração.

Ao desconsiderar as condições de vulnerabilidade socioeconômica de muitos desses estudantes, tal lógica reforça desigualdades já existentes e cria novas barreiras para a permanência e o reconhecimento no espaço acadêmico. O

intercâmbio, longe de ser um privilégio, deveria ser compreendido como um marco formativo e valorizado, e não penalizado.

7. Representação e ausência em eventos acadêmicos

Outro exemplo significativo foi a realização do Colóquio Abdias Nascimento, espaço que, em tese, celebra a diversidade e a luta antirracista, mas que não contou com a presença de estudantes indígenas e afrodescendentes mexicanos.

Essa ausência — simbólica e política — em um evento de escala internacional aponta para a fragilidade das representações locais e denuncia falhas estruturais nos processos de seleção, financiamento e inclusão de estudantes de comunidades marginalizadas em eventos acadêmicos.

8. A identidade em trânsito e a racialização cotidiana

Esta etnografia revela, portanto, que a ausência não está confinada a uma única esfera: ela atravessa a experiência da estudante, da pesquisadora, da ativista e da cidadã. Manifesta-se como exclusão material (falta de políticas), simbólica (falta de representatividade), política (falta de vontade governamental) e institucional (falta de acolhimento e flexibilidade).

Contudo, essa caminhada também revelou que toda ausência carrega em si a potência da resistência e da construção de novas presenças — mais justas, representativas e plurais. Ao buscar apoio, propor legislações, participar de intercâmbios e alcançar o doutorado, afirmei, por meio da experiência vivida, que é possível romper com os silenciamentos impostos e criar brechas para a transformação.

A vivência do intercâmbio, o contato com e pesquisadores afrodescendentes e indígenas de Mérida e o surgimento de identificações como *Afromaya* e *Afroyucateco* revelaram uma percepção ampliada de identidade racial em trânsito —

9. Contribuições e projeções futuras

A presente dissertação, intitulada “*O Racismo da Política e a Política do Racismo: Uma etnografia marcada por políticas de inclusão e luta antirracista*”, oferece uma contribuição que se estende para além do campo acadêmico.

Ao explicitar os efeitos concretos das ausências institucionais e propor a centralidade da experiência e da identidade como fundamentos legítimos da produção de conhecimento, esta pesquisa aponta caminhos para a construção de formação acadêmica mais inclusivas e de políticas públicas mais sensíveis à diversidade racial e social.

Neste sentido, o título da dissertação adquire uma densidade ampliada. De um lado, *o racismo da política* aponta para os mecanismos institucionais de exclusão e silenciamento. De outro, *a política do racismo* revela a capacidade dos sujeitos marginalizados de mobilizar estratégias de enfrentamento, resistência e transformação.

Por fim, a continuidade desta pesquisa poderá se desenvolver por meio do aprofundamento do tema da identidade racial transnacional, com foco nas formas de construção de identidades (categorias guarda-chuva) afrodescendentes e indígenas na América Latina e no papel dessas identificações na articulação de movimentos antirracistas em escala internacional.

Neste percurso etnográfico, ficou evidente que a vivência da identidade racial — sobretudo quando atravessada por deslocamentos geográficos, como no caso do intercâmbio — não se restringe às instâncias formais, como o acesso à universidade ou a formulação de políticas públicas.

A presença do corpo negro e/ou indígena em circulação nos espaços cotidianos, sejam eles insituacionais, urbanos, frequentemente ativa camadas simbólicas de leitura que vão além do político ou do intelectual. Em diversas situações, a autodeclaração racial e o orgulho de ser quem se é entram em confronto com o modo como o outro percebe, enquadra e reduz essas identidades à lógica do exótico e do erótico.

Tais representações atuam como uma forma velada — mas não menos violenta — de racialização, que se infiltra até mesmo nos contextos ditos “empoderadores” da vida cotidiana, como interações sociais, redes afetivas e eventos culturais.

Nesse espaço, as identidades racializadas podem ser celebradas superficialmente, mas muitas vezes a partir de uma ótica folclorizante ou fetichizante, em que o “outro racial” é visto como símbolo de sensualidade, força, ancestralidade mística ou resistência estética, sem que isso implique necessariamente um reconhecimento das lutas políticas e das condições estruturais de desigualdades que atravessam.

A presença, quando lida apenas como performance visual da diversidade, corre o risco de se converter em espetáculo, e não em pertencimento. Portanto, a vida cotidiana também se constitui como um campo etnográfico de disputas, onde o reconhecimento identitário é tensionado entre o que se afirma como vicência e o que é projetado pelos olhares externos.

Reconhecer essa ambivalência é parte fundamental de uma antropologia comprometida com o desmonte das formas sutis — mas persistentes — de colonialidade do ver, do desejar e do representar. Nesse sentido, não basta ter origem africana, é preciso considerar os modos diversos como as pessoas se percebem e são percebidas na estrutura racializada da sociedade.

10. Encerramento: presenças insurgentes

A política do racismo, enquanto expressão de controle simbólico e institucional, encontrará sempre — como esta etnografia buscou demonstrar — a força de presenças insurgentes que lutam por reconhecimento, justiça e pertencimento. Assim, esta etnografia não se encerra: ela se projeta como prática insurgente, como movimento contínuo de escuta, denúncia e reinvenção do lugar do outro na universidade, na política e na história.

Porque, enquanto houver ausências, haverá também presenças em resistências. E enquanto as políticas do racismo tentam silenciar, os sujeitos

continuarão a escrever, ocupar, reinventar — com seus corpos, saberes e trajetórias — a centralidade que sempre lhes foi negada. Esta não é apenas uma dissertação, é um chamado para que a justiça social não seja apenas para “inglês ver”, mas uma construção cotidiana e inegociável.

REFERÊNCIAS⁸⁶

ABAD, Alberto. Resenha: “**Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**”, de Leonardo Secchi. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, v. 2, n. 2, p. 168–175, dez. 2017.

AGUDELO, Carlos. **Paradojas de la inclusión de los afrodescendientes y el giro multicultural en América Latina**. *Cuadernos Intercambio sobre Centroamérica y el Caribe*, v. 16, n. 2, 2019.

AHMED, Sara. **The cultural politics of emotion**. 2. ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS. **Após 17 anos, nova sede da Alego será entregue em março de 2022**. *Portal da Alego*, 10 dez. 2021.

_____. **Palácio Maguito Vilela: sede do Legislativo completa um ano**. *Portal da Alego*, [s.d.]. Acesso em: 8 jan. 2025.

_____. **Nomeação do auditório 2 do Parlamento com nome de Francisco Gedda foi proposto por Karlos Cabral**. *Portal da Alego*, [s.d.]. Acesso em: 8 jan. 2025.

_____. **Tem início audiência pública pelo Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial**. *Portal da Alego*, [s.d.]. Acesso em: 8 jan. 2025.

_____. **Comissões**. *Portal da Alego*, [s.d.]. Acesso em: 8 jan. 2025.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. Acesso em: 17 jun. 2025.

⁸⁶ Conforme a ABNT NBR 6023:2023, não é obrigatório o uso de negrito nas referências bibliográficas. As principais mudanças incluem maior flexibilidade na grafia dos nomes dos autores, possibilidade de abreviação dos prenomes, uso uniforme do ponto final para separação de elementos e manutenção do itálico para títulos de livros, periódicos e documentos legais. Será possível acessar o link da página correspondente na maioria das referências.

BLAHA PFEILER, Barbara; HOFLING, Andrew. **Apuntes sobre la variación dialectal en el maya yucateco**. *Península*, Mérida, v. 1, n. 1, p. 27–44, primavera 2006. Acesso em: 21 jun. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Acesso em: 1 jun. 2024.

CÁMARA DE DIPUTADOS DEL H. CONGRESO DE LA UNIÓN. **Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos**. México, DF: Secretaría General; Secretaría de Servicios Parlamentarios, 2024. Acesso em: 1 jun. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como “não-ser” como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. Acesso em: 25 ago. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CÉSPEDES SUÁREZ, Carmen Isabel. **Colorismo, racismo e identidad: estrategias didácticas para fomentar su discusión en el aula**. *Ogigia. Revista Electrónica de Estudios Hispánicos*, v. 30, p. 127–155, 2023. DOI: 10.24197/ogigia.30.2021.127-155. Acesso em: 17 jun. 2025.

CLIFFORD, James; MARCUS, George E. **Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography**. Berkeley: University of California Press, 1986.

CORREIO BRAZILIENSE. **Crianças negras têm 39% mais chances de morrer antes dos 5 anos**. 2022. Acesso em: 15 jan. 2025.

CUNHA, Maria Paula Nascimento da. **Humanitarismo e governo das populações: notas sobre o corpo, a dor e a moralidade da assistência**. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 697–717, jul./set. 2022. Acesso em: 17 jun. 2025.

CUNIN, Elisabeth. **Negros y negritos en Yucatán en la primera mitad del siglo XX: mestizaje, región, raza**. *Península*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 31-56, 2009. Acesso em: 20 ago. 2025.

DE JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo**. 2007.

DIAS, Luciene de Oliveira. **Aquilombamento**. Goiânia: Cegraf UFG, 2022.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2016.

FERNÁNDEZ, J. **Ciudadanía y color de piel: de la privación de derechos a la construcción ciudadana de los afroamericanos**. *Humanitas Digital*, n. 47, p. 83–143, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Acesso em: 17 jun. 2025.

GIL, GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

GOMES, Adriana Nunes. **A importância das audiências públicas realizadas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal para a adequação das proposições legislativas às necessidades sociais**. Brasília: Instituto Legislativo Brasileiro – ILB / Senado Federal, 2014.

GOMES, Nilma Lino. **Movimentos negros, educação e diversidades culturais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. *Currículo em Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98–109, jan./abr. 2012. Acesso em: 17 jun. 2025.

GONZALBO, Pilar. **La sociedad novohispana: estereotipos y realidades**. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (1h20min). Publicado pelo canal El Colegio de México, 27 nov. 2015.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e**

diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 63–70.

GONZÁLEZ CONTRERAS, Mónica. **La representación del cuerpo negro en el arte afromexicano contemporáneo**. *El Guiniguada*, [S.l.], n. 30, p. 99–111, 2021. Acesso em: 17 jun. 2025.

GUERRERO MUÑOZ, Joaquín. **El valor de la auto-etnografía como fuente para la investigación social: del método a la narrativa**. *AZARBE: Revista Internacional de Trabajo Social y Bienestar*, [S.l.], v. 3, p. 237–242, 2014.

HERNANDÉZ, S. E. J. **O financiamento do ensino superior no México e no Brasil: semelhanças e diferenças**. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 14, n. 24, e71287, maio 2020.

Hoffmann, Odile. **Entre etnización y racialización: los avatares de la identificación entre los afrodescendientes en México**. In: CASTELLANOS, Alicia (org.). **Racismo e identidades: Sudáfrica y afrodescendientes en las Américas**. México: UAM-Iztapalapa, 2008. p. 163–175. Acesso em: 17 jun. 2025.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021. Acesso em: 5 maio 2025.

HOOKS, bell. **Belonging: A culture of place**. New York: Routledge, 2009. Acesso em: 6 maio 2025.

JIMÉNEZ QUIÑONES, Lorena. **Políticas y programas de acción afirmativa en educación superior: fenomenología e interseccionalidad**. *Sinéctica*, Tlaquepaque, n. 62, ene./jun. 2024. Epub 03-Jun-2024.

JUÁREZ HUET, Nahayeilli. **A estética das religiões afro-cubanas na refração de cenários transatlânticos**. *Encartes*, v. 1, n. 1, p. 84–100, 2018.

ITURRIAGA, Eugenia. **Las élites de la Ciudad Blanca: discursos racistas sobre la otredad**. Mérida: Universidad Nacional Autónoma de México, Centro Peninsular en Humanidades y en Ciencias Sociales, 2016. (Ensayos, v. 14).

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. Acesso em: 13 maio 2025.

LAUS, Sonia Pereira. **A internacionalização da educação superior: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

LINHARES, Milton. **Políticas públicas de inclusão social na América Latina: ações afirmativas no Brasil e México**. 2010. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARCUS, George E. ***Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography***. In: MARCUS, George E. (org.). ***Ethnography through Thick and Thin***. Princeton: Princeton University Press, 1998 [originalmente publicado em 1995].

LONGHINI, Geni Daniela Núñez. **Perspectivas indígenas antirracistas sobre o etnogenocídio: contribuições para o reflorestamento do imaginário**. *Psicologia & Sociedade*, v. 37, 2025. Acesso em: 17 jun. 2025.

MARTÍNEZ CORRIPIO, Israel. **El maya yucateco en la formación de estudiantes de lingüística de la Escuela Nacional de Antropología e Historia**. *Península*, v. 15, n. 1, p. 67–81, jan./jun. 2020. Acesso em: 17 jun. 2025.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 287–324, 2008. Acesso em: 17 jun. 2025.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ações afirmativas: histórias e debates no Brasil**. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 197–217, nov. 2002.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Histórias feitas por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAVARRETE G., David. **Becas de posgrado para indígenas: un programa no convencional en México**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 150, p. 968–985, set. 2013. Acesso em: 21 jun. 2025.

OAXACA. **Versión estenográfica de la comparecencia de la Secretaría de Interculturalidad, Pueblos y Comunidades Indígenas**. Oaxaca: *Congreso del Estado Libre y Soberano de Oaxaca*, 15 jan. 2024. Acesso em: 21 jun. 2025.

PAREDES GUERRERO, Blanca; LIGORRED PERRAMON, Josep. **Configuración urbana de Mérida–T’Ho, siglos XVI y XVII**. *Academia XXII: Revista de la Facultad de Arquitectura*, Mérida, v. 6, n. 12, p. 86–111, jul./dez. 2015. Acesso em: 21 jun. 2025.

PINEDA G., Esther. **Racismo, endorracismo y resistencia**. Caracas: Editorial el Perro y la Rana, 2017.

QUIJADA LOVATÓN, Karin Yovana. **Acciones afirmativas para la inclusión universitaria de estudiantes afrodescendientes e indígenas en Brasil, Colombia y México**. *Revista Ciencia y Cultura*, v. 25, n. 46, p. 135–162, 2021.

RESTALL, Matthew. **Entre mayas y españoles: Africanos en el Yucatán colonial**. México: Editorial Turner / Fondo de Cultura Económica, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul / Epistemologies South**. São Paulo: Cortez, 2010. 637 p.

SCHMELKES, Sylvia. **La equidad y la educación superior indígena en México**. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, v. 14, n. 41, p. 1045–1068, 2009. Acesso em: 17 jun. 2025.

SENADO FEDERAL. **Observatório da Mulher contra a Violência – Goiás**. Brasília: Senado Federal, 2024. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/institucional/responsabilidade-social/oel/estados/es-go>. Acesso em: 7 jan. 2025.

SIQUEIRA, Paula; FAVRET-SAADA, Jeanne. “**Ser afetado**”, de Jeanne Favret-Saada. *Cadernos de Campo* (São Paulo - 1991), v. 13, p. 155–161, 2005.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?**. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p.133.

STRATHERN, Marilyn. **Partial connections**. Lanham: Altamira Press, 1991.

THE LANCET GLOBAL HEALTH. **Study reveals the racial disparities in infant mortality rates in Brazil. 2022**. Acesso em: 15 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Hüparnõ: processo de matrículas, ações afirmativas e comissão de heteroidentificação**. Acesso em: 5 jan. 2025.

VÁZQUEZ MIRANDA, Claudia. **La guerra interna de Yucatán: ¿una guerra de castas? Estudio sobre el carácter de la insurrección de 1847, conocida comúnmente como Guerra de Castas. 2007**. Tese (Licenciatura em História) — Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Filosofía y Letras, México. Acesso em: 21 jun. 2025.